



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVII Nº 8, QUINTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2022



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PSD-AM)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª Secretária

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PSD-AM)

1º Vice-Presidente

Deputado André de Paula (PSD-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º Secretário

Deputada Marília Arraes (PT-PE)

2ª Secretária

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª Secretária

Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE)

2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3º - Deputado Alexandre Leite (UNIÃO-SP)

4º - Deputado Cássio Andrade (PSB-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 6ª SESSÃO, CONJUNTA SEMIPRESENCIAL, EM 10 DE MARÇO DE 2022

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – ORDEM DO DIA	
1.2.1 – Discussão em globo dos Vetos nºs 59/2021 e 8/2022.	7
1.2.2 – Leitura dos Requerimentos nºs 9 e 10/2022-CN, de destaque.	10
1.2.3 – Item 2	
Veto Total nº 8/2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2021, que institui o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp). Rejeitado (votações nominais). À promulgação.	10
1.2.4 – Item 1	
Veto Parcial nº 59/2021, aposto ao Projeto de Lei nº 4968/2019, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. Rejeitado na Câmara dos Deputados (votação nominal).	21
1.2.5 – Questão de Ordem	
Suscitada pelo Deputado Tiago Mitraud e respondida pela Presidência.	32
1.2.6 – Item 1 (continuação)	
Veto Parcial nº 59/2021, aposto ao Projeto de Lei nº 4968/2019, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. Rejeitado no Senado Federal (votação nominal). À promulgação.	35



1.2.7 – Orador

Deputada Joice Hasselmann – Comemoração pela derrubada de dois vetos aos projetos que tratam sobre a dignidade menstrual e sobre refinanciamento de dívidas para as pequenas e microempresas, os Vetos nºs 59/2021 e o 8/2022, respectivamente. Celebração pelo sucesso do curso Mulheres no Poder, criado por S. Exa., para capacitar lideranças femininas para atuação política. Críticas ao Presidente da República por, supostamente, criar burocracias para travar o empreendedorismo feminino, criando um decreto que limita a concessão de crédito para mulheres empresárias. 37

1.3 – ENCERRAMENTO 38

1.4 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO 39

PARTE II**2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 6ª SESSÃO****2.1 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA****2.1.1 – Veto Total nº 8/2022**

Declarações de voto 56

Justificativa de ausência 59

Requerimento nº 9/2022-CN 60

Resultado das votações 63

2.1.2 – Veto Parcial nº 59/2021

Declaração de voto 80

Justificativa de ausência 81

Requerimento nº 10/2022-CN 82

Resultado das votações 84

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**3.1 – EXPEDIENTE****3.1.1 – Término de Prazos**

Término do prazo, em 12 de março de 2022, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 1057/2021. 100

Término do prazo, em 12 de março de 2022, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 1060/2021. 101

3.1.2 – Vetos

Veto Parcial nº 14/2022, apostado ao Projeto de Lei nº 3921/2020 (**Mensagem nº 85/2022, do Presidente da República**). 103



Veto Parcial nº 15/2022, aposto ao Projeto de Lei nº 2058/2021 (Mensagem nº 88/2022, do Presidente da República).	114
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

PARTE III

4 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 4/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 92/2019), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alcântaras, Estado do Ceará</i>	125
Nº 5/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 334/2019), que <i>aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mombaça, Estado do Ceará</i>	126
Nº 6/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 335/2019), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal</i>	127
Nº 7/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 376/2019), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural da Rádio Difusão de Mataraca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mataraca, Estado da Paraíba</i>	128
Nº 8/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 408/2019), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Braçonortense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina</i>	129
Nº 9/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 714/2019), que <i>aprova o ato que outorga permissão à Celebração FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ouroeste, Estado de São Paulo</i>	130
Nº 10/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 717/2019), que <i>aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Jaú S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Jaú, Estado de São Paulo</i>	131

5 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nºs 5 a 9/2022	133
--------------------------	-----

6 – COMISSÕES MISTAS	138
--------------------------------	-----

7 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS	156
-------------------------------------------------------	-----

8 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS	157
------------------------------------------	-----

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO	158
-----------------------------------------------------------	-----

10 – COMPOSIÇÃO DA MESA	163
-----------------------------------	-----

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	164
-----------------------------------	-----

12 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS	168
---------------------------------------------	-----



Ata da 6ª Sessão, Conjunta Semipresencial, em 10 de março de 2022

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcelo Ramos.

(Inicia-se a sessão às 17 horas e 36 minutos e encerra-se às 20 horas e 7 minutos.)



ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - O sistema acusa a participação de 349 Sras. e Srs. Deputados e de 79 Sras. e Srs. Senadores nesta sessão.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Nos termos do art. 7º do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota, informo que a sessão será iniciada diretamente na Ordem do Dia.

Portanto, declaro aberta a Ordem do Dia.

Constam na pauta os Vetos nº 59, de 2021, e nº 8, de 2022.

Em discussão os Vetos nº 59, de 2021, e nº 8, de 2022.

Oradores inscritos.

Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, um dos vetos mais importantes que apreciaremos hoje diz respeito ao enfrentamento do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. O projeto de lei é de autoria da Deputada Marília Arraes e de muitas Parlamentares da bancada feminina, entre as quais eu me incluo, e visa enfrentar a precariedade menstrual.

É lamentável que o Governo Federal, que o Governo Bolsonaro tenha vetado uma matéria de tão grande importância. Uma em cada quatro meninas brasileiras tem dificuldade de acesso, não consegue ter acesso a produtos básicos de higiene que lhe asseguram chegar à escola em condições de assistir aulas, de estar tranquila no momento em que se encontra em situação menstrual.

Muitas mulheres não têm acesso a esses produtos. A pobreza menstrual existe porque, ao lado dela, existe a pobreza de bens fundamentais, a dificuldade de acesso ao pão de cada dia, de acesso aos alimentos, de acesso à saúde de um modo geral e de acesso ao emprego. Nós sabemos que no Brasil, com tão grande número de desempregados e desempregadas, o desemprego para as mulheres, segundo pesquisa apresentada esta semana, é muito maior do que para os homens e o desemprego das mulheres negras é maior do que para as mulheres não negras, em linhas gerais.

Há, portanto, uma situação de empobrecimento geral. A inflação é grave. O desemprego é grave. E as meninas, estas que nem sequer têm a oportunidade — porque suas mães também não têm — de acesso a bens fundamentais para o cotidiano da sua vida, não têm como comprar aqueles produtos fundamentais para a higiene e garantia da proteção menstrual.

E o Governo veta um projeto aprovado praticamente por unanimidade, senão por todas as pessoas de bom senso, indicado pela bancada feminina, e usa um argumento que repudio de forma peremptória. Não encontrando no direito nenhuma justificativa para o seu veto, o Governo utiliza como argumento para o veto a ideia de que fere a autonomia das escolas assegurar a distribuição de absorventes higiênicos nas escolas. Ora, senhoras, senhores, é justamente o contrário, a autonomia das meninas e das mulheres é ferida quando elas não têm acesso a produtos fundamentais como o absorvente higiênico.

Este projeto de lei, a lei proposta, além de assegurar as meninas em idade escolar hipossuficientes nas escolas, também beneficia as mulheres privadas de liberdade, aquelas pessoas em situação de rua, coloca o absorvente dentro da cesta básica que chega às famílias, porque isso é fundamental para a dignidade e a autonomia da mulher.



Há previsão orçamentária. E este é mais um absurdo de um Governo que em tudo indica o seu ódio e o seu desrespeito às mulheres.

O veto do Governo Bolsonaro a este projeto de lei, que trata do enfrentamento da pobreza menstrual, é um veto à dignidade e ao direito da mulher.

Muito bem fez a Deputada Marília Arraes em apresentar esta proposta. Precisamos, como Câmara dos Deputados e como Senado Federal, recuperar a votação que o Parlamento fez, derrubando o veto do Governo, para assegurarmos um dos aspectos fundamentais para a saúde da mulher e para a saúde das meninas. Não é uma ou duas, é uma grande gama de mulheres que adoecem e têm uma série de prejuízos no âmbito da sua saúde, justamente por não conseguirem observar as condições básicas de higiene no período menstrual, que vai desde o tema do absorvente até, em muitas circunstâncias deste imenso Brasil, a própria água, que falta.

Eu vivo na grande Capital Porto Alegre. Em parte importante dessa cidade, há a falta d'água. E é lamentável dizer, mas a privatização dos serviços está retirando direitos.

Não ao veto! Vamos derrubar este veto, pela dignidade das mulheres e das meninas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado, Deputada Maria do Rosário.

Tem a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, jornal, miolo de pão, tecido, panos são alguns dos instrumentos que as nossas adolescentes do Brasil utilizam como absorventes durante o período menstrual.

Sr. Presidente, os números realmente são preocupantes. Em média, 26% de nossas adolescentes, em algum momento do período escolar, faltam o período na sala de aula exatamente pela falta dos absorventes higiênicos.

Início, Sr. Presidente, trazendo os meus cumprimentos à Deputada Marília Arraes, que pôs luz sobre um tema que, por algum tempo na história, inclusive do nosso Brasil, acabou sendo tabu.

O enfrentamento desse problema e o entendimento dessa situação como algo que necessita de uma política pública é extremamente fundamental para a população brasileira.

Quando você considera os índices econômicos do nosso País, verifica que pelo menos 12% da população brasileira têm uma média salarial de 246 reais mensais. Se você faz a avaliação do tempo de vida de uma pessoa em relação ao ciclo menstrual, constata que ela passa por pelo menos 450 ciclos. Isso significa, pelo menos, 10 mil absorventes higiênicos necessários. Do ponto de vista financeiro, isso significa 6 mil reais.

Termos um projeto dessa natureza no Congresso Nacional, aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, é a compreensão de que há hoje uma necessidade urgente e premente de o Poder Público estender as mãos para essas adolescentes e para essas mulheres que estão em situação de maior vulnerabilidade social.

No meu entendimento, é extremamente desumano receber do Presidente da República o veto em um projeto que é, sobretudo, uma causa humanitária nacional.

Há uma coisa que eu quero deixar clara para este Parlamento. Talvez alguém possa dizer: *"Não, o Presidente da República apresentou um decreto que compensa ou que supera esse projeto de lei"*. Não é verdade!

Existe, na realidade, uma armadilha no decreto presidencial. Vejam: do ponto de vista da estabilidade e da segurança de um programa social, não há comparação entre uma lei ordinária e um decreto.

O decreto é feito de forma unilateral, neste caso, pelo Presidente da República. Ele poderá, inclusive, ser alterado, modificado ao longo do seu curso pelo próprio Presidente. O projeto de lei será uma lei, algo perene, algo permanente, construído pelas duas Casas do Poder Legislativo e pelo Poder Executivo.



No decreto apresentado pelo Presidente, o art. 3º, por exemplo, diz que essa é uma iniciativa das áreas da saúde e da assistência social. Mas o art. 7º vem exatamente com a armadilha, à qual nós precisamos estar muito atentos. Ele condiciona a execução desta política pública à disponibilidade orçamentária e financeira, ou seja, não é algo, de fato, urgente e necessário.

A lei que estamos prestes a tornar real, a partir da derrubada deste veto, vem exatamente de forma continuada. O poder público tem a obrigação de prover essa necessidade para as nossas adolescentes.

Portanto, Sras. e Srs. Parlamentares, na Semana Nacional da mulher, nesta semana especificamente, há uma questão de necessidade e de honra para todas nós do Brasil: a derrubada deste veto.

Jamais poderemos ou iremos abrir mão deste nosso direito!

O Congresso Nacional, as Senadoras, obviamente pela sua unanimidade, sejam elas da base do Governo, sejam elas da oposição, eu não tenho dúvida, votarão pela derrubada desse veto. Os Senadores, as Senadoras, os Deputados e as Deputadas vamos unir forças para derrubar este veto. Por fim, Presidente, aproveitando este espaço como Líder da bancada feminina no Senado Federal, digo que é claro que nós encaminharemos favoravelmente à derrubada deste veto, em prol das adolescentes e das mulheres do Brasil, sobretudo daquelas que estão em situação de mais vulnerabilidade e pobreza no País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar nossa posição clara e aberta a favor da derrubada deste veto. Nós Deputados nos solidarizamos às mulheres por sua luta. Nós Deputados vamos votar a favor das adolescentes, das mulheres, do direito humano à dignidade menstrual.

O Presidente, que tentou enrolar a sociedade brasileira depois de ter vetado, se desgastado e produzido a indignação das mulheres e das adolescentes deste País, fez um decreto que não prevê disponibilidade financeira, ou seja, um decreto que nem prevê a origem dos recursos. Tem que ser por lei, tem que ser por decisão democrática do Senado e da Câmara dos Deputados, que devem dizer: *"Presidente, você não respeita e não valoriza o direito humano das nossas mulheres brasileiras e das nossas adolescentes"*.

Nós, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, representando os anseios e o desejo das mulheres e das adolescentes deste País, votamos pela derrubada do veto.

"Não" ao veto do Presidente!

Nós Deputados nos solidarizamos com esta profunda luta das mulheres brasileiras, enquanto o Presidente dá as costas a elas, a um direito humano, principalmente ao direito das mulheres e das adolescentes mais pobres, que, muitas vezes, diante da violência e da humilhação, não frequentam a escola, nem o trabalho, porque não têm o mínimo de dignidade humana como a dignidade menstrual.

Nós dizemos "sim" às mulheres, dizemos "sim" às adolescentes. Nossa bancada, à unanimidade, vota pela derrubada do veto, em nome do respeito, da valorização das mulheres e da luta pelo direito humano das adolescentes e das mulheres deste País.

Em nome do 8M, que representa o levantar das mulheres nas suas lutas pela dignidade humana, nós somos "sim" à derrubada do veto e à valorização da dignidade humana das adolescentes e das mulheres.

Um grande abraço!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu quero propor um procedimento para que consigamos otimizar nossos trabalhos.

A despeito da sinalização de orientação do próprio Governo pela derrubada dos dois vetos, para não correremos risco, eu vou sugerir que votemos os destaques. Em vez de ouvir apenas quatro inscritos, eu ouço toda a lista de inscritos na sessão e já abrimos a votação dos destaques, porque, pelos destaques, eu



terei que fazer uma votação na Câmara, para o veto ao RELP, e uma no Senado; depois, uma na Câmara, para o veto ao projeto da dignidade menstrual, e uma no Senado.

Este processo vai demorar um pouco mais, mas nós teremos mais segurança na votação e, assim, garantiremos a fala a todos os Deputados, Deputadas, Senadoras e Senadores inscritos.

Antes de passar a palavra ao Deputado Carlos Sampaio, que falará pela Liderança do PSDB, eu já vou abrir a primeira votação, a votação do destaque do RELP.

Podemos fazer assim? *(Pausa.)*

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Pois não, Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sr. Presidente, na nossa avaliação, a prevalência deveria ser do projeto da dignidade menstrual, devido ao prazo, já que ele é de 2021. Portanto, nós deveríamos passar, primeiro, à apreciação do projeto da dignidade menstrual, que é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Deputada Erika Kokay, para mim, não há problema nenhum em começar pelo projeto da dignidade menstrual. Acontece que, no projeto do RELP, nós temos o Senador Jorginho Mello para orientar, pelo Governo, a derrubada, e nós não temos a Deputada Celina Leão para orientar, pelo Governo, a derrubada.

Se V.Exas. confiarem em colocar para votar, mesmo sem a orientação da Deputada Celina Leão, eu acho mais prudente, e não vai mudar em nada. Nós vamos votar os dois vetos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - V.Exa. está assegurando a fala a todos os inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Sim.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Obviamente, não haverá cédula.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Não vai haver cédula.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Seria destaque imediato, na medida em que há apenas dois itens, e os dois estão automaticamente destacados?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Exatamente.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Eu acho mais prudente, Deputada Erika. É importante a fala do Governo em relação à derrubada do veto.

Foram recebidos pela Mesa os seguintes requerimentos de destaque: ao Veto nº 8, de 2022, da Liderança do PL no Senado, e ao Veto nº 59, de 2021, da Liderança do PSOL na Câmara. **(Requerimento nº 9/2022-CN - Vide Item 2.1.1 do Sumário, Requerimento nº 10/2022-CN - Vide Item 2.1.2 do Sumário)**

A Presidência comunica que, uma vez que foram recebidos os destaques a todos os vetos da pauta, não haverá apreciação por meio de cédula eletrônica. Assim, o Veto nº 59, de 2021, e o Veto nº 8, de 2022, serão apreciados no painel eletrônico.

A votação do Veto nº 8 começará pelo Senado. Trata-se do veto ao RELP, sobre o REFIS das micro e pequenas empresas.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar pelo Sistema de Deliberação Remota, ou no Plenário do Senado Federal.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Eu vou ouvir o Deputado Carlos Sampaio, pelo tempo da Liderança do PSDB. Depois, ouviremos a orientação do Senador Jorginho Mello.

Tem a palavra o Deputado Carlos Sampaio, pela Liderança do PSDB.



O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, falo aqui em nome do nosso Líder Adolfo Viana, para colocarmos o posicionamento do PSDB com relação a estes dois vetos.

Inicialmente, seguindo a orientação de V.Exa., falando sobre o reescalonamento do pagamento de débitos do SIMPLES, nós somos pela derrubada do veto. Para quê? Para que possamos, de um lado, estimular a economia do País e, de outro, evidentemente, atacar um dos nossos piores problemas, que é justamente o desemprego.

Com relação ao Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, também conhecido como programa da dignidade menstrual, eu faço um registro importante, Sr. Presidente.

Nós poderíamos até louvar a iniciativa do Presidente Bolsonaro, que, há 2 dias, criou este mesmo programa, criado pelo Congresso através de decreto. Ocorre que, pelo decreto, 2 milhões de mulheres seriam atendidas e, aprovada a lei tal como o Congresso aprovou, nós teríamos 5 milhões e 600 mil mulheres atendidas. Portanto, se nós derrubarmos este veto, teremos 3 milhões e 600 mil mulheres a mais sendo atendidas por este programa. Esta é uma constatação inequívoca e inegável.

Em segundo lugar, por ser oportuna, a derrubada do veto seria importante porque, se nós fizéssemos e acolhêssemos o programa tal como colocado pelo Presidente Bolsonaro, nós teríamos um decreto respaldando esta segurança para a mulher. Nós não queremos que um decreto, que pode ser modificado a qualquer momento, assegure a dignidade menstrual. Ao contrário, nós queremos que seja uma lei, que tem como característica o fato de ser perene.

Por estas duas razões, o PSDB encaminha, nos dois casos, a favor da derrubada do veto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Eu peço que seja colocada no painel a orientação "não" para todos, inclusive para o Governo, porque os Senadores já começaram a votar. Se houver algum partido do Senado que tenha algum questionamento em relação a esta orientação, basta comunicar à Mesa, que nós fazemos os ajustes. Eu peço que seja incluída a orientação "não" para todos, inclusive para o Governo.

Quem vota pela derrubada do veto vota "não".

Tem a palavra o Senador Jorginho Mello, para orientar o Governo, pelo Senado.

O SR. JORGINHO MELLO (PL - SC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, todos os Deputados e Deputadas.

Hoje é um dia muito importante, importante porque nós vamos ao encontro, Deputado Peternelli, do que esperam mais de 650 mil micro e pequenos empresários do Brasil. Eu me lembro da agonia que foi a sanção da lei, com o Presidente Bolsonaro preocupado em sancionar a lei, e a economia o recomendando por causa do período eleitoral. Ele próprio disse: "*Senador Jorginho, vamos derrubar este veto*". O Governo vai estar ao lado do micro e do pequeno empresário. Nós sabemos das dificuldades.

Quando foi votado por esta Casa, por unanimidade, o PRONAMPE, foi para dar condições aos micro e aos pequenos empresários para ficarem de pé, para terem dinheiro para fazer seu capital de giro, para sobreviverem à pandemia. Agora, o RELP, que é a renegociação com desconto de até 95%, é para deixar legalizado, para deixar em dia todas as certidões. Isso é fundamental.

Veio o PRONAMPE e agora vem o RELP, para deixar o micro e o pequeno empresário de pé, trabalhando, gerando emprego e crescimento para o Brasil. Nós não podemos, em hipótese alguma, ter nenhum voto contrário. Vai ser por unanimidade, porque é para isso que nós trabalhamos. Esses brasileiros sofreram na pandemia, tiveram dificuldades, fecharam o seu comércio, a sua quitanda, a sua lanchonete. É para esses brasileiros que nós estamos votando hoje. Estou falando aqui representando o Governo



Bolsonaro. É para eles que nós estamos derrubando este veto, para que continuem trabalhando, gerando emprego. Estamos dando o que efetivamente eles merecem. Eu quero cumprimentar todos os Deputados, todas as Deputadas, todos os Senadores e todas as Senadoras. Vai ser unânime a votação nesta Casa pela derrubada deste veto, porque isso vai fazer justiça e vai salvar os micro e pequenos empresários.

Passamos de 31 de janeiro para 31 de março o prazo para a adesão ao parcelamento, para que a Receita Federal possa deixá-lo no SIMPLES Nacional. Imaginem como seria se se descadastrassem 650 mil micro e pequenos empresários. Se a coisa não está boa no regime do SIMPLES Nacional, imaginem como está fora dele.

Portanto, eu quero cumprimentar todos os Deputados, todas as Deputadas, todos os Senadores e todas as Senadoras pela grandeza. Quero agradecer ao Governo e ao Líder Eduardo Gomes, que aqui se encontra.

O nosso encaminhamento é pela derrubada do veto por unanimidade, meu Presidente, que comanda a sessão nesta tarde, nosso amigo e parceiro. Tenho certeza de que, tanto no Senado quanto na Câmara, nós vamos assegurar a derrubada deste veto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado, Senador Jorginho.

Como nós estamos na votação do Senado, eu vou privilegiar a fala dos Senadores que estão inscritos. Depois, eu passarei a palavra aos Deputados.

Senadora Zenaide Maia, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Senadores, colegas Deputados, em relação a esse REFIS da micro e pequena empresa, eu quero dizer que nós vamos derrubar o veto.

Mas eu quero dizer para o povo brasileiro, em especial para as meninas e as mulheres deste País, que nós temos que derrubar o veto da pobreza menstrual por inteiro. Não se iludam com essa história de decreto. Essa política tem que ser de Estado e não de Governo. É claro que uma lei tem muito mais poder do que um decreto. A qualquer hora, um decreto pode ser derrubado. Por favor, isso é o mínimo.

Eu acho que houve falta de respeito ao Congresso. A Câmara votou; o Senado votou por unanimidade; e o Presidente veta e, agora, faz um decreto para limitar o número de mulheres e meninas deste País que podem receber dignidade menstrual?

Nós estamos fazendo um apelo. O Presidente destacou itens do projeto de lei, e nós temos que derrubar todo o projeto. Não vamos aceitar o decreto que limitou o número de meninas e mulheres. Há 20 milhões de pessoas na extrema pobreza. É claro que ainda não há um levantamento de quantas meninas e mulheres deste País não têm condições de comprar um absorvente, não têm a mínima higiene e acabam adoecendo sem dignidade.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Não há outro Senador inscrito.

Passo a palavra ao Deputado Zeca Dirceu. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é claro que nós estamos encaminhando contra o veto do Presidente.

Para variar, o Presidente Jair Bolsonaro quer ser muito esperto.

O projeto foi feito com muita dedicação pelas Deputadas e pelas Senadoras, com um debate sobre a questão da mulher, colocando-se a necessidade de o Governo ter outra política que não seja de discriminação.

Às vezes, perguntam por que o Presidente vai tão mal nas pesquisas, especialmente em relação às



mulheres. Ele não tem uma política que valorize a questão feminista e as reivindicações específicas das mulheres. É um Presidente que tem uma pauta machista. Assim ele é visto pelo eleitorado feminino.

Agora, na véspera da eleição, ele quis fazer parecer que algo era dele. Mas é evidente que o berço deste projeto foi a Câmara dos Deputados e o Senado.

Portanto, é preciso derrubar o veto para restabelecer a verdade, até porque o projeto aprovado pelo Legislativo é muito melhor do que o decreto do Presidente. Isso já foi dito por vários oradores inscritos.

Aproveito a oportunidade, Presidente Marcelo Ramos, para lembrar um problema que nós estamos vivendo hoje: o preço da gasolina e do *diesel*.

Deram um golpe no Brasil quando tiraram a Presidenta Dilma e, depois, prenderam o Presidente Lula. Certamente, um dos aspectos desse golpe foi exatamente a política que interessava ao capital financeiro internacional, especialmente às grandes empresas petrolíferas que fazem refino de petróleo através da produção de óleo *diesel* e de gasolina. Isso foi uma marca desse golpe. Agora, eles aproveitam o preço do mercado internacional dolarizado para vender gasolina e *diesel* no Brasil. Do jeito que está indo, nós vamos chegar, daqui a pouco tempo, a uma gasolina a 10 reais.

O Governo fala agora de um subsídio de 3 bilhões de reais para alguns setores, mas não vai adiantar para o conjunto da população brasileira. Como o preço da gasolina e do *diesel* é muito caro, isso tem gerado inflação. É preciso modificar a política econômica em relação aos combustíveis. Não se faz isso privatizando refinarias e muito menos dolarizando o preço do *diesel* e da gasolina.

Quando Lula e Dilma tinham uma política de contenção da carestia e de controle inflacionário, o preço da gasolina e o preço do *diesel* eram peças importantes. Eu lembro que um Procurador do Ministério Público desse tipo "lavajatista" quis, inclusive, impedir essa política e entrou na Justiça contra a Presidenta Dilma porque a gasolina estava barata. Imaginem só!

Agora nós vemos uma carestia enorme. Isso tem gerado um problema real, não apenas em relação ao preço da gasolina e do *diesel*, mas de uma forma geral. O óleo de soja hoje está 10 reais nas prateleiras. O quilo de jiló está custando 10 reais, Presidente Marcelo. O quilo do tomate está custando 10 reais. O quilo da cenoura está custando 10 reais. Há uma carestia sem fim, e o Governo não sabe como fazer o controle disso. Este Governo Bolsonaro precisa pedir o boné e ir embora. Ainda bem que as eleições estão chegando.

Bolsonaro, de forma oportunista, quis pegar a pauta feminina, algo que nós sabemos que não é do estilo dele, machista que é. Aliás, ofender Deputadas parece uma característica dele desde quando era Deputado, a exemplo do que fez com a Deputada Maria do Rosário. Agora ele é responsável pela carestia.

O nosso encaminhamento é para que se derrube o veto do oportunista Jair Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Eu vou ouvir mais um orador e, depois, vou encerrar a votação no Senado.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana Braga. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Joseildo Ramos. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Merlong Solano. (*Pausa.*)

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

Depois da fala da Deputada Erika Kokay, eu encerrarei a votação deste destaque no Senado e abrirei a votação na Câmara.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós estamos analisando dois vetos que são absolutamente fundamentais para assegurar a soberania deste Plenário.

As proposições legislativas não têm como última palavra o Poder Executivo. É o Poder Legislativo



que dá a última palavra.

Eu tenho absoluta certeza de que tanto o veto que diz respeito à renegociação das dívidas da pequena e microempresa quanto o veto que trata da dignidade menstrual serão derrubados pelo Congresso Nacional. E digo isso porque o Governo não pode ter um discurso que não se sustenta em fatos. O Governo não pode ter uma narrativa de que está elaborando uma política de créditos, ou de microcréditos, comparando-se ao Grameen Bank, de Bangladesh, e ao mesmo tempo negar a renegociação das dívidas que foram permitidas pelos grandes empresários. Não há como aprofundar uma lógica, que é a lógica que perpassa este Governo, de virar as costas para os pequenos e os microempresários, que são os que empregam neste País. São também os que têm sentido e impacto fundamental na própria riqueza nacional. Não há como ter discursos que não guardem coerência com as ações.

A mesma coisa acontece com relação ao veto da dignidade menstrual. Faz 5 meses que esse projeto foi vetado. Há 5 meses se está impedindo que milhões de meninas neste País tenham dignidade menstrual. Pelo menos 4 milhões de meninas têm, em suas casas, alguma ausência fundamental para a manutenção da dignidade menstrual, como a ausência de chuveiro ou de banheiro. Em cada quatro, pelo menos uma já deixou de ir à escola em função da pobreza menstrual.

Não faz sentido que não seja considerada uma política pública fazer com que todas as pessoas que menstruam tenham direito à dignidade. Não faz sentido o Brasil normalizar ou naturalizar o papelão, o jornal, o miolo de pão ou aquilo que foi dito por uma Deputada das mais aguerridas em defesa de Bolsonaro: *"Usem paninhos"*. Não há expressão mais cruel e de maior tentativa de naturalizar a pobreza menstrual do que aquela que diz: *"As que podem pagar usem os absorventes; as que não podem pagar se conformem com os paninhos"*. Portanto, é absolutamente fundamental que este veto seja derrubado por este Parlamento para que nós possamos assegurar a dignidade menstrual para todas as pessoas que menstruam.

O Governo está numa tentativa, primeiro, de ludibriar, porque é um Governo que tem como metodologia política as mentiras e também o ódio. Este é um veto misógino. O veto não se justifica do ponto de vista técnico sob nenhum aspecto.

Cria-se um decreto. Primeiro, o decreto é um instrumento mais frágil do que uma lei. Decreto se põe hoje e se tira amanhã. São políticas associadas ao próprio Governo. E este é um decreto que não diz absolutamente nada, porque ele não estabelece quais são os valores que serão disponibilizados. A entrevista do Ministro da Saúde fala em valores, mas o decreto não fala. O decreto não diz quais são os públicos-alvo. E o projeto é muito claro. O projeto envolve as meninas em cumprimento de medidas socioeducativas, as estudantes e os estudantes, ou seja, envolve estudantes, população em situação de rua, as pessoas em situação de violação de direitos, inclusive no sistema prisional. Isso está claro no projeto. Está claro no projeto qual é o impacto e de onde são os recursos.

O Presidente da República diz hoje que está atendendo ao clamor que ele negou e, pior que isso, ridicularizou, falando em *"auxílio-Modess"*, perguntando: *"As meninas começaram a menstruar no meu Governo?"*. Para além disso, falou, fazendo uma chantagem cruel com o povo brasileiro: *"Derrubem o veto, porque, se derrubarem o veto, eu asseguro os recursos, retirando-os da saúde e da educação"*.

Por isso, é fundamental para a dignidade deste Parlamento, para que ele possa se abraçar com a população — e muitas vezes ele nega esse abraço —, derrubar esse veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Resultado da votação: SIM, 2 votos; NÃO,



65 votos. **(Resultado das votações - Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

Derrubado o veto no Senado Federal.

Passo à votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas podem registrar seus votos no painel pelo Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação na Câmara dos Deputados.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Vou passar a palavra ao Deputado Marco Bertaiolli, que foi o Relator desta matéria, e depois à Deputada Marília Arraes, que está inscrita.

Tem a palavra o Deputado Marco Bertaiolli.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço que agregue, por favor, o tempo de Liderança do PSD ao desta fala.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Espere só um pouquinho, Deputado Bertaiolli.

Posso colocar a orientação "não" para todos, inclusive para o Governo? *(Pausa.)*

Desculpem-me, o NOVO vota "sim" e todos os demais partidos votam "não".

Está aberta a votação.

Tem a palavra o Deputado Marco Bertaiolli.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de iniciar agradecendo ao Presidente desta sessão do Congresso Nacional, o Deputado Marcelo Ramos, que teve uma participação fundamental e o entendimento necessário sobre a importância da derrubada do veto ao REFIS da pequena e microempresa no Brasil e da antecipação desta votação para o dia de hoje.

Se nós tivéssemos, Deputado Marcelo, deixado para analisar esse veto só no dia 16, o tempo que as pequenas e microempresas do Brasil teriam para aderir ao REFIS, com o limite do dia 31 de março, seria muito exíguo. Portanto, milhares de pequenas empresas não teriam condições de assinar a sua adesão ao REFIS. Aí, o efeito desse projeto não teria o alcance que todos nós esperamos e desejamos de auxílio aos pequenos negócios do Brasil, que são, na verdade, os maiores geradores de emprego.

Então, muito obrigado, Presidente desta sessão, Deputado Marcelo Ramos, pela sua dedicação e compromisso com os empreendedores brasileiros.

É importante fazer uma retrospectiva. No ano passado, o Senador Jorginho Mello, que se encontra presente e é Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, apresentou no Senado Federal um projeto que cria o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional — RELP. Esse programa permite o parcelamento de dívidas das pequenas e microempresas, que foram as mais afetadas durante os 2 anos de pandemia, as que verdadeiramente estiveram fechadas para colaborar para a não disseminação do coronavírus durante esses 2 anos. Com isso, elas obviamente não produziram e acumularam débitos, dívidas. Deixaram de pagar dívidas inclusive com o Governo Federal, referentes a impostos, porque, por uma questão de priorização do pagamento, com o recurso escasso, é natural que, entre pagar um imposto e pagar um colaborador, a decisão seja a de pagar o colaborador. Assim, os impostos ficaram acumulados. No fim do ano, o Senador Jorginho Mello conseguiu a aprovação, por unanimidade, no Senado Federal, do parcelamento de débitos das pequenas e microempresas do Brasil. Na Câmara dos Deputados, com muita honra, tive a oportunidade de ser o Relator dessa matéria, defendendo o entendimento de que o parcelamento especial não é uma anistia de pagamento;



o parcelamento especial não significa abrir mão de receitas, não é uma renúncia fiscal; o parcelamento especial para as pequenas e microempresas é apenas um organizador orçamentário, Srs. Deputados, para que essa pequena empresa que sofreu tanto durante a pandemia possa pagar de uma forma parcelada os seus débitos acumulados, continuar existindo e gerando empregos e pagar os impostos atuais, que é o principal.

Aprovamos a matéria nesta Casa quase por unanimidade. Quando esse projeto foi à sanção presidencial, infelizmente o Presidente o vetou, por razões jurídicas que lhe foram apresentadas.

O mês de janeiro foi um mês triste, porque nós tivemos o veto ao REFIS. Porém, em todos os anos, no mês de janeiro, a Receita Federal faz uma análise de todas as pequenas e microempresas brasileiras, e aquelas que estiverem inadimplentes são automaticamente excluídas do SIMPLES Nacional, que é o modelo tributário ao qual as pequenas e microempresas estão sujeitas.

Deputados, retirar uma empresa do SIMPLES Nacional é condená-la ao fechamento, é dizer o seguinte: *"Se você não sobrevive no SIMPLES, fora dele fechará as portas"*. Aí, Sras. e Srs. Deputados, nós temos o pior cenário: a microempresa fechada nunca mais pagará os seus débitos acumulados, deixará de gerar empregos e ainda não pagará os impostos atuais.

Dentro desse cenário, Sras. e Srs. Deputados, 437,5 mil pequenas empresas brasileiras fizeram a adesão ao SIMPLES no mês de janeiro, mas seriam eliminadas do sistema no dia 31 de janeiro, pois trazem consigo débitos acumulados. Conseguimos, com a parceria e a determinação do Senador Jorginho Mello, que o conselho gestor do SIMPLES Nacional prorrogasse esse prazo de 31 de janeiro para 31 de março, para que houvesse tempo para que esta Câmara e este Senado Federal analisassem esse veto e o derrubassem. Portanto, o prazo foi prorrogado para 31 de março.

Sras. e Srs. Deputados, o que nós estamos analisando nesta tarde é o futuro de 437,5 mil pequenas empresas brasileiras que, no dia 31 de março, estarão condenadas ao fechamento, a não ser que este Congresso Nacional derrube o veto, que essa legislação seja promulgada e que essas pequenas empresas tenham o direito de continuar existindo, pagando seus impostos atrasados de uma forma parcelada, gerando empregos e pagando os impostos atuais.

Portanto, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o que nós vamos decidir nesta votação não é se nós derrubaremos o veto ou não; é se 437,5 mil empresas continuarão funcionando. Se nós fizermos aqui, Senador Jorginho e Deputado General Peternelli, um cálculo muito simplista, em que cada uma dessas pequenas e microempresas gere pelo menos três empregos — o alto emprego do proprietário e mais dois —, nós estaremos falando de salvar, nesta tarde, mais de 1 milhão de empregos em pequenas e microempresas brasileiras.

E é a favor disso que eu peço, em nome do nosso partido, o PSD, e como Relator desta matéria na Câmara Federal, ao lado do Senador Jorginho Mello, que esta Casa, por unanimidade — por unanimidade — derrube esse veto, votando "não" a ele, para que amanhã o Presidente possa promulgar essa legislação e na segunda-feira, como nós já conversamos ontem com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, tenhamos aberto no sistema da Receita Federal a oportunidade do REFIS, a oportunidade do parcelamento de débitos, de modo que essas 437 mil empresas possam continuar trabalhando, superando os seus obstáculos diários, que já não são fáceis, superando as dificuldades do mercado, que já não são fáceis, superando todas as adversidades de arriscar o seu próprio dinheiro colocado no capital da empresa para a sobrevivência da sua família e a geração de empregos.

Que o Governo brasileiro proporcione não uma renúncia fiscal, não uma anistia, como muitos dizem erroneamente, mas apenas uma oportunidade de pagar os débitos acumulados enquanto essas empresas estiveram fechadas por obrigação governamental imposta durante a pandemia e continuar sobrevivendo, gerando empregos.



Nós somos 18 milhões de pequenas e microempresas e MEIs no Brasil, e 437 mil delas dependem do voto que cada Parlamentar dará nesta tarde. Na minha cabeça, Senador Jorginho Mello, nós vamos aprovar a derrubada desse veto por unanimidade, porque votar contra a pequena e a microempresa é um ato de desumanidade com quem investe o seu capital, arrisca o seu futuro e gera empregos no Brasil. Quem defende a geração de empregos vota contra este veto.

Quero agradecer, Presidente Marcelo, ao nosso Presidente do Congresso, o Senador Rodrigo Pacheco, que atendeu ao pleito nosso — meu e do Senador Jorginho —, permitindo que esta sessão ocorresse e que o Veto nº 8, o veto ao REFIS, fosse analisado.

Senhoras e senhores, peço, junto com o Senador Jorginho, o voto "não" ao veto ao REFIS das pequenas e microempresas, para que nós possamos proporcionar a elas uma oportunidade de tocar a vida em frente.

Muito obrigado, Presidente Marcelo. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes. Depois, falará a Deputada Marília Arraes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Presidente, nobres Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, esses dois projetos são extremamente importantes para o povo brasileiro.

O primeiro, para a retomada do desenvolvimento econômico e a superação da pandemia da COVID-19, promove o REFIS, a renegociação das dívidas dos maiores empreendedores e geradores de oportunidades de nosso País, que são os pequenos e os microempresários. Esse projeto, na minha opinião, é um elemento fundamental para a superação da pandemia e para o processo de reconstrução do nosso País. Portanto, a nossa bancada posiciona-se pela derrubada do veto.

É lamentável que o Governo, após ter negociado esse projeto nesta Casa, inclusive com a Oposição, o tenha vetado. Mas a mobilização da sociedade civil organizada, dos setores empreendedores das pequenas e microempresas e dos microempreendedores individuais fora do Parlamento brasileiro vai pressionar o Parlamento a derrubar esse veto.

Essa é uma ação muito importante. Esta Casa sempre é generosa com os grandes empresários do setor do agronegócio, para os quais sempre há não só o perdão das dívidas, mas também a renegociação das dívidas em valores bilionários. Portanto, é preciso que se faça justiça em relação a esses aproximadamente 12 milhões de brasileiros e brasileiras que foram extremamente atingidos pela COVID-19, com restrições em suas atividades, seja na prestação de serviços, seja na produção de bens. Com a derrubada desse veto pelo Congresso Nacional, tudo isso será acertado.

O segundo projeto, de autoria da Deputada Marília Arraes, uma mulher brilhante e guerreira, do meu partido, vai ao encontro da dignidade menstrual das mulheres. Com muita coragem, ela pautou esse debate no Parlamento brasileiro, que reconheceu que, de fato, temos aproximadamente 6 milhões de mulheres que necessitam desse apoio em função do seu baixo poder econômico e que isso tem que fazer parte do conjunto dos direitos, do conjunto das políticas públicas. De fato, mais uma vez, o Governo Bolsonaro vetou esse projeto, mostrando o seu preconceito contra as mulheres e a sua falta de sensibilidade.

O Parlamento também vai fazer aqui um acerto de contas ao derrubar esse veto, porque nós precisamos de uma política pública, e não de um decreto ou de uma mera promessa de ano eleitoral.

É fundamental que este direito seja conquistado, através da nossa legislação, através do Parlamento brasileiro, e que haja uma política pública permanente para enfrentar a pobreza menstrual.

Quero parabenizar, mais uma vez, nossa Deputada Marília Arraes, que, com muita ousadia, tratou deste tema no Parlamento brasileiro e, mais do que isso, o transformou numa política pública, numa



política do Estado brasileiro, e não numa política de um Governo de plantão, especialmente porque esse Governo não tem nenhuma sensibilidade com a nossa comunidade, com os mais pobres ou com as maiorias minorizadas deste País, já que a ampla maioria da população é constituída por mulheres, por negros e negras. Esse Governo, enfim, não tem empatia pela maioria do povo brasileiro.

Nós vamos encaminhar a favor da derrubada do veto, ao tempo em que, mais uma vez, parabenizamos a Deputada Marília Arraes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado, Deputado.

Depois de ouvirmos o Deputado General Peternelli, eu vou encerrar a votação do Veto nº 8 na Câmara.

Tem a palavra o Deputado General Peternelli, com o tempo da Liderança do União Brasil agregado.

O SR. GENERAL PETERNELLI (UNIÃO - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário sobre a importância da derrubada deste veto, sobre a orientação feita pelo Deputado Bertaiolli e pelo Senador Jorginho, que falaram do volume de atividades, de empregos gerados e da importância do SIMPLES.

Eu solicitei este tempo, enquanto ocorre a votação, para dizer como é importante pensarmos no imposto digital, a que é simpático o Ministro da Economia, Paulo Guedes. Se colocarmos o imposto digital ou o imposto único, como alguns gostam de chamar, na proporção de 2,5% no crédito e no débito das empresas, todas as empresas estarão no SIMPLES. Nós não precisaremos mais nos preocupar com o REFIS. Se alguma empresa tiver dificuldade, se não receber recursos ou se ocorrer uma pandemia, não haverá problema: ela só vai recolher aquela atividade, só vai executar o que for previsto quando receber o recurso. De uma maneira simples, portanto, nós não precisaremos mais ter o REFIS tributário no nosso País.

O imposto digital, agregado ao pacto federativo, é uma oportunidade excepcional. No mesmo momento em que o banco arrecadar o dinheiro, serão destinados 30% para a União, 30% para os Estados e 30% para os Municípios. Com isso, a União, que hoje está com pouco mais de 60%, vai para 30%; o Estado, que hoje arrecada um pouco mais que 22%, iria para 30%, e os Municípios, base de tudo o que nós temos, já que todos nós somos municipalistas, iria de 14% para 30% do arrecadado. Disso, é necessário que 10% venham para o Congresso, a fim de serem destinados a políticas regionais do Norte e do Nordeste. Assim, nós teríamos como preservar e conceder vantagens financeiras às regiões que necessitam, e o sistema brasileiro ficaria muito mais simplificado. Eu agrego a esta proposta dos 2,5% na movimentação financeira do crédito e do débito na distribuição dentro de um pacto federativo. O alemão é um terço, um terço, um terço. Nós adaptamos 30%, 30%, 30% e 10% para as políticas de combate às desigualdades. Nós acrescentamos duas ideias. Uma, como já ocorre na União Europeia, de que compras acima de mil reais — no caso da União Europeia, são mil euros — só possam ocorrer por meios eletrônicos, o que dá transparência à movimentação financeira. Para que se possa ter o controle desta atividade, a proposta sugere acabar com as notas de grande valor, como as notas de 200, de 100, de 50 e, quem sabe, até a nota de 20, já que agora nós temos o PIX.

Desta forma, nós estaríamos fazendo uma reforma tributária no País com uma simplicidade extraordinária, distribuindo o percentual adequado para a União, para os Estados e para os Municípios, compensando as desigualdades regionais e dando uma atenção especial à Zona Franca de Manaus, que teria um retorno com estes 10% para aquelas atividades. Além disso, nós simplificaríamos esse manicômio tributário que nós temos hoje no País. Seria um bom momento para nós acabarmos com a necessidade do REFIS de parcelamento e com a necessidade de recolhimento de tributos de recolhimento.

Esta é a melhor solução tributária para o País e este é um bom momento para falar sobre este



assunto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Como orienta o NOVO?

O SR. TIAGO MITRAUD (Bloco/NOVO - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, assim como na votação deste projeto, que passou por este plenário em dezembro, o NOVO orienta a favor da manutenção do veto, pelos motivos expostos naquela ocasião.

Nós entendemos que há, sim, empresas que passaram por dificuldades na pandemia, até por causa de obrigações que lhes foram impostas pelo Estado. Porém, este REFIS é muito amplo. Ele pega dívidas tributárias de antes do período da pandemia, permite que empresas que até tiveram aumento do faturamento durante a pandemia façam o REFIS e ainda oferece um prazo extremamente longo para o pagamento da dívida: 15 anos.

Sr. Presidente, além disso, o Governo já fez um programa que permite que as empresas que tiveram perdas no faturamento durante a pandemia façam o parcelamento da dívida, e este programa vai ficar ativo até o fim de abril. Portanto, nós não vemos a necessidade deste programa, que amplia excessivamente o REFIS e mantém aquela cultura no Brasil de que, às vezes, vale mais a pena não pagar imposto porque, daqui a pouco, haverá um REFIS para atender você.

Por isso, o NOVO orienta pela manutenção do veto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Vou proclamar o resultado: SIM: 11 votos; NÃO: 430 votos; abstenção, 1. **(Resultado das votações - Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

Está rejeitado o veto na Câmara.

O veto vai à promulgação.

Parabéns, em especial, ao Senador Jorginho Mello, protagonista desde o início no esforço de aprovação desta matéria, e ao Deputado Marco Bertaiolli, que, com toda a habilidade e sabedoria, conduziu o tema na Câmara dos Deputados.

Quem ganha é o Brasil, que conseguirá receita de onde não se previa. Ganham as empresas, que terão a possibilidade de se regularizar e de continuar empreendendo e gerando emprego no nosso País.

Tem a palavra o Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (PL - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, quero agradecer a V.Exa. a condução e a forma que nós encontramos para conseguir esta vitória extraordinária. Agradeço a todos os Deputados, ao Deputado General Peternelli, a todas as Deputadas, a todos os Senadores e a todas as Senadoras esta votação.

Friso, mais uma vez, Líder Senador Eduardo Gomes, a grandeza de termos derrubado o veto, com o apoio do Governo, com o apoio de V.Exa. e do Presidente Bolsonaro, que foi obrigado a vetar naquela noite, mas com a certeza de que nós derrubaríamos o veto, como fizemos hoje, para irmos ao encontro dos microempresários e dos pequenos empresários, que tanto precisam. Com isso, eles terão um oxigênio para ficarem de pé, gerarem emprego e fazerem o Brasil crescer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado, Senador.

Tem a palavra o Senador Eduardo Gomes, pela Liderança do Governo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar os Deputados, as Deputadas, os Senadores, as Senadoras, especialmente no dia de



hoje, pelo encaminhamento da Liderança do Governo no Congresso Nacional. Cumprimento o Senador Jorginho Mello e V.Exa., Sr. Presidente, e digo que, em que pesem todas as disputas políticas e toda a briga ideológica que compreende, no Congresso Nacional, o seu lugar adequado, como reza a democracia. Durante os períodos difíceis do início do mandato, com disputas acirradas, a pandemia e a dificuldade que nós tivemos para vencer hoje na votação de duas matérias acerca dos combustíveis, esta Casa teve a grandeza de buscar o consenso e o entendimento.

Por parte do Presidente Jair Messias Bolsonaro, eu ainda reforço que, na democracia brasileira, ele é o primeiro Presidente da República que assume o cargo pelo voto direto, vindo de 28 anos de convivência nesta Casa.

Portanto, neste veto, a matéria é conexa à geração e à manutenção de emprego com o PAS, com o PRONAMPE, do Senador Jorginho Mello, que foi recebido e concebido por esta Casa, pela Câmara, e pelo Senado e abraçado pelo Presidente Jair Bolsonaro, com as medidas de auxílio.

O que eu quero dizer com isso, Sr. Presidente Marcelo Ramos, é que, no Governo, o Presidente Bolsonaro tem acolhido as propostas legislativas, independentemente da sua iniciativa. Há a responsabilidade do Governo de responder diretamente, por meio do benefício ao cidadão brasileiro.

No que respeita à Lei Aldir Blanc, Senador Jorginho Mello, eu desafio qualquer Parlamentar de qualquer partido, de qualquer Estado ou de qualquer Município brasileiro a fazer uma chamada nas redes sociais ou em qualquer outro instrumento: ele vai encontrar, pela primeira vez na cultura popular brasileira, pessoas dos Municípios e localidades mais humildes que foram diretamente beneficiadas por recursos da Lei Aldir Blanc durante a pandemia. Nós aumentamos em mais de 350 vezes a base de artistas beneficiados com algum recurso público — 98% deles, pela primeira vez na história.

Sabemos que existe o embate político, existe a boa briga política, existe a briga política ruim, às vezes, mas existe, também, o cumprimento da política pública e a compreensão de que nunca o Governo manteve tantas iniciativas de vetos como ocorreu e ocorre agora no Parlamento Brasileiro. Em compensação, em nenhum momento da história, um Presidente da República negociou tanto com o Congresso medidas positivas que, tecnicamente, tinham uma trava de vício de iniciativa ou uma trava orçamentária, e fez desta convivência a abertura da política pública através da sensibilidade — agora, uma palavra forte —, da sensibilidade da Presidência da República e dos seus Ministérios na atuação da política pública na base.

É isso que ocorre agora, mais uma vez, Presidente Marcelo Ramos, quando o Congresso Nacional consolida literalmente o RELP para cumprir os prazos e abrir crédito e dar condições àqueles que fazem parte deste ambiente de retomada que existe no Brasil.

Falo aqui, Presidente, pela primeira vez. Quero agradecer a Deus por eu poder usar este microfone pela primeira vez, nestes 2 anos, já tendo o decreto do Governador de Brasília, Ibaneis Rocha, que tornou não mais obrigatório o uso de máscaras em ambientes fechados, por segurança de saúde. Assim, nós estamos, novamente, revendo os rostos de amigos que nós conhecemos há tanto tempo e que não víamos, todos protegidos do vírus.

Com este novo ambiente, com esta nova mentalidade, agradeço ao Senador Jorginho Mello, assim como agradeço à bancada feminina, aqui liderada pela Deputada Celina Leão, que está aqui com a Deputada Joice Hasselmann, fazendo uma avaliação dos avanços conquistados, independentemente de partido, na semana de comemoração não só do Dia Internacional da Mulher, com a política pública de Estado permanente, mas também de um decreto que amplia e dá novas perspectivas à saúde pública da mulher no nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, a Liderança do Governo fica satisfeita por saber quem vence. Quando nós, em determinados momentos da política, usamos um cabo de guerra, geralmente o cabo de guerra rompe, e



os dois caem, cada um para um lado.

Desta vez, não; desta vez houve a união de todos, entendendo o momento pelo qual o País atravessa e entendendo que é necessária uma retomada. Por isso, o Governo fica satisfeito em saber que houve essa compreensão e que nós avançamos juntos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Muito obrigado, Líder. Com todas as nossas legítimas diferenças em uma democracia, acho que a pandemia deu uma grande lição ao Parlamento brasileiro: o Brasil nos une. Parabéns, pelo esforço de V.Exa.!

Quero registrar o voto contrário, o voto pela derrubada do veto do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que não conseguiu votar pelo sistema.

Passa-se agora à apreciação dos dispositivos de 1 a 12 do Veto nº 59, de 2021, parcial, aposto ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2019.

Em votação na Câmara dos Deputados o Veto nº 59, de 2021.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados já podem votar pelo INFOLEG ou no plenário da Câmara dos Deputados.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Para efeitos de orientação, o NOVO vota "sim" ou "não"? É pela derrubada ou pela manutenção? *(Pausa.)*

"Não" para todos e "sim" apenas para o NOVO.

Tem a palavra a Deputada Marília Arraes.

A SRA. MARÍLIA ARRAES (PT - PE. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente Marcelo Ramos.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, hoje o Congresso Nacional tem a oportunidade de fazer a reparação de uma das maiores violências — das muitas — que Bolsonaro cometeu ao longo do seu Governo: vetar um projeto histórico, não somente pelo assunto, não somente pela mudança que vai acontecer na vida de tantas meninas e mulheres, mas porque nós tivemos a oportunidade de levar ao público um assunto, um problema que sempre foi deixado no privado, como um assunto tratado somente pelas mulheres, que as mulheres tinham vergonha de tratar, de falar, de dizer que passavam por ele.

Sabem por que aconteceu e acontece esse problema ainda? Porque há poucas mulheres na política, poucas mulheres nos espaços de poder e de decisão para dizer que esse assunto, que era privado, precisa de uma política pública, para reparar e diminuir a desigualdade entre homens e mulheres.

Junto com a bancada feminina, junto com a colaboração de mais de 30 Deputadas e Deputados que apresentaram projetos correlatos relativos ao tema, conseguimos levantar essa questão e transformá-la em uma causa do Brasil, uma causa que procurou unir a Câmara, unir o Senado, unir o Congresso, unir a sociedade para mostrar a ela pelo que tantas meninas e mulheres passam todos os dias.

Mas o Presidente não perde a oportunidade de tentar fazer disputa política com tudo: é com guerra, é com vacina, é com COVID, é com pandemia e também é com esse assunto que causa sofrimento, que causa constrangimento, que interfere na vida social, na saúde pública, que é a questão da dignidade menstrual.

Não chamo de pobreza menstrual porque as mulheres que passam por isso são pobres. Aliás, as mulheres são a maior parte da população pobre do mundo. As famílias mais pobres são aquelas compostas exclusivamente por mulheres. E muitas dessas mulheres trabalhadoras deixam de adquirir artigos de higiene menstrual para si para alimentar os filhos, como faz a maioria das mães que abrem mão de si pelos seus filhos.



Um quarto das meninas do Brasil já faltou à aula porque não tinham acesso a artigos de higiene menstrual. E a desigualdade de gênero, com isso, só aumenta. Essas meninas também têm que chegar em casa e fazer serviço doméstico, ajudar a mãe, ajudar em casa, e, muitas vezes, o menino não precisa fazer isso, porque essa cultura nós ainda estamos combatendo, para que as próximas gerações pensem e vivam diferente.

Hoje, contudo, nós temos uma oportunidade de mudar isso.

Nós poderíamos estar aqui, Deputadas e Deputados, falando de uma maneira diferente, sem estar simplesmente criticando o Governo, mas sabemos que o decreto publicado esta semana foi só de cunho eleitoral. É um absurdo ver uma carta de intenções que não tem fundamento nenhum, menciona o tema aqui ou ali, mas não diz exatamente quais mulheres vão ser beneficiadas e quantas delas. É só um protocolo de intenções superficial que não garante um público específico. Mas nós conseguimos aqui, com a articulação e a participação de Deputados e Deputadas de vários partidos, afunilar e, nesta primeira etapa, beneficiar meninas que estudam na rede pública e que são inscritas no CadÚnico, ou seja, com maior vulnerabilidade social, mulheres encarceradas, meninas que cumprem medida socioeducativa e mulheres em situação de rua — no total, quase 6 milhões de mulheres no Brasil.

O decreto de Bolsonaro não tem como dizer ao certo quantas mulheres serão beneficiadas, porque é muito superficial e não diz de onde vem o dinheiro. Nós dissemos que vinha do SUS, porque é um problema de saúde pública. Nós queremos cuidar da saúde dessas mulheres, e o decreto, não. E, ainda por cima, além de não dizer de onde vem o dinheiro, diz que está condicionado à questão de haver possibilidade financeira e orçamentária.

Presidente, eu gostaria de agregar ao meu tempo 1 minuto do tempo para orientação do partido.

Portanto, colegas Deputados, colegas Deputadas, colegas Senadores, Senadoras, aqui estamos fazendo uma reparação. Há anos esse assunto foi escondido, guardado numa caixa. É uma reparação à violência que tantas meninas e mulheres passaram ao ver esse projeto — que foi chamado de "auxílio Modess" — vetado sob as justificativas as mais esdrúxulas do mundo. O Presidente disse todo tipo de atrocidades, como a de que as mulheres só passaram a menstruar no seu Governo. De repente, ele aparece como se fosse salvar o mundo com um decreto, que, além de não ter concretude, não tem segurança.

Esperamos que essa seja uma política de Estado que, entre Governo, saia Governo, continue a avançar. Esperamos que ela seja o primeiro passo para que as meninas de hoje sejam mulheres que atravessem menos dificuldade do que nós atravessamos.

Muito obrigada, Presidente.

O PT orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado, Deputada. Parabéns pelo protagonismo de V.Exa. nessa pauta.

Tem a palavra, pela Liderança do Governo, a Deputada Celina Leão.

A SRA. CELINA LEÃO (PP - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, com muita honra, nesta semana dedicada às mulheres, este Parlamento foi palco e cenário de votação de pelo menos 12 projetos voltados às mulheres. E nós não podemos deixar de agradecer, como disse aqui o Líder do Governo, o Senador Eduardo Gomes, ao Governo Federal pelos avanços também ocorridos.

Eu quero lembrar aqui às nossas Parlamentares que, por mais divergência que tenham com o Governo, no ano passado, o Presidente Bolsonaro sancionou 24 legislações que saíram desta Casa. Isso precisa ser reconhecido, para que possamos continuar avançando. Eu sei que temos divergências às vezes pontuais, mas temos também que agradecer pelo decreto que foi capitaneado pela nossa Ministra Damares. A ideia era trazer uma medida provisória, mas, como o tempo não era hábil para essa construção, criou-se um



decreto, para que se pudesse demonstrar a preocupação do Governo com o tema.

Eu acredito que o Presidente Bolsonaro, no momento do veto, foi muito mal orientado por sua assessoria, porque acreditava que estava vetando por ser inconstitucional, mas não era. No veto, no passado, não havia a destinação da fonte do recurso, mas esse erro legislativo não foi cometido. Todo projeto tem a orientação e fala de onde sairá o recurso. Foi por isso que conseguimos acordar com a Liderança do Governo, com o Senador Eduardo Gomes, para que, além do decreto, que foi sancionado pelo Presidente, pudéssemos derrubar o veto.

E o motivo é muito simples, Sras. e Srs. Deputados: nós sabemos que isso é uma política de Estado. O decreto tem as suas fragilidades, porque é um instrumento legislativo que, a qualquer momento, pode ser revogado. Mas hoje, neste plenário, nós estamos fazendo a derrubada do veto de uma lei que ficará de forma perene para as próximas gerações.

Esse tema é muito importante, Sr. Presidente. Hoje, de acordo com o nosso estudo, 900 mil meninas e jovens não têm acesso à água canalizada e 6,5 milhões delas vivem em casas sem ligação de esgoto.

Imagine como é difícil o acesso a um absorvente nesse ambiente em que não há sequer acesso água, Deputada Sâmia Bomfim!

O nosso estudo apontou também que 28% das mulheres de baixa renda são afetadas diretamente pela pobreza menstrual. Diz também que 94% das mulheres de baixa renda nem sabem o que é viver a pobreza menstrual, mesmo vivendo a pobreza menstrual. São muito graves os dados que chegam a essa bancada.

Por isso, senhoras e senhores, nós reconhecemos os avanços que aconteceram. Nós divergimos, às vezes, da forma como aconteceu, mas não podemos deixar de reconhecer, Deputada Tia Eron, o que foi trazido pelo Governo Federal e pela Ministra Damares no Dia da Mulher: avanços em programas ligados ao empreendedorismo e o decreto relativo à pobreza menstrual.

Entendemos também, Presidente Marcelo Ramos, que a derrubada do veto garante algo que o decreto deixa um pouco vago, que é a garantia do orçamento, porque o decreto fica à mercê da disponibilidade do orçamento, enquanto a lei, não; a lei aponta o orçamento e cria a obrigatoriedade.

Nesta tarde de hoje, houve a unidade de forças: a força do Parlamento federal e a força do Governo Federal, que entenderam que a dignidade menstrual é um importante tema que precisa ser tratado com respeito.

Por isso, os nossos agradecimentos à Ministra Damares e ao Governo federal. Agradeço também por falar como Líder da bancada feminina neste momento de encaminhamento. Eu agradeço muito ao Senador Eduardo Gomes, que me permitiu aqui falar pela Liderança do Governo e dizer que há concordância, não há divergência, porque um projeto completará o outro. Um será uma política pública de Estado e o outro é uma política pública de Governo.

Quero agradecer às Deputadas e agradeço ao Líder do Governo pela percepção da sensibilidade desse tema e por concordar conosco, com a bancada feminina, com relação à derrubada do veto.

Aqui nós não nos enfrentamos. Tudo o que for bom para as mulheres do Brasil nós reconheceremos aqui. Aquilo que o Parlamento constrói de bom nós queremos que o Governo também reconheça.

Por isso nós vamos encaminhar pela derrubada do veto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra à Deputada Tabata Amaral.

A SRA. TABATA AMARAL (PSB - SP. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Abram-se aspas: *"Não sabia, a mulher começou a menstruar no meu Governo. No Governo do PT,*



ela não menstruava” — fechem-se aspas.

Abram-se novas aspas: *”Mandem a Tabata, já que ela é mulher, pegar a verba de gabinete dela e comprar” — fechem-se aspas.*

Abram-se aspas novamente: *”Não vamos tirar o arroz da cesta básica para colocar absorventes” — fechem-se aspas.*

Abram-se, ainda uma vez, aspas: *”Como será o nome da nova estatal? CHICOBRAS? MenstruaBR?” — fechem-se aspas.*

Essas são frases literais de Bolsonaro e de seus Ministros. O que Bolsonaro vem fazendo ao longo dos últimos 2 anos é chacota, é piada da nossa luta, mesmo sabendo que nossas meninas perdem 45 dias de aula por ano por não terem absorventes; mesmo sabendo que mulheres em situação de rua, que mulheres em situação de cárcere, por usarem miolo de pão, jornal sujo ou lençol rasgado, adquirem infecções, muitas chegando a terem de ser internadas. É dessa realidade que estamos falando.

O que Bolsonaro e seu grupo não conseguiam imaginar é que uma verdadeira revolução cultural tomaria conta do Brasil. Dezenas de Estados e dezenas de Municípios se somaram a essa luta, assim como dezenas de Parlamentares, toda a bancada feminina e também a sociedade, o movimento Girl Up, meninas, mulheres, todas que menstruam.

Quando Bolsonaro tenta demonstrar que talvez tenha se sensibilizado e publica um decreto, vemos na prática mais uma chacota: trata-se de um decreto sem prazo, sem recursos, sem fonte de financiamento. E por isso estamos aqui, hoje, depois de 2 anos de muita luta, de muito suor, de muita pressão, derrubando o veto de Bolsonaro ao PL de combate à pobreza menstrual.

Estou muito emocionada, porque este dia e esta luta vão servir de inspiração para mim e para as meninas que estão aqui no plenário pelos próximos anos. Que nós nos lembremos de que a nossa luta é antiga, de nossa luta é histórica, mas a mudança apenas começou.

Eu quero dedicar esta vitória, que é nossa, a todos os homens que também se colocaram como aliados. O Deputado Marcelo Ramos foi fundamental desde o dia zero.

Homens, a luta pela dignidade e pelos direitos das mulheres é de vocês também, não é só nossa.

Mas eu queria, sobretudo, dedicar essa vitória às meninas e às mulheres do Brasil. Na figura dessas meninas do Girl Up que estão aqui, que são minha inspiração, que são minha força, que tanto me emocionam, eu dedico essa vitória nossa. Essa é uma vitória da bancada feminina, das meninas mulheres do Brasil.

E vamos em frente, porque a gente tira dessa luta de quase 2 anos apenas mais força para seguir lutando pela dignidade, por respeito, pela igualdade, por oportunidades, para que nossas meninas possam sonhar sem limites. Muito obrigada a cada um e a cada uma que está neste plenário, que nunca desistiu dessa luta, que nunca abriu mão, que nunca cansou. Vamos em frente, porque nós temos um Brasil extremamente desigual, extremamente preconceituoso e extremamente violento para mudar. Mas, quando eu olho pra essa mobilização, eu tenho certeza de que a gente vai conseguir.

Muito, muito, muito obrigada! E vamos em frente, que há muito mais por vir!

Muito obrigada, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado, Deputada Tabata Amaral. Registro, como fiz anteriormente também, o protagonismo e a luta de V.Exa. por este tema.

Com a palavra a Deputada Sâmia Bomfim, pela liderança do PSOL. Depois, eu vou dar a palavra às Deputadas que estão inscritas para falar sobre esta matéria e ao Deputado Tiago Mitraud. Em seguida, vou encerrar a votação na Câmara, para passarmos à votação no Senado.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.



Quando o Bolsonaro vetou o projeto da dignidade menstrual votado pelo Congresso Nacional, ele mostrou, em primeiro lugar, a sua ignorância, o seu machismo, a sua misoginia ao afirmar que isso era uma frescura das mulheres, como se fosse uma invenção recente o fato de que as mulheres mensalmente menstruam. O tema é tabu, mas ele é uma realidade. Sem a menstruação, inclusive, não existe reprodução da vida humana. Vejam só o nível de ignorância do sujeito!

Mas ele é tão ignorante, tão machista, que ele desconhece, inclusive, a força do movimento feminista aqui no Brasil e no mundo inteiro, que é o que faz arrancarem-se vitórias mesmo em momentos tão difíceis e complexos, e mesmo diante de uma crise tão brutal, como a que vivemos hoje. Os absorventes não são considerados materiais essenciais, portanto têm uma alta taxação, do ponto de vista de impostos. Os tributos são muito altos e os absorventes custam muito caro, ainda que sejam essenciais. E assim deveriam ser considerados.

O veto a esse projeto mostrou uma realidade das mulheres, das meninas brasileiras, meninas que faltam à escola, deixam de ir para as aulas porque não têm absorvente. Vocês sabem o que é isso, num país em que a gente luta tanto pelo direito à alfabetização e pelo direito à escola, onde a evasão escolar aumentou muito no contexto de pandemia. Deixar de ir para a escola porque simplesmente menstrua todos os meses e não tem dinheiro para garantir um absorvente?! Vocês sabem o que é ter que usar, como absorvente, papel, jornal ou miolo de pão? Isso gera uma série de infecções e de complicações no sistema reprodutivo, no útero. Isso tem um impacto gigantesco, inclusive, no SUS, com gastos ainda maiores para o Estado, do que garantir um programa como esse.

Cinco milhões e meio de mulheres brasileiras serão beneficiadas pela derrubada desse veto, 5,5 milhões de mulheres brasileiras que estão numa situação de extrema vulnerabilidade, que se aprofundou muito com a crise da pandemia! A pobreza é uma realidade muito grande no Brasil, a pobreza e a miséria. Mas existe um conceito, o da feminização da pobreza, Deputada Fernanda Melchionna, que é cunhado desde a década de 70. A pobreza atinge em especial as mulheres, justamente pela lógica do funcionamento da sociedade, pela forma como se estruturam a reprodução social e sexual do trabalho. Nos piores empregos, nos postos de trabalho precários estão as mulheres que precisam sustentar as suas famílias, as mães solo, porque são abandonadas muitas vezes por pais que nunca, de fato, assumem-se como pais. E as mulheres têm mais despesas do que os homens, porque precisam garantir o sustento da sua família e também precisam conseguir garantir absorventes. Mulheres que precisam de emprego deixam de ir para uma entrevista de emprego porque não têm absorventes. Portanto, esse veto que nós estamos derrotando no dia de hoje, que nós estamos derrubando no dia de hoje, apesar do machismo e da misoginia do Governo Bolsonaro — nós, sim, estamos derrotando o Governo Bolsonaro por meio do PL da Dignidade Menstrual —, é fundamental para garantir dignidade para milhões de meninas e mulheres brasileiras.

E, no início desta semana, Bolsonaro editou um decreto achando que a gente é boba, querendo enganar a população e as mulheres brasileiras. Primeiro, um decreto é transitório, não tem poder de lei. A qualquer momento, pode cair. Precisamos, portanto, sim, derrotar esse veto. E, segundo, o decreto que ele editou atinge um número muito menor de mulheres, 3 milhões de mulheres a menos do que atingirá o projeto que nós votamos aqui no Congresso, sem contar que o decreto é completamente abstrato, não tem público-alvo e não tem fonte de custeio, diferentemente do projeto que nós aprovamos aqui no Congresso, para o qual ele dizia que não havia fonte de recursos.

Portanto, o dia de hoje é um dia de grande vitória, uma vitória do feminismo, uma vitória do movimento de mulheres, uma vitória deste Parlamento, uma vitória de milhões de meninas brasileiras que deixam de ir às aulas, mulheres que não têm dignidade muitas vezes nas atividades do cotidiano porque não têm acesso a absorventes.

Eu quero saudar o movimento Girl Up, que está aqui presente, todos os coletivos feministas do



Brasil, o Padre Júlio Lancelotti, que em São Paulo fez junto comigo uma ação, que foi muito importante, de distribuição de milhares de absorventes para as mulheres em situação de rua e para tantas outras meninas e mulheres brasileiras que se sensibilizaram, fizeram campanhas nas redes sociais, fizeram doações de absorventes, mostrando a importância desse tema.

E o tema saiu da invisibilidade. Se houve uma coisa positiva que o Bolsonaro fez nesse processo, ao vetar o PL, foi dar visibilidade para um tema que, infelizmente, era pouco debatido pública e abertamente. Ele fez esse favor para o movimento de mulheres. Travou uma queda de braço, achando que nos imporia uma derrota. Pois bem, quem perdeu foi ele. Agora, todo mundo sabe do que se trata o direito à dignidade menstrual.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Com a palavra a Deputada Tia Eron.

A SRA. TIA ERON (REPUBLICANOS - BA) - Sr. Presidente Deputado Marcelo Ramos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Peço que aguarde só um pouquinho. Vamos fazer este registro fotográfico, para que possamos ouvir com atenção o pronunciamento da Deputada Tia Eron.

Venha para cá, Deputada Tia Eron. *(Pausa.)*

A SRA. CELINA LEÃO (PP - DF) - Peço uma salva de palmas para as meninas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Deputada Tia Eron, tem V.Exa. a palavra.

A SRA. TIA ERON (REPUBLICANOS - BA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo de forma respeitosa, porque sei quanto V.Exa. é coerente à frente das sessões da Casa.

Eu ouvi atentamente as colegas que falaram anteriormente. Quero dizer, Deputada Sâmia Bomfim, que foi o bom senso que imperou. A justiça foi a que melhor levou aqui, Sr. Presidente.

As mulheres são fortes por natureza, elas geram naturalmente.

Eu lembro o dia em que estávamos fazendo a última reunião magna do nosso grupo de trabalho. Estamos dando vida ao código, ao marco regulatório do estatuto das vítimas. Tivemos todo um cuidado lá. Como membro do grupo está a Deputada Jaqueline Cassol, que fez uma fala muito emocionante. Fez também um apelo ao Governo para que ele saiba tratar aqueles que são da situação e aqueles que são base. Ali, nós tivemos a representação do Ministro da Justiça Anderson Torres e a presença da Secretária Nacional de Proteção Global Mariana Neris. Vejam, senhores e senhoras, que a discussão no trato daquelas que são vítimas...

Aqui não vou entrar no mérito de quem tem ou não condição de comprar um absorvente ou de quem deixe de comprar um absorvente para comprar um celular, para fazer uso de um cigarro, para usar um copo de cachaca. Não interessa: é direito! Direito não é benesse, direito não é favor. Direito é direito, precisa ser assegurado e garantido, independentemente de qualquer coisa. E esta Casa fez seu dever de casa.

Destaco mais uma vez o Partido Republicano Brasileiro, Sr. Presidente e demais colegas. Deputada Celina Leão, V.Exa. me citou. Como coordenadora, V.Exa. também esteve no nosso grupo de trabalho e viu a nossa luta, o nosso empenho. Ninguém vai poder desdenhar do esforço que é feito aqui.

Quero chamar atenção para o fato de que o nosso Presidente Nacional, o nosso Líder Vinicius Carvalho, teve o bom senso de entender que o veto devia ser derrubado. Por isso, eu faço essa fala no tempo da Liderança. Por isso, eu levanto a voz em nome das mulheres, não apenas da Bahia, mas de todo o Brasil, e não apenas das mulheres pobres.

Sr. Presidente, ouvimos a Luíza Brunet, que é ativista, atriz e modelo, trazer sua história. Ao mostrar sua história, ela também disse como essa história se conecta com as de tantas outras mulheres. O



que são essas mulheres? Começaram na pobreza, como domésticas, como foi o caso dela, e sofreram abuso no ambiente de trabalho. Na casa dela havia cinco mulheres, com a mãe, e não tinham acesso à dignidade menstrual.

Parece uma coisa fora da realidade, mas desde que eu era menina — já sou tia, Sr. Presidente — ouço dizer que o País é subdesenvolvido.

Precisamos considerar todos esses dados dessa questão. De fato, não se estava onerando nem criando uma fonte maior de despesa. Houve um equívoco muito grande do trato da equipe quando veio tratar disso com o Sr. Presidente. Houve um equívoco. Hoje, eu penso que, pelo bom senso, o Presidente Jair Bolsonaro teve o cuidado de declinar.

E o meu partido fez o encaminhamento, o que me dá muito orgulho, ao vir hoje fazer esta fala no tempo de Liderança, para dizer que votamos "sim", pela derrubada do veto.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado, Deputada Tia Eron.

Tem a palavra a Deputada Fernanda Melchionna.

Depois vou ouvir o Deputado Tiago Mitraud, para que justifique o encaminhamento "sim" do NOVO, e vou encerrar a votação na Câmara, abrindo a votação no Senado em seguida.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente e Deputadas! Quero cumprimentar sobretudo as mulheres brasileiras e os movimentos que lutam há meses pela derrubada deste veto.

Deputada Sâmia Bomfim e Deputada Vivi Reis, estão aqui, conosco, as meninas do Girl Up. Vários coletivos de mulheres se mobilizaram o Brasil inteiro para que chegássemos a esta tarde. É preciso que o povo brasileiro saiba: o Governo brasileiro há 6 meses boicota este projeto. O Governo o vetou porque queria inviabilizar um projeto que responde a uma necessidade de milhões de mulheres brasileiras: a pobreza menstrual. Há mulheres que usam pano; há mulheres que usam jornal, causando vários problemas de saúde para si; há mulheres que deixam de trabalhar; há jovens que deixam de ir à escola. Uma a cada quatro brasileiras já deixou de ir à escola por falta de absorvente, ainda mais com o tamanho da crise econômica, que foi potencializada pelo Governo Bolsonaro, neste momento terrível da nossa história.

Quando o Governo veta, não o faz só porque tem uma agenda de austeridade, uma agenda em que direitos para o povo não podem avançar, mas também porque tem uma agenda misógina. Nós estamos num dos Governos mais machistas da nossa história. Por incrível que pareça, em pleno 2022, nós temos um Governo cujo Presidente é capaz de dizer que teve uma fraquejada quando fez a última filha. Disse isso quando ainda era Deputado Federal, aliás, um dos mais improdutivos da história do País. É um desqualificado, que disse, como bem lido por outra Parlamentar aqui na tribuna, que parece que as mulheres passaram a menstruar no Governo dele, de tão desrespeitoso que é com as mulheres brasileiras — inclusive com a própria mãe, porque, como bem falou a Deputada Sâmia, o ciclo menstrual é fundamental para a reprodução da espécie. Então, vemos uma lógica absurda, misógina, machista, de um governo que tem o menor investimento da última década no combate à violência contra as mulheres.

Nós vimos essa tentativa de protelar o veto, eles não queriam votá-lo. Esses 6 meses de mobilização de redes, mobilização no Congresso Nacional, debates na sociedade brasileira foram fundamentais para que chegássemos hoje à derrubada deste veto, que recoloca 3 milhões de mulheres que seriam retiradas pelo decreto do Governo, um decreto que era uma resposta temporária à reação das mulheres brasileiras diante do veto, decreto que é insuficiente porque retira mulheres em idade escolar do projeto, decreto que não fala da permanência das verbas e restringe a quantidade de mulheres com direito a retirar os seus absorventes para poder garantir a sua dignidade menstrual.

Eu quero parabenizar todas as Parlamentares pela mobilização que nos leva hoje a esta vitória



e, sobretudo, quero parabenizar a sociedade, porque não tenho nenhuma dúvida, meninas, de que, se tivéssemos ficado quietas e tivéssemos aceitado caladas, eles teriam mantido este veto cruel, machista e misógino. Era isso que o Bolsonaro queria.

Mas ele sabe, ou melhor, ele viu a força das mulheres brasileiras, que fez do Ele Não! a maior manifestação feminista da nossa história e garantiu o segundo turno na eleição; a força das mulheres brasileiras, que têm sido as que mais rejeitam Bolsonaro ao longo de 4 anos do seu desastroso Governo; a força das mulheres brasileiras, que vimos agora, com o resultado do episódio machista e misógino do Deputado Arthur do Val, que está recebendo dezenas de pedidos de cassação, sobretudo amplo repúdio das mulheres brasileiras pela forma misógina e machista com que tratou as mulheres ucranianas, que estão na pior condição neste momento, em uma situação de guerra, sujeitas às mais diversas violências, que vão de perder a casa a terem que se refugiar, a serem estupradas, a morrerem. Há civis morrendo na guerra da Ucrânia.

Ao mesmo tempo em que Arthur do Val fez essa fala machista e misógina, ele também sentiu a nossa força. Foi obrigado a renunciar à candidatura ao Governo de São Paulo; houve uma moção proposta pela nossa Líder Sâmia Bomfim, que foi votada pela unanimidade da Câmara dos Deputados; e nós ainda queremos a sua cassação. Que a força que derruba este veto hoje se transforme em uma força potente de mobilização para outras conquistas que ainda precisamos, uma delas fundamental neste ano de 2022, que é reafirmar, em alto e bom som: Bolsonaro nunca mais! Viva a luta das mulheres!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Parabéns, Deputada Fernanda!

Tem a palavra o Deputado Tiago Mitraud.

Depois eu vou encerrar a votação e abrir a votação do Senado.

O SR. TIAGO MITRAUD (Bloco/NOVO - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Primeiro ponto; quero deixar claro que as minhas orientações são todas relativas somente ao Partido Novo. Nesta semana, estamos compondo um bloco com o Cidadania e o PV por conta de uma questão da CMO. Nas votações irei orientar especificamente ao Partido Novo. O Cidadania e o PV têm orientações distintas.

Em relação a esse ponto específico, Presidente, esclareço que o Partido Novo reconhece e se sensibiliza com a causa. Também reconhecemos e corroboramos aqui as inúmeras críticas à forma como o Presidente Bolsonaro lida não só em relação a esse tema dos absorventes, mas também às mulheres em geral. Ele é, sim, um Presidente machista, que não tem nenhum tato em relação às mulheres.

Porém, Presidente, o fato de reconhecermos o problema não faz com que acreditemos que qualquer solução proposta seja a solução adequada. Na votação desse projeto aqui na Câmara no ano passado, defendemos a solução proposta pelo PL, da Deputada Tabata Amaral, que incluía, entre os gastos de manutenção com o desenvolvimento da educação, os gastos com a compra de absorventes. Essa seria a solução adequada. A nosso ver, ela não traria os problemas orçamentários como a solução que havia sido adotada pela Câmara.

Também acreditamos que, com o decreto do Presidente Bolsonaro desta semana, vira uma discussão de autoria. Por esse motivo, orientamos aqui pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Deputado Tiago, eu só quero ponderar com V.Exa. Diante da divergência dos outros dois partidos, não é melhor, no registro no painel, liberar a bancada? *(Pausa.)*

Ah, então tudo bem. Mantém-se o "sim".

Está encerrada a votação.



(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Vou proclamar o resultado: SIM, 25 Parlamentares; NÃO, 426; abstenções, 1. **(Resultado das votações - Vide Item 2.1.2 do Sumário)**

O veto está derrubado na Câmara. *(Palmas.)*

Em votação no Senado Federal o Veto nº 59, de 2021.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar pelo aplicativo Senado Digital ou no plenário do Senado Federal.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Com a palavra o Senador Izalci Lucas, pelo tempo de Liderança do PSDB. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Vivi Reis.

A SRA. VIVI REIS (PSOL - PA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - É uma grande vitória para nós, mulheres e pessoas que menstruam, ter derrubado esse veto de Bolsonaro.

Não é segredo para ninguém que o Governo Bolsonaro é inimigo das mulheres, não se preocupa com a vida, com o direito, com o acesso à saúde das mulheres deste País. E quero aqui destacar que um exemplo disso é que a gestão da Ministra Damares teve o menor gasto do Orçamento nos últimos anos. Isso significa o quê? Significa que não estão se preocupando em destinar recursos para as políticas voltadas para as mulheres, não estão se preocupando em garantir que as mulheres deste País, que as mulheres lá do meu Estado do Pará e da Amazônia possam ter acesso a serviços de qualidade, de combate à violência doméstica, de combate ao feminicídio, de saúde de qualidade.

Além de toda a problemática que já vivemos hoje do racismo institucional dentro do Sistema Único de Saúde, dos problemas de saúde enfrentados pelas mulheres, que muitas vezes não conseguem o mínimo de acesso por falta de investimento, por causa do teto de gastos, que não permite que sejam investidos mais recursos no SUS, nos serviços de educação e de assistência, agora foram usadas diversas desculpas para querer tirar um direito tão básico: o direito à dignidade menstrual, o direito de poder estudar, trabalhar, exercer suas atividades sem precisar sofrer o constrangimento de não ter um absorvente e de não precisar faltar nos seus espaços de estudo de trabalho. É isso o que hoje sofrem as mulheres que menstruam.

É muito importante dizer que neste mês de março conseguimos, com esta votação da Câmara, derrubar o veto de Bolsonaro. Esperamos que o Senado também se posicione a favor dessa derrubada. No início deste ano, quando houve outras votações aqui no Congresso sobre os vetos, quando não foi pautado o veto sobre a questão da dignidade menstrual, eu fiz uma fala muito incisiva dizendo que o mês de março seria um mês marcado pela luta internacional das mulheres. E assim o fizemos. Ocupamos as ruas em 8 de março em diversas cidades deste País para denunciar a política genocida, a política misógina de Bolsonaro e mostramos que essas mulheres que protagonizaram o Ele Não! vão seguir se mobilizando. Vão seguir lutando pela garantia da sua dignidade menstrual; vão seguir lutando para combater a violência doméstica e o feminicídio; vão seguir lutando pela garantia dos seus territórios, a exemplo das mulheres indígenas, quilombolas e ribeirinhas, que se manifestam contra essa política, que se manifestam contra projetos como o PL 191/20, que teve sua urgência aprovada ontem nesta Casa. E eu estou trazendo para cá diversas lutas, para dizer que nós mulheres estamos muito bem organizadas. Não vamos cruzar os braços e esperar outubro deste ano. Vamos seguir denunciando este Governo. Vamos seguir dizendo que as pessoas que menstruam vão ter a garantia do acesso a um item de higiene e de saúde tão básico, vão poder estudar, trabalhar e viver a sua vida com acesso a esse item. Eu, como profissional de saúde, reivindico que a questão menstrual se enquadre em itens referentes à saúde e que, por consequência, a dignidade menstrual seja garantida. Não é que só no Governo Bolsonaro as mulheres menstruam, é que a luta das mulheres



avança para garantir também esse direito, porque antes não se considerava a saúde menstrual como algo importante para a nossa vida.

Agora nós sabemos que não há como recuar. Vamos seguir nos organizando, lutando pelos nossos direitos e dizendo que não daremos nenhum passo atrás. Em defesa da dignidade menstrual, da vida, da saúde e da luta das mulheres, sigamos juntos. Março é um mês dedicado a nós mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Patrick Dorneles.

O SR. PATRICK DORNELES (PSD - PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, é com muita apreensão que venho a esta tribuna para me manifestar sobre a situação dos ucranianos e dos brasileiros na Ucrânia acometidos por doenças raras.

Precisamos instar a diplomacia e o Governo brasileiros a obter informações a respeito dessa delicada situação, especialmente quanto àqueles que mais sofrem com as consequências de uma guerra.

Sr. Presidente, se em uma situação normal as pessoas com doenças raras já sofrem com a falta de medicamentos e outros infortúnios, a exemplo da dificuldade de mobilidade, imagine nessa guerra, em que, sem as condições ideais, se faz necessário fugir das balas, das bombas e dos canhões russos.

Por isso mesmo, peço a intervenção da Presidência desta Casa para que obtenhamos, de forma urgente, com o apoio da diplomacia brasileira, as seguintes informações sobre os ucranianos e os brasileiros que estão sofrendo com as atrocidades da guerra: quantos são os acometidos por doenças raras nessa guerra? Onde estão essas pessoas? Em que situação se encontram? Como esses pacientes vão continuar os seus tratamentos? Haverá apoio dos países que os acolherão? Que apoio humanitário será dispensado para a continuidade do tratamento médico dessa parcela da população ucraniana e brasileira? O Governo brasileiro dará algum apoio médico aos brasileiros com doenças raras que estão sob ameaça da guerra? Em caso afirmativo, de que maneira isso acontecerá?

Além disso, Sr. Presidente, apelamos para a boa vontade da indústria farmacêutica para disponibilizar medicamentos, com o devido apoio dos governos, para amenizar o sofrimento de quem é acometido por doenças raras. Também apelamos para que sejam viabilizados corredores humanitários, a fim de que os inocentes dessa terrível guerra possam sair da Ucrânia e dar continuidade ao tratamento adequado em outro país, incluindo o Brasil. Assim, apelo para esta Casa a fim de que disponibilize o seu aparato político e administrativo para obter, em sintonia com o Itamaraty, de forma urgente, as informações por mim elencadas e, em ato contínuo, tomar as providências que se fizerem necessárias, instando, se for o caso, a Embaixada da Ucrânia no Brasil.

Era o que eu tinha a dizer no presente momento. Solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado nos canais de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Parabéns pela fala de V.Exa., Deputado Patrick Dorneles!

Está deferida a publicação do seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

A presença de V.Exa. nesta Casa nos faz enxergar coisas que muitas vezes os nossos olhos não são capazes de ver. O alerta que V.Exa. faz é um alerta fundamental, e eu tenho certeza de que ele ecoará em todas as instâncias do nosso País.

Parabéns!

Vou seguir a lista de inscritos.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente, por 5 minutos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, é um prazer vê-lo na Presidência.



Hoje eu ia falar da votação de ontem, da mineração, que V.Exa. presidiu. Eu continuo achando que nós temos um problema sério nessa questão. Eu acho que o Congresso Nacional, que a Câmara dos Deputados precisa, sem dúvida, tomar uma posição contra isso. Ontem nós votamos um projeto que é uma mentira. É uma mentira. Ele não tem relatório. Ele tem um grupo de trabalho formado.

Eu acho que não podemos atropelar. Nós não podemos passar a carroça na frente dos bois. Esse projeto é de 2020. Ele tem que passar por Comissões, ou uma Comissão Especial, e não fazer um grupinho de trabalho por pressão da bancada ruralista. O que foi feito ontem, comandado pelo Presidente Arthur Lira, foi realmente algo que destrói o Parlamento brasileiro, porque está baseado numa grande mentira, que é invadir terras indígenas em nome da busca de fertilizantes e potássio, que não existe aí.

Então, quero novamente deixar registrado o meu inconformismo absoluto. Eu quero crer que nós não devemos votar esse projeto. Ele é inconstitucional, ele viola a Convenção nº 169 da OIT, ele viola a Constituição Federal do Brasil. Ele só tem interesses de setores que são destruidores, de grileiros, de desmatadores, de mineradores, ou seja, daqueles que querem destruir o patrimônio da biodiversidade brasileira. Quero deixar isso registrado e dizer que a ciência, as associações, os cientistas, as universidades, a Agência Nacional de Mineração vão provar que não é aí que há potássio nenhum. Os interesses são muito maiores. E usar como álibi a guerra é algo bem destrutivo e estúpido, inclusive, porque nós não vamos resolver o problema dos fertilizantes por aí. Nós sabemos disso. Mas eu não poderia deixar de falar de outro tema. Eu ouvi meus colegas Parlamentares e aqui quero cumprimentar todas as Deputadas e todos os Deputados que falaram sobre a questão da dignidade menstrual. Nós estamos falando aqui da dignidade humana, em particular das mulheres, das meninas e das adolescentes. Nós estamos falando de um direito.

Não há como dizer que esse projeto — o veto certamente será derrubado — partiu de alguma sensibilidade do Bolsonaro. Não! O Bolsonaro é um troglodita! O que ele disse não está só entre as razões do veto. As razões do veto, uma a uma... Ele disse que não havia fontes, que violava a Lei de Responsabilidade Fiscal, que o FUNPEN seria utilizado para outros fins, que aquilo não deveria estar na cesta básica, etc. São argumentos sórdidos contra a visão de saúde pública de dignidade humana e de direito de todas as mulheres brasileiras. Mas, mais do que isso, eu quero crer que nós devemos localizar o problema. É um cidadão que tem esposa e que tem filha adolescente! Ao falar as barbaridades que os nossos colegas levantaram aí, ele humilha seus próprios parentes, ele humilha todas as mulheres brasileiras! Não é só o machismo, a misoginia, é algo perverso. Ele tem uma perversidade que precisa ser combatida.

Eu acho que aí nesse jogo há alguém que é muito cúmplice. A Ministra Damares, do Ministério da Mulher, passou esse tempo todo em cima do veto. Ela, como defensora de direitos humanos e de direito das mulheres, vem com um decreto agora, no dia anterior, para tentar passar a ideia de que eles estão...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Peço que se conecte de novo e conclua, Deputado Ivan, por favor.

Libere o som de novo, Deputado Ivan, para concluir. Clique no microfonezinho e já pode concluir.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Obrigado, Deputado Marcelo.

Eu queria dizer o seguinte: foi de muita insensibilidade isso, porque, na verdade, não só atinge menos mulheres, mas porque nós estamos votando uma lei que não tem prazo, não tem clareza de objetivos, enquanto nós temos as fontes do Sistema Único de Saúde. Entendem?

Então, é de uma inabilidade, de uma insensibilidade! E quero dizer que isso é fruto de uma jogada eleitoral que deve ser repudiada.

Mas eu quero cumprimentar todas as mulheres e todos os Parlamentares que tiveram a sensibilidade



de derrubar este veto e de expor a indignidade de Bolsonaro para com o povo brasileiro e particularmente para com as mulheres brasileiras.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

Concedo a palavra ao Deputado Marcel van Hattem, pelo tempo de Liderança do NOVO, e depois vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

O SR. TIAGO MITRAUD (Bloco/NOVO - MG) - Presidente, antes de passar para o Deputado Marcel, se eu puder fazer uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Pois não.

O SR. TIAGO MITRAUD (Bloco/NOVO - MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu esperei para fazer esta questão de ordem no fim da sessão, para não tumultuar aqui as votações, pois entendi a importância para aqueles que valorizaram a derrubada do veto.

Mas eu queria fazer esta questão baseada no art. 66, §§ 4º e 6º, da Constituição Federal, que estabelece que os vetos devem ser apreciados em sessão conjunta, dentro de 30 dias de seu recebimento, e que, após o decurso desse prazo, a pauta será sobrestada.

Acontece, Presidente, que nós temos não só esses dois vetos que foram votados aqui, mas dezenas de vetos que precisam ser votados e que, por terem mais de 30 dias, estão trancando a pauta. Então, nós acreditamos que não podemos, nem é prudente, nem é autorizado pela nossa Constituição, pinçar os vetos fora de ordem para serem apreciados. Ainda que haja ampla maioria para a derrubada, ou para a apreciação dos vetos, essa é uma questão constitucional, e o STF inclusive já deliberou, há tempos, que a votação dos vetos deve acontecer, que eles trancam a pauta e que devem ser apreciados na ordem em que são recebidos.

Então, na prática, nós estamos aqui desrespeitando a Constituição, assim como no tempo em que o Congresso simplesmente não apreciava os vetos.

Nós entendemos que a pandemia foi usada como argumento diversas vezes para justificar aqui procedimentos distintos do que a Constituição preconiza. Mas não podemos mais utilizá-la como justificativa para o descumprimento e o desrespeito aos ritos constitucionais e regimentais, como feito nesta noite, quando esses dois vetos foram pinçados de um conjunto muito maior deles.

Hoje, a maioria pode estar de acordo com essa prática, mas os precedentes ficam. E nós achamos prudente mudar essa prática e voltar a apreciar os vetos estritamente como manda o rito constitucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Deputado Tiago, essa questão de ordem já foi feita em outras oportunidades. E vou me comprometer com V.Exa., como já reafirmei em outros momentos e tenho cumprido, que nós não votaremos nenhuma outra matéria, fora veto, antes de votar os vetos que estão trancando a pauta.

Um desses vetos trancava a pauta. O veto do RELP não trancava a pauta realmente, mas nós o votamos, porque o prazo de adesão é apenas até o dia 31 de março. Portanto, era uma situação excepcionalíssima.

Nós temos uma sessão previamente agendada para a semana que vem, *a priori*, no dia 16, para enfrentar todos os vetos que estão pendentes.

Então, eu posso me comprometer com V.Exa. de que não faremos mais sessão que não seja para enfrentar todos os vetos que estão pendentes trancando a pauta. E, se não forem todos, que sejam enfrentados na ordem cronológica em que chegaram à Casa.

O SR. TIAGO MITRAUD (Bloco/NOVO - MG) - Agradeço, Presidente. Como V.Exa. já está acostumado a prezar pelo cumprimento dos ritos, agradeço o esforço para que, na próxima sessão,



possamos apreciar todos os vetos que trancam a pauta.

E só relembro que, por gentileza, passe a palavra ao Deputado Marcel para fazer uso do tempo de Liderança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Passo a palavra para o Deputado Marcel van Hattem, pelo tempo de Liderança do NOVO. Depois, eu vou encerrar a votação e a sessão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (Bloco/NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, é uma satisfação encontrá-lo à frente dos trabalhos. Falamos há pouco ainda pelo WhatsApp, e vou retomar a discussão que fazíamos individualmente. Sei do entendimento de V.Exa. em relação à importância de que nós possamos utilizar a palavra em um Parlamento. Nós vivemos em uma democracia representativa, e todo Parlamentar eleito, seja Deputado, seja Senador, precisa poder falar sobre aquilo que pensa, sobre aquilo que defende, para poder tentar com os seus argumentos convencer os demais colegas de sua posição. É óbvio isso que eu estou dizendo, eu não preciso nem repetir, porque já falar isso neste momento numa sessão do Congresso Nacional soa quase ridículo.

Mas a verdade é, Sr. Presidente, que, em breve, logo após esta sessão do Congresso Nacional, será aberta uma sessão da Câmara dos Deputados prevista, que foi pautada no dia de ontem. E, durante essa sessão, deve ser respeitado o ato da Mesa que definiu que nas sessões da Câmara dos Deputados, a partir desta semana, terão a oportunidade do voto todos os Parlamentares que registrarem presença pelo aplicativo Infoleg, mas aqueles que não estiverem no plenário, como é o meu caso hoje, não poderão utilizar a palavra por meio do aplicativo Zoom, como estou fazendo neste momento na sessão do Congresso Nacional, ou seja, não poderemos utilizar o nosso direito básico à palavra durante a sessão próxima da Câmara dos Deputados, que há de se iniciar após a sessão do Congresso Nacional.

Isso é inadmissível, Sr. Presidente. E, felizmente, sei que V.Exa. concorda com isso. Não entendo como o Deputado Arthur Lira assinou esse ato da Mesa, que vai tão frontalmente contra o direito básico constitucional de todos os Parlamentares de se pronunciarem.

Mais: vivemos um momento de pandemia que está se encerrando. Hoje mesmo, no Distrito Federal, o Governador Ibaneis decidiu pelo fim da utilização das máscaras em lugares abertos e fechados. E, na Câmara dos Deputados, seguimos com o sistema de votação remoto. Ou bem retomamos as sessões da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional da forma 100% presencial, o que tem desde já a minha preferência, até que se declare endemia, porque essa foi a justificativa lá atrás para o sistema de votação remoto, ou bem mantemos a possibilidade de voto e de fala de todos os Parlamentares durante uma sessão.

Eu cheguei, há pouco, ao Município de Dois Irmãos. Confesso que já estava programado para outras atividades. Mas, em virtude justamente da falta de previsibilidade e da inconstância das marcações das sessões plenárias da Câmara dos Deputados — fazia tempo que não havia uma sessão na quinta-feira à noite —, não havia motivo para supor que hoje, às 19 horas de uma quinta-feira, haveria sessão da Câmara dos Deputados. É por isso que não estou no plenário. Mas me ressinto, e muito, Sr. Presidente, do fato de que logo mais se inicia uma sessão da Câmara dos Deputados sem a possibilidade de que eu possa usar a palavra, podendo eu apenas votar. Fizemos, ontem, uma questão de ordem — muito bem proferida, aliás, pelo nosso Deputado Tiago Mitraud — questionando a Presidência sobre esse sistema de votação remota sem a possibilidade de fala de quem não está no Plenário. Ainda está pendente de resposta essa nossa questão de ordem, que justamente diz que não se podem criar duas classes Deputados: aqueles que votam e falam e aqueles que só votam.

Espero que o Deputado Arthur Lira, que há de presidir a sessão vinda da Câmara dos Deputados, logo após o encerramento desta sessão do Congresso Nacional, possa ter o bom senso de responder



afirmativamente ao nosso pedido da questão de ordem, para que tenhamos o sistema remoto de fala por meio do aplicativo Zoom, pelo qual estou falando neste momento na sessão do Congresso Nacional, também na Câmara dos Deputados. Ou, então, que S.Exa. desista da convocação de hoje e convoque uma nova sessão para terça-feira que vem, e votemos assim presencialmente, com a presença de todos os Parlamentares no Plenário da Câmara dos Deputados — o que, além de ter a minha preferência, é o mais correto em época de fim da pandemia —, sem a justificativa que antes existia, qual seja, a de evitar a contaminação e a proliferação do vírus.

Por isso, Sr. Presidente, deixo aqui a minha irresignação com o que está proposto para acontecer em seguida, mas também agradeço demais a V.Exa., que tem sido um parceiro nesse sentido. Deixo aqui o meu pedido para que se possa rever esse processo para a sessão vindoura.

Muito obrigado, Sr. Presidente — inclusive pela costumeira tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado, Deputado Marcel van Hattem.

Com a palavra, para falar pela Liderança do PL, o Senador Carlos Portinho. Depois, vamos ouvir o Deputado Daniel Almeida.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Marcelo Ramos.

Hoje é um dia muito especial na semana em que devemos celebrar a participação feminina, o respeito e a dignidade. Como sobrinho-neto de Carmen Portinho, que, junto com Bertha Lutz e tantas outras mulheres, foi responsável pelo movimento que levou ao voto feminino, o Movimento Sufragista, venho aqui falar sobre a dignidade e o respeito à mulher. Como dizia tia Carmen Portinho, a independência econômica é a base da independência social e política da mulher.

O projeto cujo veto vamos derrubar hoje é de suma importância para que a mulher alcance dignidade e respeito. As fontes de recursos estão previstas: para a mulher em ressocialização penitenciária, através do FUNPEN, que é o Fundo Penitenciário; para as demais meninas e mulheres, através da fonte orçamentária prevista no projeto de lei.

Quero dizer que é esta a Legislatura responsável por resgatar esse direito, que é um direito básico das mulheres. Nesta Legislatura e nesta Presidência da República, sob o comando do Presidente Jair Bolsonaro, esse respeito é reconhecido e será colocado em prática.

Por isso, Presidente Marcelo Ramos, quero dizer que o PL vota pela derrubada do veto nesse assunto ao qual tive a oportunidade de me dedicar ao dele tomar conhecimento, sim, através da Deputada Soraya e da minha amiga Michele Pin, aqui no Rio de Janeiro, que é uma grande ativista e mobilizadora, buscando justamente a distribuição gratuita — assim como faz agora essa lei.

Por isso, recomendo a derrubada do veto e celebro o fato de que, nesta Legislatura, neste Governo, há o reconhecimento desse direito da mulher.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado.

Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a posição do PCdoB sobre esses dois vetos.

É muito importante que o Congresso tenha derrubado esses vetos. Bolsonaro vetou esses projetos de forma absurda, injustificável, completamente sem qualquer razão. Aliás, não é estranho que essas coisas venham do Presidente Bolsonaro.

Primeiro ele após veto à lei que garante a dignidade menstrual, a lei que garante que as mulheres tenham acesso à proteção menstrual. Depois, ele após veto à lei sobre a renegociação de dívidas da pequena e da microempresa, a lei do SIMPLES Nacional. Não havia razão, justificativa técnica ou política para esse veto. Foi apenas uma perseguição ao pequeno e ao microempresário, que geram empregos, especialmente



na situação em que a economia se encontra.

Portanto, o PCdoB tem muita convicção da necessidade de derrubadas desses vetos e saúda a posição do Congresso Nacional, que derrubou esses dois vetos, indo contra a posição do Presidente Bolsonaro, que não gosta das mulheres. Aliás, ele já demonstrou isso em muitas oportunidades. Quando pode, sempre prefere agredir as mulheres. E ele também não entende, não compreende, não participa do esforço que as pequenas e as microempresas fazem no nosso País para gerar emprego, gerar renda e desenvolver a nossa economia.

Parabéns ao Congresso Nacional!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado, Deputado Daniel Almeida.

Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Declaro encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Vou proclamar o resultado: SIM, 1 voto; NÃO, 64 votos. **(Resultado das votações - Vide Item 2.1.2 do Sumário)**

Está rejeitado o veto.

A matéria vai à promulgação.

Parabéns por essa bela vitória das mulheres brasileiras!

Eu peço permissão aqui para fazer um registro muito pessoal do engajamento nessa luta, no meu Estado, o Amazonas, da Cris Alvorada, que coordena o grupo que mobiliza esse tema lá; da Deputada Estadual e hoje Secretária de Estado da Assistência Social, Alessandra Campêlo; e também da minha esposa, Juliana Ramos, que é embaixadora dessa campanha.

Antes de encerrar a sessão, concedo a palavra à Deputada Marília Arraes. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero dar uma pequena palavra para também elogiar, como eu sempre digo, com todo o respeito, as meninas Deputadas. Certa feita, na CCJ, eu fui até repreendido porque as tratei por "meninas". Mas essas meninas Deputadas do PT e as demais Deputadas de outras legendas fizeram o que tinha que ser feito: elas nos convenceram, trabalharam, articularam, e hoje a Câmara dá uma demonstração, sob a liderança de V.Exa., de efetivo compromisso com a luta dessas mulheres guerreiras do Parlamento e de todas as mulheres, brasileiras e brasileiras, que tanto precisam da aprovação desse projeto e da derrubada desse veto.

Quero parabenizar a bancada das meninas do PT, as Deputadas do PT, na pessoa da Deputada Marília Arraes, autora do projeto e que agregou em torno dela todas as Parlamentares da bancada feminina. Isso engrandece o Parlamento. O Parlamento é assim: num dia naufraga, vai ao fundo do poço, mas em outro eleva a sua imagem, eleva o valor da representação junto à sociedade brasileira. E este é um desses momentos.

Parabéns, Presidente!

Parabéns à Deputada Marília e a todas as mulheres guerreiras deste Parlamento!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado, Deputado José Guimarães.

Tem a palavra, merecidamente, a Deputada Marília Arraes, pela Liderança do PT. Depois vou encerrar esta sessão.

A SRA. MARÍLIA ARRAES (PT - PE. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Deputado José Guimarães. Obrigada, Presidente Marcelo.

Eu queria também agradecer aos Parlamentares e ao mesmo tempo parabenizar o povo brasileiro, em nome dos integrantes do Congresso Nacional, os representantes do povo, Parlamentares que hoje fizeram história com a reparação de uma grande injustiça. Digo que isso repara uma injustiça por um



simples motivo: poucas mulheres estavam e estão na política para abordar assuntos como esse, assuntos que muitas vezes eram tratados somente em ambiente privado, assim como foi tratada durante muitos anos, por exemplo, a violência doméstica, que era tida como assunto de marido e mulher, em que ninguém metia a colher. E as mulheres, que não participavam dos espaços de liderança, dos espaços de decisão, dos espaços de poder, não podiam tratar desse problema, para que ele fosse alvo de uma política pública.

E como esse assunto da violência contra a mulher há muitos outros, inclusive a questão da dignidade menstrual, mais uma desigualdade que meninas e mulheres sofrem por conta da estruturação social na qual nós vivemos e com a qual sofremos há tantos séculos. Mas aos poucos nós vamos vencendo barreiras.

Daqui a algum tempo, com certeza, o dia de hoje vai ser lembrado, e vão comentar como pode ter sido tão difícil aprovar algo como isso, algo que é natural. Se os homens menstruassem, com certeza, isso já estaria resolvido, já estaria pacificado, já seria distribuído absorvente em todo canto, de forma tranquila, numa ação custeada pelo poder público, como deve ser uma política de saúde pública.

Portanto, colegas Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, nós estamos aqui hoje comemorando, porque se trata de uma grande vitória de meninas e mulheres. E que esse seja o primeiro passo. Que possamos avançar e cada vez mais abranger o público que vai ser beneficiado com essa medida, as mulheres que vão se beneficiar com essa política pública, para que em breve toda mulher que precise ter acesso a um artigo de higiene menstrual possa chegar a um posto de saúde ou a algum órgão público correspondente e ter acesso ao seu absorvente, ao seu item de higiene menstrual. Que as mulheres possam cada vez mais amar seu corpo, sua natureza, viver bem com elas próprias, sem passar por constrangimento, sem passar por ansiedade por conta disso.

Então, meus amigos e minhas amigas, vamos adiante, porque há muita luta pela frente. Esse desgoverno de Bolsonaro durante 4 anos promoveu muito retrocesso. Deu coragem para muita gente falar o que não tinha coragem de falar antes e colocar para fora sentimentos ruins, ódio, misoginia, racismo, xenofobia e tantos outros sentimentos que estavam guardados, mas aos quais o Presidente deu voz. Então, vamos ter um longo caminho pela frente para combater todas essas desigualdades e esses retrocessos. Esperávamos avançar em direitos, no entanto, durante esses anos ficamos aqui nos segurando para não perder os direitos que tínhamos conquistado. Mas vamos conseguir avançar novamente. Estão acabando, estão contados os dias de Bolsonaro na Presidência da República. Estão contados os dias em que ele faz chacota do sofrimento do povo brasileiro, em que ele faz chacota do sofrimento de mulheres e desconsidera tanta desigualdade e tanta injustiça. Muito pelo contrário, ele fomenta ainda mais desigualdade e injustiça para que o povo mais pobre do Brasil continue sendo explorado ou seja ainda mais explorado por conta da miséria que enfrenta.

Meus amigos e minhas amigas, eu agradeço muito por ter tido a oportunidade de trazer esse assunto para o Congresso Nacional, um tema que é debatido no mundo inteiro. Ele mostra, também, a desigualdade entre homens e mulheres por conta desta diferença: mulheres de classe mais alta trabalham dentro de casa mais do que homens da classe mais humilde. Essa diferença social tem que ser vencida. As pessoas mais pobres do mundo são mulheres. Temos que combater tudo isso. E eu, como mãe de duas meninas, de duas mulheres, cada vez mais sinto essa responsabilidade.

Que tenhamos uma sociedade mais justa para que as meninas de hoje não enfrentem caminhos com tantas pedras, com tantos espinhos como há nos nossos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado. Parabéns, Deputada Marília! Por meio de V.Exa., eu saúdo todas as mulheres desta Casa.

V.Exa. quer usar a palavra, Deputada Joice, antes de eu encerrar a sessão? *(Pausa.)*

Vou passar a palavra à Deputada Joice. Antes, lembro que não há acordo para a manutenção do



painel para a sessão da Câmara. Então, eu vou encerrar esta sessão do Congresso após a fala da Deputada Joice, abrir o painel da sessão da Câmara e, tão logo alcancemos o quórum, nós a iniciaremos.

Tem a palavra a Deputada Joice Hasselmann.

A SRA. JOICE HASSELMANN (UNIÃO - SP. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje eu tenho dois motivos para comemorar. O primeiro, obviamente, é a derrubada dos dois vetos que acabamos de derrubar, tanto o do projeto da dignidade menstrual quanto o do projeto que trata do REFIS, do refinanciamento de dívidas para as pequenas e microempresas. E o segundo motivo para comemorar que eu queria dividir com todos acho que não vai colocar ideologias em oposição, e sim uni-las.

Há algum tempo, eu comecei a sonhar alto: começou a brotar no meu coração o desejo de capacitar mulheres na política. Os senhores bem sabem que a bancada feminina aqui é muito inferior à bancada masculina, e nós temos alguns problemas como, por exemplo, problemas de informação. Muitas mulheres não sabem qual o caminho a trilhar, nem mesmo para a filiação partidária, como é que se faz o registro de uma candidatura, como é que se organiza uma campanha. Então o desejo de capacitar mulheres foi nascendo no meu coração, foi queimando no meu coração, mais ou menos como uma gestação. Eu fiquei nos meus 9 meses pensando: *"Para onde eu vou? Como é que eu vou fazer para capacitar essas mulheres?"*

Pois bem, no final de semana passado, eu lancei um curso, o curso Mulheres no Poder, de capacitação política. Para minha felicidade, em menos de 5 dias as vagas acabaram. Nós vamos formar, através desse curso, milhares e milhares de mulheres. Começaremos com mil mulheres, depois mais mil, depois mais mil. Inicialmente, vamos começar o curso com as mulheres que querem ser candidatas, obviamente, porque temos um calendário eleitoral, e essas mulheres terão tempo para a filiação no partido que quiserem. Esse curso não é apenas do meu partido, nem de partido nenhum; é um curso para que as mulheres possam realmente se entender ideologicamente e entender como buscar um partido, como trazer um partido para si e conhecer o caminho exato da legislação eleitoral para o lançamento de uma campanha e a programação de uma campanha.

Quando eu vejo mulheres de todo o Brasil se inscrevendo nesse curso — e há mulheres de norte a sul do País que já se inscreveram, além de uma lista de espera que eu tive que fazer para que essas mulheres que não conseguiram as primeiras vagas possam se inscrever para a segunda turma —, tenho que dizer que, para mim, isso é motivo de muita felicidade.

Muita gente diz: *"Eu não gosto de política"*. Quantas vezes eu ouvi mulheres dizendo para mim: *"Eu não gosto de política"*. E eu sempre dou, com muito carinho, um puxãozinho de orelha e digo: *"Não, você não gosta de político safado, você não gosta de político corrupto"*. De política todos nós temos que gostar, porque a política está em tudo. Há política desde a existência do buraco na rua e a creche que não funciona até o funcionamento da saúde pública e da economia do nosso País. Em tudo há política.

Então, nós mulheres temos que estar prontas para assumir os espaço de poder, seja na política partidária, seja na política do dia a dia, seja como líder de comunidade, seja como líder de entidade. É com isso que eu sonho e é isso o que eu quero. Então, eu trago essa contribuição.

O curso vai ser de graça. Eu não vou cobrar. Esclareço logo isso, antes que alguém pense: *"Olha, ela está fazendo curso para ganhar alguma coisa"*. Não! É tudo absolutamente de graça, com grandes especialistas nas áreas de direito eleitoral, comunicação, gestão de crise. E esse bebê já nasce grande. Ele já nasce com todas as vagas ocupadas.

Eu quero agradecer profundamente a todas as mulheres que se inscreveram e dizer às que não conseguiram que não fiquem chateadas, porque a segunda turma vem aí.

Sr. Presidente, trocando de assunto, quero rapidamente dizer que achei que hoje, nesta sessão, eu ia



subir a esta tribuna e agradecer ao Presidente da República. Depois de tantos meses, eu pensei: *"Nossa! Eu vou elogiar o Presidente da República!"* Era pegadinha. Não dá para elogiar o Presidente da República, porque ele fez um decreto que, supostamente, era para conceder crédito a mulheres, no famoso Banco da Mulher, proposta que eu apresentei nesta Casa, com texto que foi subscrito pelas mulheres e por Líderes de vários partidos, incluindo partidos de oposição. E pensei: *"Meu Deus! O Presidente da República vai realmente promover o empreendedorismo feminino!"* Mas vi que é tudo mentira. Ele editou um decreto para criar burocracia, um decreto que não serve para absolutamente nada e que vai continuar enrolando as mulheres empreendedoras deste País.

O Banco da Mulher, repito, proposto por mim, com o apoio da grande maioria dos Líderes da Casa e da bancada feminina, traz crédito a baixos juros para a mulher empreendedora, busca a mulher empreendedora, destina parte dos recursos do PRONAMPE para a mulher empreendedora.

Então, quero dizer ao Presidente da República que, além de copiar a ideia, faça alguma coisa que preste. Pode copiar a ideia. Pode copiar, não tem problema. Mas tenha vergonha e edite um decreto que realmente ajude a mulher.

Muito obrigada, Presidente Marcelo Ramos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Obrigado, Deputada Joice.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 07 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

56ª Legislatura

4ª Sessão Legislativa Ordinária

6ª Sessão Conjunta do Congresso Nacional, às 16 horas

Presenças no período: 10/03/2022 08:30:00 até 10/03/2022 20:10:00

Votos no período: 10/03/2022 08:30:00 até 10/03/2022 20:10:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X	X
PSD	MG	Alexandre Silveira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
MDB	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
MDB	SP	Giordano	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayme Campos	X	
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
Podemos	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
Cidadania	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	X

Emissão 10/03/2022 20:10:45





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

6ª Sessão Conjunta do Congresso Nacional, às 16 horas

Presenças no período: 10/03/2022 08:30:00 até 10/03/2022 20:10:00

Votos no período: 10/03/2022 08:30:00 até 10/03/2022 20:10:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
PSL	AC	Marcio Bittar	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
PL	RO	Marcos Rogério	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
MDB	PB	Nilda Gondim	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X	
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
PL	RJ	Romário	X	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X
PL	PA	Zequinha Marinho	X	X

Compareceram 80 senadores.

Emissão 10/03/2022 20:10:45





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 14/03/2022

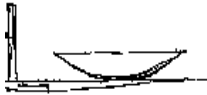
Hora: 13:53

Número: 3

56ª LEGISLATURA**QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA****SESSÃO CONJUNTA Nº 006 - 10/03/2022****Presidente da Casa:** Rodrigo Pacheco - PSD/MG**Presidiram a Sessão:** Marcelo Ramos - 17:24**Registro Eletrônico de Presença em Plenário****Início : 10/03/2022 14:00****Fim : 10/03/2022 20:07****Total de Presentes: 5**

	Partido	Bloco
TOCANTINS		
Eduardo Gomes	MDB	
Presentes de Tocantins : 1		
MARANHÃO		
Eliziane Gama	Cidadania	
Presentes de Maranhão : 1		
RIO GRANDE DO NORTE		
Zenaide Maia (*)	PROS	
Presentes de Rio Grande do Norte : 1		
RIO DE JANEIRO		
Carlos Portinho (*)	PL	
Presentes de Rio de Janeiro : 1		
SANTA CATARINA		
Jorginho Mello	PL	
Presentes de Santa Catarina : 1		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 14/03/2022

Hora: 13:53

Número: 3

56ª LEGISLATURA**Presidente da Casa: Rodrigo Pacheco - PSD/MG****QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA****Presidiram a Sessão: Marcelo Ramos - 17:24****SESSÃO CONJUNTA Nº 006 - 10/03/2022****Registro Eletrônico de Presença em Plenário****Início : 10/03/2022 14:00****Fim : 10/03/2022 20:07****Total de Presentes: 496**

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Edio Lopes	PL	
Haroldo Cathedral	PSD	
Hiran Gonçalves	PP	
Jhonatan de Jesus	Republican	
Joenia Wapichana	Rede	
Nicoletti	União	
Ottaci Nascimento	Solidaried	
Shéridan	PSDB	
Presentes de Roraima : 8		
AMAPÁ		
Acácio Favacho	PROS	
Aline Gurgel	Republican	
André Abdon	PP	
Camilo Capiberibe	PSB	
Jorielson	PL	
Leda Sadala	Avante	
Pedro Dalua	PSC	PscPtb
Professora Marcivania	PCdoB	
Presentes de Amapá : 8		
PARÁ		
Airton Faleiro	PT	
Beto Faro	PT	
Cássio Andrade	PSB	
Celso Sabino	União	
Cristiano Vale	PP	
Delegado Éder Mauro	PSD	
Eduardo Costa	PTB	PscPtb
Elcione Barbalho	MDB	
Hélio Leite	União	
Joaquim Passarinho	PSD	
Júnior Ferrari	PSD	
Nilson Pinto	PSDB	
Olival Marques	União	
Paulo Bengtson	PTB	PscPtb
Vavá Martins	Republican	
Vivi Reis	PSOL	
Presentes de Pará : 16		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

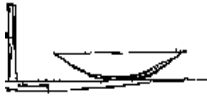
Data: 14/03/2022

Hora: 13:53

Número: 3

	Partido	Bloco
AMAZONAS		
Átila Lins	PP	
Bosco Saraiva	Solidaried	
Capitão Alberto Neto	Republican	
Delegado Pablo	União	
José Ricardo	PT	
Marcelo Ramos	PSD	
Sidney Leite	PSD	
Silas Câmara	Republican	
Presentes de Amazonas : 8		
RONDONIA		
Coronel Chrisóstomo	União	
Exedito Netto	PSD	
Jaqueline Cassol	PP	
Léo Moraes	Podemos	
Lucio Mosquini	MDB	
Mariana Carvalho	PSDB	
Mauro Nazif	PSB	
Silvia Cristina	PDT	
Presentes de Rondonia : 8		
ACRE		
Alan Rick	União	
Dra. Vanda Milani	Solidaried	
Flaviano Melo	MDB	
Jéssica Sales	MDB	
Jesus Sérgio	PDT	
Leo de Brito	PT	
Mara Rocha	PSDB	
Perpétua Almeida	PCdoB	
Presentes de Acre : 8		
TOCANTINS		
Carlos Henrique Gaguim	Republican	
Célio Moura	PT	
Dulce Miranda	MDB	
Eli Borges	Solidaried	
Osires Damaso	PSC	PscPtb
Professora Dorinha Seabra Rezende	União	
Tiago Dimas	Solidaried	
Vicentinho Júnior	PL	
Presentes de Tocantins : 8		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

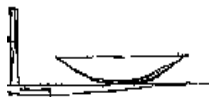
Data: 14/03/2022

Hora: 13:53

Número: 3

	Partido	Bloco
MARANHÃO		
Aluisio Mendes	PSC	PscPtb
Bira do Pindaré	PSB	
Cleber Verde	Republican	
Edilázio Júnior	PSD	
Gastão Vieira	PROS	
Hildo Rocha	MDB	
João Marcelo Souza	MDB	
Josimar Maranhãozinho	PL	
Josivaldo JP	Podemos	
Junior Lourenço	PL	
Juscelino Filho	União	
Marreca Filho	Patriota	
Pastor Gil	PL	
Pedro Lucas Fernandes	PTB	PscPtb
Rubens Pereira Júnior	PCdoB	
Zé Carlos	PT	
Presentes de Maranhão : 16		
CEARÁ		
AJ Albuquerque	PP	
André Figueiredo	PDT	
Capitão Wagner	PROS	
Célio Studart	PV	NovoCidPv
Danilo Forte	PSDB	
Denis Bezerra	PSB	
Domingos Neto	PSD	
Dr. Jaziel	PL	
Eduardo Bismarck	PDT	
Genecias Noronha	Solidaried	
Heitor Freire	União	
Idilvan Alencar	PDT	
José Airton Félix Cirilo	PT	
José Guimarães	PT	
Júnior Mano	PL	
Leônidas Cristino	PDT	
Luizianne Lins	PT	
Mauro Benevides Filho	PDT	
Pedro Augusto Bezerra	PTB	PscPtb
Robério Monteiro	PDT	
Vaidon Oliveira	PROS	
Presentes de Ceará : 21		
PIAUI		
Átila Lira	PP	
Capitão Fábio Abreu	PL	
Flávio Nogueira	PDT	
Iracema Portella	PP	
Júlio Cesar	PSD	
Marcos Aurélio Sampaio	MDB	
Margarete Coelho	PP	
Marina Santos	PL	
Merlong Solano	PT	
Rejane Dias	PT	
Presentes de Piauí : 10		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

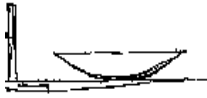
Data: 14/03/2022

Hora: 13:53

Número: 3

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO NORTE		
Benes Leocádio	Republican	
Beto Rosado	PP	
Carla Dickson	PROS	
General Girão	União	
João Maia	PL	
Natália Bonavides	PT	
Rafael Motta	PSB	
Walter Alves	MDB	
Presentes de Rio Grande do Norte : 8		
PARAÍBA		
Aguinaldo Ribeiro	PP	
Damião Feliciano	PDT	
Efraim Filho	União	
Frei Anastacio Ribeiro	PT	
Gervásio Maia	PSB	
Hugo Motta	Republican	
Julian Lemos	União	
Leonardo Gadelha	PSC	PscPtb
Patrick Dorneles	PSD	
Ruy Carneiro	PSDB	
Wilson Santiago	PTB	PscPtb
Presentes de Paraíba : 11		
PERNAMBUCO		
André de Paula	PSD	
André Ferreira	PSC	PscPtb
Augusto Coutinho	Solidaried	
Carlos Veras	PT	
Daniel Coelho	Cidadania	NovoCidPv
Daniilo Cabral	PSB	
Eduardo da Fonte	PP	
Felipe Carreras	PSB	
Fernando Coelho Filho	União	
Fernando Monteiro	PP	
Fernando Rodolfo	PL	
Gonzaga Patriota	PSB	
Marília Arraes	PT	
Milton Coelho	PSB	
Ossesio Silva	Republican	
Pastor Eurico	Patriota	
Raul Henry	MDB	
Renildo Calheiros	PCdoB	
Ricardo Teobaldo	Podemos	
Sebastião Oliveira	Avante	
Silvio Costa Filho	Republican	
Tadeu Alencar	PSB	
Túlio Gadêlha	PDT	
Wolney Queiroz	PDT	
Presentes de Pernambuco : 24		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 14/03/2022

Hora: 13:53

Número: 3

	Partido	Bloco
ALAGOAS		
Isnaldo Bulhões Jr.	MDB	
Marx Beltrão	PSD	
Paulão	PT	
Pedro Vilela	PSDB	
Sergio Toledo	PL	
Severino Pessoa	Republican	
Tereza Nelma	PSDB	
Presentes de Alagoas : 7		
SERGIPE		
Bosco Costa	PL	
Fábio Henrique	PDT	
Fábio Mitidieri	PSD	
Fabio Reis	MDB	
Gustinho Ribeiro	Solidaried	
João Daniel	PT	
Laercio Oliveira	PP	
Valdevan Noventa	PL	
Presentes de Sergipe : 8		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 14/03/2022

Hora: 13:53

Número: 3

	Partido	Bloco
BAHIA		
Abílio Santana	PL	
Adolfo Viana	PSDB	
Afonso Florence	PT	
Alex Santana	PDT	
Alice Portugal	PCdoB	
Antonio Brito	PSD	
Arthur Oliveira Maia	União	
Bacelar	Podemos	
Cacá Leão	PP	
Charles Fernandes	PSD	
Claudio Cajado	PP	
Daniel Almeida	PCdoB	
Elmar Nascimento	União	
Félix Mendonça Júnior	PDT	
João Carlos Bacelar	PL	
Jorge Solla	PT	
José Nunes	PSD	
José Rocha	PL	
Joseildo Ramos	PT	
Leur Lomanto Júnior	União	
Lídice da Mata	PSB	
Marcelo Nilo	PSB	
Márcio Marinho	Republican	
Mário Negromonte Jr.	PP	
Otto Alencar Filho	PSD	
Pastor Sargento Isidório	Avante	
Paulo Azi	União	
Paulo Magalhães	PSD	
Professora Dayane Pimentel	União	
Raimundo Costa	PL	
Ronaldo Carletto	PP	
Sérgio Brito	PSD	
Tia Eron	Republican	
Tito	Avante	
Uldurico Junior	PROS	
Valmir Assunção	PT	
Waldenor Pereira	PT	
Zé Neto	PT	
Presentes de Bahia : 38		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 14/03/2022

Hora: 13:53

Número: 3

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
Aécio Neves	PSDB	
Aelton Freitas	PL	
Alê Silva	Republican	
André Janones	Avante	
Bilac Pinto	União	
Charles Evangelista	União	
Delegado Marcelo Freitas	União	
Diego Andrade	PSD	
Dimas Fabiano	PP	
Domingos Sávio	PSDB	
Dr. Frederico	Patriota	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Emidinho Madeira	PSB	
Eros Biondini	PROS	
Euclides Pettersen	PSC	PscPtb
Fábio Ramalho	MDB	
Franco Cartafina	PP	
Fred Costa	Patriota	
Gilberto Abramo	Republican	
Greyce Elias	Avante	
Hercílio Coelho Diniz	MDB	
Igor Timo	Podemos	
Júlio Delgado	PSB	
Junio Amaral	União	
Lafayette de Andrada	Republican	
Léo Motta	União	
Leonardo Monteiro	PT	
Lincoln Portela	PL	
Lucas Gonzalez	Novo	NovoCidPv
Luis Tibé	Avante	
Marcelo Álvaro Antônio	União	
Marcelo Aro	PP	
Mário Heringer	PDT	
Mauro Lopes	MDB	
Misael Varella	PSD	
Newton Cardoso Jr	MDB	
Odair Cunha	PT	
Padre João	PT	
Patrus Ananias	PT	
Paulo Abi-Ackel	PSDB	
Paulo Guedes	PT	
Pinheirinho	PP	
Reginaldo Lopes	PT	
Rodrigo de Castro	PSDB	
Rogério Correia	PT	
Stéfano Aguiar	PSD	
Subtenente Gonzaga	PDT	
Tiago Mitraud	Novo	NovoCidPv
Vilson da Fetaemg	PSB	
Welliton Prado	PROS	
Zé Silva	Solidaried	
Zé Vitor	PL	
Presentes de Minas Gerais : 52		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

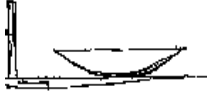
Data: 14/03/2022

Hora: 13:53

Número: 3

	Partido	Bloco
ESPÍRITO SANTO		
Amaro Neto	Republican	
Da Vitória	Cidadania	NovoCidPv
Dra. Soraya Manato	União	
Evair Vieira de Melo	PP	
Felipe Rigoni	União	
Helder Salomão	PT	
Lauriete	PSC	PscPtB
Neucimar Fraga	PSD	
Norma Ayub	União	
Ted Conti	PSB	

Presentes de Espírito Santo : 10



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 14/03/2022

Hora: 13:53

Número: 3

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
Alessandro Molon	PSB	
Altineu Côrtes	PL	
Aureo Ribeiro	Solidaried	
Carlos Jordy	União	
Chico D'Angelo	PDT	
Chiquinho Brazão	Avante	
Chris Tonietto	União	
Christino Aureo	PP	
Clarissa Garotinho	PROS	
Daniel Silveira	União	
Daniela do Waguinho	MDB	
David Miranda	PSOL	
Delegado Antônio Furtado	União	
Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	PP	
Felício Laterça	União	
Gelson Azevedo	PL	
Glauber Braga	PSOL	
Gurgel	União	
Gutemberg Reis	MDB	
Helio Lopes	União	
Hugo Leal	PSD	
Jandira Feghali	PCdoB	
Jones Moura	PSD	
Jorge Braz	Republican	
Julio Lopes	PP	
Juninho do Pneu	União	
Leonardo Picciani	MDB	
Lourival Gomes	União	
Luiz Antônio Corrêa	PL	
Luiz Lima	PL	
Major Fabiana	União	
Marcelo Freixo	PSB	
Márcio Labre	União	
Marcos Soares	União	
Otávio Leite	PSDB	
Otoni de Paula	PSC	PscPtb
Paulo Ganime	Novo	NovoCidPv
Paulo Ramos	PDT	
Pedro Augusto Palareti	PSD	
Professor Joziel	União	
Ricardo da Karol	PSC	PscPtb
Rosângela Gomes	Republican	
Soraya Santos	PL	
Sóstenes Cavalcante	União	
Talíria Petrone	PSOL	

Presentes de Rio de Janeiro : 45



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

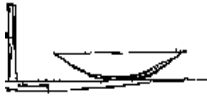
Data: 14/03/2022

Hora: 13:53

Número: 3

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Abou Anni	União	
Adriana Ventura	Novo	NovoCidPv
Alencar Santana Braga	PT	
Alexandre Frota	PSDB	
Alexandre Leite	União	
Alexandre Padilha	PT	
Alexis Fonteyne	Novo	NovoCidPv
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Jardim	Cidadania	NovoCidPv
Baleia Rossi	MDB	
Bozzella	União	
Bruna Furlan	PSDB	
Capitão Augusto	PL	
Carla Zambelli	União	
Carlos Sampaio	PSDB	
Carlos Zarattini	PT	
Celso Russomanno	Republican	
Cezinha de Madureira	PSD	
Coronel Tadeu	União	
Eduardo Bolsonaro	União	
Eduardo Cury	PSDB	
Eli Corrêa Filho	União	
Ely Santos	Republican	
Enrico Misasi	PV	NovoCidPv
Fausto Pinato	PP	
General Peternelli	União	
Geninho Zuliani	União	
Guiga Peixoto	União	
Guilherme Derrite	PP	
Guilherme Mussi	PP	
Herculano Passos	MDB	
Ivan Valente	PSOL	
Jefferson Campos	PSB	
Joice Hasselmann	União	
Kim Kataguiri	União	
Luiz Carlos Motta	PL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	União	
Luiza Erundina	PSOL	
Marcio Alvino	PL	
Marco Bertaiolli	PSD	
Marcos Pereira	Republican	
Miguel Haddad	PSDB	
Miguel Lombardi	PL	
Milton Vieira	Republican	
Niito Tatto	PT	
Paulo Freire Costa	PL	
Paulo Teixeira	PT	
Policial Katia Sastre	PL	
Renata Abreu	Podemos	
Ricardo Izar	PP	
Ricardo Silva	PSB	
Roberto Alves	Republican	
Roberto de Lucena	Podemos	
Rodrigo Agostinho	PSB	
Rosana Valle	PSB	
Rui Falcão	PT	
Sâmia Bomfim	PSOL	





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

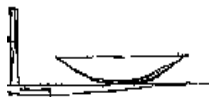
Data: 14/03/2022

Hora: 13:53

Número: 3

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Samuel Moreira	PSDB	
Tabata Amaral	PSB	
Tiririca	PL	
Vanderlei Macris	PSDB	
Vicentinho	PT	
Vinicius Carvalho	Republican	
Vinicius Poit	Novo	NovoCidPv
Vitor Lippi	PSDB	
Presentes de São Paulo : 65		
MATO GROSSO		
Dr. Leonardo	Solidaried	
Emanuel Pinheiro Neto	PTB	PscPtB
José Medeiros	Podemos	
Juarez Costa	MDB	
Nelson Barbudo	União	
Neri Geller	PP	
Professora Rosa Neide	PT	
Valtenir Pereira	MDB	
Presentes de Mato Grosso : 8		
DISTRITO FEDERAL		
Bia Kicis	União	
Celina Leão	PP	
Erika Kokay	PT	
Julio Cesar Ribeiro	Republican	
Laerte Bessa	PL	
Luis Miranda	Republican	
Paula Belmonte	Cidadania	NovoCidPv
Professor Israel Batista	PV	NovoCidPv
Presentes de Distrito Federal : 8		
GOIÁS		
Adriano do Baldy	PP	
Alcides Rodrigues	Patriota	
Célio Silveira	PSDB	
Delegado Waldir	União	
Dr. Zacharias Calil	União	
Elias Vaz	PSB	
Flávia Moraes	PDT	
Francisco Jr.	PSD	
Glaustin da Fokus	PSC	PscPtB
João Campos	Republican	
Jose Mario Schreiner	União	
José Nelto	Podemos	
Lucas Vergilio	Solidaried	
Magda Mofatto	PL	
Professor Alcides	PP	
Rubens Otoni	PT	
Vitor Hugo	União	
Presentes de Goiás : 17		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

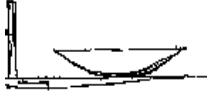
Data: 14/03/2022

Hora: 13:53

Número: 3

	Partido	Bloco
MATO GROSSO DO SUL		
Beto Pereira	PSDB	
Bia Cavassa	PSDB	
Dagoberto Nogueira	PDT	
Dr. Luiz Ovando	União	
Fábio Trad	PSD	
Loester Trutis	União	
Rose Modesto	PSDB	
Vander Loubet	PT	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 8		
PARANÁ		
Aiel Machado	PSB	
Aline Sleutjes	União	
Aroldo Martins	Republican	
Christiane de Souza Yared	PL	
Diego Garcia	Republican	
Enio Verri	PT	
Felipe Francischini	União	
Filipe Barros	União	
Giacobo	PL	
Gleisi Hoffmann	PT	
Gustavo Fruet	PDT	
Leandre	PV	NovoCidPv
Luciano Ducci	PSB	
Luisa Canziani	PTB	PscPtb
Luiz Nishimori	PL	
Luizão Goulart	Republican	
Osmar Serraglio	PP	
Paulo Eduardo Martins	PSC	PscPtb
Pedro Lupion	União	
Reinhold Stephanes Junior	PSD	
Ricardo Barros	PP	
Roman	Patriota	
Rossoni	PSDB	
Rubens Bueno	Cidadania	NovoCidPv
Sargento Fahur	PSD	
Sergio Souza	MDB	
Toninho Wandscheer	PROS	
Vermelho	PSD	
Zeca Dirceu	PT	
Presentes de Paraná : 29		





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 14/03/2022

Hora: 13:53

Número: 3

	Partido	Bloco
SANTA CATARINA		
Angela Amin	PP	
Carlos Chiodini	MDB	
Carmen Zanotto	Cidadania	NovoCidPv
Caroline de Toni	União	
Celso Maldaner	MDB	
Coronel Armando	União	
Daniel Freitas	PL	
Darci de Matos	PSD	
Fabio Schiochet	União	
Geovania de Sá	PSDB	
Gilson Marques	Novo	NovoCidPv
Hélio Costa	Republican	
Pedro Uczai	PT	
Ricardo Guidi	PSD	
Rodrigo Coelho	Podemos	
Rogério Peninha Mendonça	MDB	
Presentes de Santa Catarina : 16		
RIO GRANDE DO SUL		
Afonso Hamm	PP	
Afonso Motta	PDT	
Alceu Moreira	MDB	
Bibo Nunes	PL	
Bohn Gass	PT	
Carlos Gomes	Republican	
Covatti Filho	PP	
Daniel Trzeciak	PSDB	
Fernanda Melchionna	PSOL	
Giovani Cherini	PL	
Giovani Feltes	MDB	
Heitor Schuch	PSB	
Henrique Fontana	PT	
Jerônimo Goergen	PP	
Liziane Bayer	PSB	
Lucas Redecker	PSDB	
Marcel van Hattem	Novo	NovoCidPv
Marcelo Brum	União	
Marcelo Moraes	PTB	PscPtB
Márcio Biolchi	MDB	
Marcon	PT	
Maria do Rosário	PT	
Marlon Santos	PDT	
Maurício Dziedricki	PTB	PscPtB
Nereu Crispim	União	
Osmar Terra	MDB	
Paulo Pimenta	PT	
Paulo Vicente Caleffi	PSD	
Pedro Westphalen	PP	
Pompeo de Mattos	PDT	
Sanderson	União	
Presentes de Rio Grande do Sul : 31		



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 6ª SESSÃO

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Veto Total nº 8/2022





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

Declaração escrita de voto
ao Veto 08/2022 - Parcelamento
de dívidas de micros e pequenas
empresas - RELP.

Senhor Presidente:

Nos termos do Art. 316 do Regimento Interno do Senado Federal - RISF e do Art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, declaro que, na votação do Veto 08/2022 - Parcelamento de dívidas de micros e pequenas empresas - RELP, votei **NÃO** ao Veto, conforme orientação partidária.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2022.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE
Deputada Federal
UNIÃO BRASIL/TO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

Com base nos termos do parágrafo único do artigo 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, declaro que votei **NÃO** ao Veto nº 8/2022 (Veto Total ao PLP nº 46, de 2021, que “Institui o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp)”.).

A votação foi realizada de forma nominal e, por instabilidade no sistema e problemas de conexão no aplicativo Infoleg, não houve o registro do meu voto.

Sala das Sessões, 10 de Março de 2022.

RODRIGO COELHO
Deputado Federal – **PODE/SC**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Professor Israel Batista** - PV/DF

Ofício nº 15/2022/GAB/ISRAEL

Brasília, 10 de março de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RODRIGO PACHECO
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Declaração por Voto Escrito

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 45 e 151 do Regimento Comum (Resolução nº 01/1970-CN) c/c arts. 293, II e 316 do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 93/1970-SF), declaro que, na Sessão Conjunta do Congresso Nacional, realizada no dia 10 de março de 2022, na votação do Requerimento de Destaque nº 8/2022, ao veto nº 8, de 2022 (Parcelamento de dívidas de micros e pequenas empresas - Relp), votei (**NÃO** pela sua derrubada).

Atenciosamente,


PROF. ISRAEL BATISTA
Deputado Federal PV/DF





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Republicanos

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Brasília, 11 de março de 2022

Senhor Presidente,

Ao cumprimenta-lo, cordialmente, venho pelo presente solicitar que sejam abonadas as ausências nas votações de ontem, 10/03, quinta-feira, dos Deputados do Republicanos abaixo relacionados, em razão de problemas de conexão ao Sistema de Deliberação Remoto – SDR.

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA – 10/03 – às
17:36

1. VETO TOTAL - Nº 8/2022

Aline Gurgel

Gil Cutrim

2. VETO PARCIAL - Nº 59/2021

Gil Cutrim

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

Deputado **Vinicius Carvalho**

Líder do REPUBLICANOS





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 9, DE 2022

Destaque para votação em separado do Veto Total nº 8, de 2022, apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2021.

AUTORIA: Líder do PL Carlos Portinho (PL/)



[Página da matéria](#)



RQN
00009/2022CONGRESSO NACIONAL
Liderança do Partido Liberal**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 106-D, do Regimento Comum do Congresso Nacional, votação em separado do Veto Total nº 8, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2021, que "Institui o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp)".

JUSTIFICAÇÃO

A pandemia da Covid-19, que aflige o Brasil desde fevereiro de 2020, continua a provocar profundos efeitos negativos em todas as atividades econômicas do País. A imposição governamental de restrições aos negócios levou as empresas, assim como os cidadãos, a enfrentar severas restrições no capital de giro (caixa) para honrar seus compromissos junto a instituições financeiras, fornecedores, empregados e com o próprio Fisco.

Com a magnitude da crise julga necessário a instituir um parcelamento especial (refis), de longo prazo. A ideia é dividir os débitos das pessoas jurídicas para com a Fazenda Nacional ou devidos no âmbito do Simples Nacional em um horizonte de até 15 anos.

O proposto Programa de Renegociação em Longo Prazo de Débitos para com a Fazenda Nacional ou Devidos no Âmbito do Simples Nacional (RELP) permite o reescalonamento de débitos de natureza tributária ou não tributária, inclusive oriundos de parcelamentos anteriores, rescindidos ou ativos, e de transação.



SF/22511.48477-90 (LexEdit*)



Ressalta-se que o projeto atende às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, já que visa criar as condições para recuperar a economia e a geração de emprego e renda, e veicula medida de extrema necessidade, dado o alto impacto produzido pela pandemia da Covid-19.

Tem amparo no art. 65 da LRF, o qual dispensa o atingimento dos resultados fiscais na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional enquanto perdurar a situação.

Sala das Sessões, 8 de março de 2022.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)
Líder do Partido Liberal

SF/22511.48477-90 (LexEdit*)





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Veto nº 8, de 2022

Veto Total aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2021, que "Institui o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no âmbito do Simples Nacional (Relp)".

Matéria **VETO 8/2022**

Início Votação **10/03/2022 17:54:45**

Término Votação **10/03/2022 18:16:37**

Sessão **6º Sessão Conjunta**

Data Sessão

10/03/2022 17:36:04

Partido	Orientação
MDB	NÃO
PSD	NÃO
Podemos	NÃO
PL	NÃO
PROGRES	NÃO
PSDB	NÃO
PT	NÃO
DEM	NÃO
Cidadania	NÃO
PDT	NÃO
PROS	NÃO
PSL	NÃO
Republica	NÃO
REDE	NÃO
Maioria	NÃO
Minoria	NÃO
Governo	NÃO
Oposição	NÃO
Banc Fem	NÃO

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	NÃO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	NÃO
PSD	MG	Alexandre Silveira	NÃO
Podemos	PR	Alvaro Dias	NÃO
PSD	BA	Angelo Coronel	NÃO
PL	RJ	Carlos Portinho	NÃO
MDB	MG	Carlos Viana	NÃO
DEM	RR	Chico Rodrigues	NÃO
MDB	RO	Confúcio Moura	NÃO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	NÃO
MDB	SC	Dário Berger	NÃO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	NÃO
MDB	AM	Eduardo Braga	NÃO
Podemos	CE	Eduardo Girão	NÃO

Emissão 10/03/2022 18:16:40





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Veto nº 8, de 2022

Veto Total aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2021, que "Institui o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no âmbito do Simples Nacional (Relp)".

Matéria **VETO 8/2022**

Início Votação **10/03/2022 17:54:45**

Término Votação **10/03/2022 18:16:37**

Sessão **6º Sessão Conjunta**

Data Sessão

10/03/2022 17:36:04

MDB	TO	Eduardo Gomes	NÃO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	NÃO
Cidadania	MA	Eliziane Gama	NÃO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	NÃO
PT	ES	Fabiano Contarato	NÃO
MDB	PE	Fernando Coelho	NÃO
PROS	AL	Fernando Collor	NÃO
Podemos	PR	Flávio Arns	NÃO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	NÃO
MDB	SP	Giordano	NÃO
PSD	TO	Irajá	NÃO
PSDB	DF	Izalci Lucas	NÃO
PT	BA	Jaques Wagner	NÃO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	NÃO
PT	RN	Jean Paul Prates	NÃO
Podemos	GO	Jorge Kajuru	NÃO
PL	SC	Jorginho Mello	NÃO
PSDB	SP	José Serra	NÃO
PROGRES	TO	Kátia Abreu	NÃO
Podemos	RS	Lasier Martins	NÃO
Cidadania	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	NÃO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	NÃO
MDB	GO	Luiz do Carmo	NÃO
PSDB	SP	Mara Gabrilli	NÃO
MDB	PI	Marcelo Castro	NÃO
PSL	AC	Marcio Bittar	NÃO
Podemos	ES	Marcos do Val	NÃO
PL	RO	Marcos Rogério	NÃO
Republica	RR	Mecias de Jesus	NÃO
PSD	MS	Nelsinho Trad	NÃO
PSD	AM	Omar Aziz	NÃO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	NÃO
PSD	BA	Otto Alencar	NÃO
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
Podemos	DF	Reguffe	NÃO
PSDB	MA	Roberto Rocha	NÃO
PT	SE	Rogério Carvalho	NÃO
PL	RJ	Romário	NÃO
MDB	ES	Rose de Freitas	NÃO

Emissão 10/03/2022 18:16:40





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Veto nº 8, de 2022

Veto Total aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2021, que "Institui o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no âmbito do Simples Nacional (Relp)".

Matéria **VETO 8/2022**

Início Votação **10/03/2022 17:54:45**

Término Votação **10/03/2022 18:16:37**

Sessão **6º Sessão Conjunta**

Data Sessão

10/03/2022 17:36:04

PSD	AC	Sérgio Petecão	NÃO
MDB	MS	Simone Tebet	NÃO
PSL	MS	Soraya Thronicke	NÃO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	NÃO
PROS	RR	Telmário Mota	NÃO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	NÃO
PL	MT	Wellington Fagundes	NÃO
PDT	MA	Weverton	NÃO
PROS	RN	Zenaide Maia	NÃO
PL	PA	Zequinha Marinho	NÃO

Presidente:

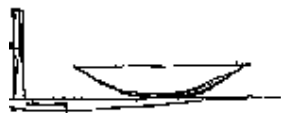
SIM:2 NÃO:65 ABST.: 0

TOTAL:67

Primeiro-Secretario

Emissão 10/03/2022 18:16:40





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 5

56ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
 Rodrigo Pacheco - PSD/MG

Sessão:

SESSÃO CONJUNTA Nº 006 - 10/03/2022

Abertura Painei: 10/03/2022 14:00

Encerramento Painei: 10/03/2022 20:07

Proposição:

VETO TOTAL - Nº 8/2022

Presidiram a Sessão:

Marcelo Ramos - 17:24

Início Votação: 10/03/2022 18:17

Fim Votação: 10/03/2022 18:40

Presidiram a Votação:

Marcelo Ramos

Resultado da Votação

Sim 11

Não 430

Abstenção 1

Total da Votação 442

Total Quorum 442

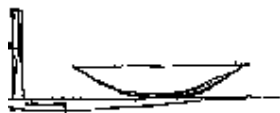
Obstrução 0

Orientação

União - Não
 PT - Não
 PP - Não
 PL - Não
 PSD - Não
 Republican - Não
 MDB - Não
 PSDB - Não
 PSB - Não
 PDT - Não
 PscPtb - Não
 NovoCidPv - Sim
 Solidariad - Não
 Podemos - Não
 PROS - Não
 PSOL - Não
 Avante - Não
 PCdoB - Não
 Patriota - Não
 Rede - Não
 Maioria - Não
 Minoria - Não
 Oposição - Não
 GOV. - Não

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Edio Lopes	PL		Não
Haroldo Cathedral	PSD		Não
Hiran Gonçalves	PP		Não
Jhonatan de Jesus	Republican		Não
Joenia Wapichana	Rede		Não
Nicoletti	União		Não
Ottaci Nascimento	Solidariad		Não
Shéridan	PSDB		Não



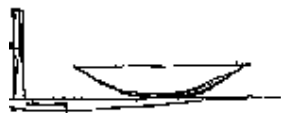


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 5

	Partido	Bloco	Voto
Total Roraima : 8			
AMAPÁ			
Acácio Favacho	PROS		Não
André Abdon	PP		Não
Camilo Capiberibe	PSB		Não
Jorielson	PL		Não
Leda Sadala	Avante		Não
Pedro Dalua	PSC	PscPtb	Não
Total Amapá : 6			
PARÁ			
Airton Faleiro	PT		Não
Beto Faro	PT		Não
Cássio Andrade	PSB		Não
Celso Sabino	União		Não
Cristiano Vale	PP		Não
Delegado Éder Mauro	PSD		Não
Eduardo Costa	PTB	PscPtb	Não
Elcione Barbalho	MDB		Não
Hélio Leite	União		Não
Joaquim Passarinho	PSD		Não
Júnior Ferrari	PSD		Não
Nilson Pinto	PSDB		Não
Olival Marques	União		Não
Vavá Martins	Republican		Não
Vivi Reis	PSOL		Não
Total Pará : 15			
AMAZONAS			
Bosco Saraiva	Solidaried		Não
Capitão Alberto Neto	Republican		Não
Delegado Pablo	União		Não
José Ricardo	PT		Não
Marcelo Ramos	PSD		Não
Silas Câmara	Republican		Não
Total Amazonas : 6			
RONDONIA			
Coronel Chrisóstomo	União		Não
Expedito Netto	PSD		Não
Jaqueline Cassol	PP		Não
Léo Moraes	Podemos		Não
Lucio Mosquini	MDB		Não
Mariana Carvalho	PSDB		Não
Mauro Nazif	PSB		Não



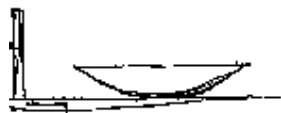


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 5

	Partido	Bloco	Voto
RONDONIA			
Silvia Cristina	PDT		Não
Total Rondonia : 8			
ACRE			
Alan Rick	União		Não
Flaviano Melo	MDB		Não
Jéssica Sales	MDB		Não
Jesus Sérgio	PDT		Não
Leo de Brito	PT		Não
Mara Rocha	PSDB		Não
Perpétua Almeida	PCdoB		Não
Total Acre : 7			
TOCANTINS			
Carlos Henrique Gaguim	Republican		Não
Célio Moura	PT		Não
Dulce Miranda	MDB		Não
Eli Borges	Solidaried		Não
Osires Damaso	PSC	PscPtb	Não
Tiago Dimas	Solidaried		Não
Vicentinho Júnior	PL		Não
Total Tocantins : 7			
MARANHÃO			
Aluisio Mendes	PSC	PscPtb	Não
Bira do Pindaré	PSB		Não
Cleber Verde	Republican		Não
Gastão Vieira	PROS		Não
Hildo Rocha	MDB		Não
Josimar Maranhãozinho	PL		Não
Josivaldo JP	Podemos		Não
Marreca Filho	Patriota		Não
Pastor Gil	PL		Não
Pedro Lucas Fernandes	PTB	PscPtb	Não
Zé Carlos	PT		Não
Total Maranhão : 11			
CEARÁ			
AJ Albuquerque	PP		Não
André Figueiredo	PDT		Não
Capitão Wagner	PROS		Não
Célio Studart	PV	NovoCidPv	Não
Danilo Forte	PSDB		Não
Denis Bezerra	PSB		Não
Domingos Neto	PSD		Não
Dr. Jaziel	PL		Não



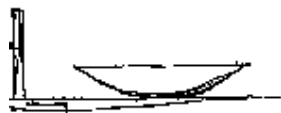


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 5

	Partido	Bloco	Voto
CEARÁ			
Eduardo Bismarck	PDT		Não
Genecias Noronha	Solidaried		Não
Heitor Freire	União		Não
Idilvan Alencar	PDT		Não
José Aírton Félix Cirilo	PT		Não
José Guimarães	PT		Não
Júnior Mano	PL		Não
Leônidas Cristino	PDT		Não
Luizianne Lins	PT		Não
Mauro Benevides Filho	PDT		Não
Pedro Augusto Bezerra	PTB	PscPtb	Não
Robério Monteiro	PDT		Não
Vaidon Oliveira	PROS		Não
Total Ceará : 21			
PIAUI			
Átila Lira	PP		Não
Capitão Fábio Abreu	PL		Não
Flávio Nogueira	PDT		Sim
Iracema Portella	PP		Não
Júlio Cesar	PSD		Não
Marcos Aurélio Sampaio	MDB		Não
Margarete Coelho	PP		Não
Marina Santos	PL		Não
Merlong Solano	PT		Não
Rejane Dias	PT		Não
Total Piauí : 10			
RIO GRANDE DO NORTE			
Benes Leocádio	Republican		Não
Beto Rosado	PP		Não
Carla Dickson	PROS		Não
General Girão	União		Não
João Maia	PL		Não
Natália Bonavides	PT		Não
Rafael Motta	PSB		Não
Walter Alves	MDB		Não
Total Rio Grande do Norte : 8			
PARAÍBA			
Aguinaldo Ribeiro	PP		Não
Frei Anastacio Ribeiro	PT		Não
Gervásio Maia	PSB		Não
Hugo Motta	Republican		Não
Julian Lemos	União		Não



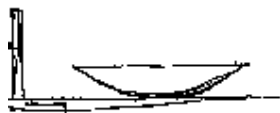


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 5

	Partido	Bloco	Voto
PARAÍBA			
Patrick Dorneles	PSD		Não
Ruy Carneiro	PSDB		Não
Wilson Santiago	PTB	PscPtb	Não
Total Paraíba : 8			
PERNAMBUCO			
André de Paula	PSD		Não
André Ferreira	PSC	PscPtb	Não
Augusto Coutinho	Solidaried		Não
Carlos Veras	PT		Não
Daniel Coelho	Cidadania	NovoCidPv	Não
Danilo Cabral	PSB		Não
Eduardo da Fonte	PP		Não
Felipe Carreras	PSB		Não
Fernando Monteiro	PP		Não
Fernando Rodolfo	PL		Não
Gonzaga Patriota	PSB		Não
Marília Arraes	PT		Não
Milton Coelho	PSB		Não
Ossesio Silva	Republican		Não
Pastor Eurico	Patriota		Não
Raul Henry	MDB		Não
Renildo Calheiros	PCdoB		Não
Ricardo Teobaldo	Podemos		Não
Sebastião Oliveira	Avante		Não
Silvio Costa Filho	Republican		Não
Tadeu Alencar	PSB		Não
Túlio Gadêlha	PDT		Não
Wolney Queiroz	PDT		Não
Total Pernambuco : 23			
ALAGOAS			
Paulão	PT		Não
Pedro Vilela	PSDB		Não
Sergio Toledo	PL		Não
Severino Pessoa	Republican		Não
Tereza Nelma	PSDB		Não
Total Alagoas : 5			
SERGIPE			
Bosco Costa	PL		Não
Fábio Henrique	PDT		Não
Fabio Reis	MDB		Não
Gustinho Ribeiro	Solidaried		Não
João Daniel	PT		Não



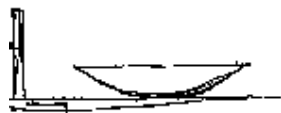


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 5

	Partido	Bloco	Voto
SERGIPE			
Laercio Oliveira	PP		Não
Valdevan Noventa	PL		Não
Total Sergipe : 7			
BAHIA			
Abílio Santana	PL		Não
Adolfo Viana	PSDB		Não
Alex Santana	PDT		Não
Alice Portugal	PCdoB		Não
Antonio Brito	PSD		Não
Arthur Oliveira Maia	União		Não
Bacelar	Podemos		Não
Cacá Leão	PP		Não
Charles Fernandes	PSD		Não
Claudio Cajado	PP		Não
Daniel Almeida	PCdoB		Não
Félix Mendonça Júnior	PDT		Não
João Carlos Bacelar	PL		Não
Jorge Solla	PT		Não
José Nunes	PSD		Não
Joseildo Ramos	PT		Não
Leur Lomanto Júnior	União		Não
Lídice da Mata	PSB		Não
Marcelo Nilo	PSB		Não
Márcio Marinho	Republican		Não
Otto Alencar Filho	PSD		Não
Pastor Sargento Isidório	Avante		Não
Paulo Azi	União		Não
Paulo Magalhães	PSD		Não
Professora Dayane Pimentel	União		Não
Ronaldo Carletto	PP		Não
Sérgio Brito	PSD		Não
Tia Eron	Republican		Não
Tito	Avante		Não
Uldurico Junior	PROS		Não
Valmir Assunção	PT		Não
Waldenor Pereira	PT		Não
Zé Neto	PT		Não
Total Bahia : 33			
MINAS GERAIS			
Aécio Neves	PSDB		Não
Aelton Freitas	PL		Não
Alê Silva	Republican		Não





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 5

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
André Janones	Avante		Não
Bilac Pinto	União		Não
Charles Evangelista	União		Não
Delegado Marcelo Freitas	União		Não
Diego Andrade	PSD		Não
Dimas Fabiano	PP		Não
Domingos Sávio	PSDB		Não
Dr. Frederico	Patriota		Não
Eduardo Barbosa	PSDB		Não
Emidinho Madeira	PSB		Não
Eros Biondini	PROS		Não
Euclydes Pettersen	PSC	PscPtb	Não
Fábio Ramalho	MDB		Não
Franco Cartafina	PP		Não
Fred Costa	Patriota		Não
Gilberto Abramo	Republican		Não
Greyce Elias	Avante		Não
Hercílio Coelho Diniz	MDB		Não
Igor Timo	Podemos		Não
Júlio Delgado	PSB		Não
Junio Amaral	União		Não
Lafayette de Andrada	Republican		Não
Léo Motta	União		Não
Leonardo Monteiro	PT		Não
Lincoln Portela	PL		Não
Lucas Gonzalez	Novo	NovoCidPv	Sim
Luis Tibé	Avante		Não
Marcelo Aro	PP		Não
Mário Heringer	PDT		Não
Misael Varela	PSD		Não
Newton Cardoso Jr	MDB		Não
Odair Cunha	PT		Não
Padre João	PT		Não
Patrus Ananias	PT		Não
Paulo Guedes	PT		Não
Pinheirinho	PP		Não
Reginaldo Lopes	PT		Não
Rodrigo de Castro	PSDB		Não
Rogério Correia	PT		Não
Stefano Aguiar	PSD		Não
Subtenente Gonzaga	PDT		Não
Tiago Mitraud	Novo	NovoCidPv	Sim
Vilson da Fetaemg	PSB		Não



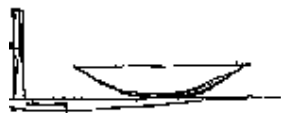


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 5

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
Weliton Prado	PROS		Não
Zé Silva	Solidaried		Não
Zé Vitor	PL		Não
Total Minas Gerais : 49			
ESPÍRITO SANTO			
Amaro Neto	Republican		Não
Da Vitória	Cidadania	NovoCidPv	Não
Dra. Soraya Manato	União		Não
Evair Vieira de Melo	PP		Não
Felipe Rigoni	União		Não
Helder Salomão	PT		Não
Lauriete	PSC	PscPtb	Não
Neucimar Fraga	PSD		Não
Norma Ayub	União		Não
Ted Conti	PSB		Não
Total Espírito Santo : 10			
RIO DE JANEIRO			
Alessandro Molon	PSB		Não
Altineu Côrtes	PL		Não
Aureo Ribeiro	Solidaried		Não
Carlos Jordy	União		Não
Chico D'Angelo	PDT		Não
Chiquinho Brazão	Avante		Não
Chris Tonietto	União		Não
Christino Aureo	PP		Não
Clarissa Garotinho	PROS		Não
Daniel Silveira	União		Não
Daniela do Waguinho	MDB		Não
David Miranda	PSOL		Não
Delegado Antônio Furtado	União		Não
Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	PP		Não
Gelson Azevedo	PL		Não
Glauber Braga	PSOL		Não
Gurgel	União		Não
Gutemberg Reis	MDB		Não
Helio Lopes	União		Não
Hugo Leal	PSD		Não
Jandira Feghali	PCdoB		Não
Jones Moura	PSD		Não
Jorge Braz	Republican		Não
Juninho do Pneu	União		Não
Leonardo Picciani	MDB		Não



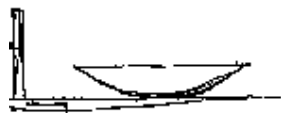


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 5

	Partido	Bloco	Voto
RIO DE JANEIRO			
Luiz Antônio Corrêa	PL		Não
Luiz Lima	S.Part.		Não
Major Fabiana	União		Sim
Marcelo Freixo	PSB		Não
Márcio Labre	União		Sim
Otávio Leite	PSDB		Não
Otoni de Paula	PSC	PscPtb	Não
Paulo Ganime	Novo	NovoCidPv	Sim
Paulo Ramos	PDT		Não
Pedro Augusto Palareti	PSD		Não
Ricardo da Karol	PSC	PscPtb	Não
Rosângela Gomes	Republican		Não
Soraya Santos	PL		Não
Talíria Petrone	PSOL		Não
Total Rio de Janeiro : 39			
SÃO PAULO			
Abou Anni	União		Não
Adriana Ventura	Novo	NovoCidPv	Sim
Alencar Santana Braga	PT		Não
Alexandre Frota	PSDB		Não
Alexandre Leite	União		Não
Alexandre Padilha	PT		Não
Alexis Fonteyne	Novo	NovoCidPv	Sim
Arlindo Chinaglia	PT		Não
Arnaldo Jardim	Cidadania	NovoCidPv	Não
Baleia Rossi	MDB		Não
Bozzella	União		Não
Bruna Furlan	PSDB		Abstenção
Capitão Augusto	PL		Não
Carla Zambelli	União		Não
Carlos Sampaio	PSDB		Não
Carlos Zarattini	PT		Não
Celso Russomanno	Republican		Não
Cezinha de Madureira	PSD		Não
Coronel Tadeu	União		Não
Eduardo Bolsonaro	União		Não
Eduardo Cury	PSDB		Não
Eli Corrêa Filho	União		Não
Ely Santos	Republican		Não
Enrico Misasi	PV	NovoCidPv	Não
Fausto Pinato	PP		Não
General Peternelli	União		Não
Geninho Zuliani	União		Não



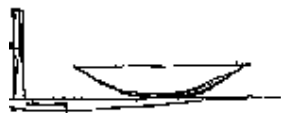


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 5

	Partido	Bloco	Voto
SÃO PAULO			
Guiga Peixoto	União		Não
Guilherme Derrite	PP		Não
Guilherme Mussi	PP		Não
Herculano Passos	MDB		Não
Ivan Valente	PSOL		Não
Jefferson Campos	PSB		Não
Joice Hasselmann	União		Não
Kim Kataguirí	União		Não
Luiz Carlos Motta	PL		Não
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	União		Não
Luiza Erundina	PSOL		Não
Marcio Alvino	PL		Não
Marco Bertaiolli	PSD		Não
Marcos Pereira	Republican		Não
Miguel Haddad	PSDB		Não
Miguel Lombardi	PL		Não
Milton Vieira	Republican		Não
Nilto Tatto	PT		Não
Paulo Freire Costa	PL		Não
Paulo Teixeira	PT		Não
Policial Katia Sastre	PL		Não
Renata Abreu	Podemos		Não
Ricardo Izar	PP		Não
Roberto Alves	Republican		Não
Roberto de Lucena	Podemos		Não
Rodrigo Agostinho	PSB		Não
Rosana Valle	PSB		Não
Rui Falcão	PT		Não
Sâmia Bomfim	PSOL		Não
Samuel Moreira	PSDB		Não
Tabata Amaral	PSB		Não
Tiririca	PL		Não
Vanderlei Macris	PSDB		Não
Vicentinho	PT		Não
Vinicius Carvalho	Republican		Não
Vinicius Poit	Novo	NovoCidPv	Não
Vitor Lippi	PSDB		Não
Total São Paulo : 64			
MATO GROSSO			
Dr. Leonardo	Solidaried		Não
Emanuel Pinheiro Neto	PTB	PscPtb	Não
Juarez Costa	MDB		Não
Nelson Barbudo	União		Não



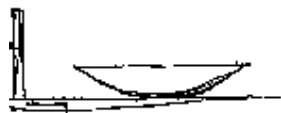


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 5

	Partido	Bloco	Voto
MATO GROSSO			
Neri Geller	PP		Não
Professora Rosa Neide	PT		Não
Valtenir Pereira	MDB		Não
Total Mato Grosso : 7			
DISTRITO FEDERAL			
Bia Kicis	União		Não
Celina Leão	PP		Não
Erika Kokay	PT		Não
Julio Cesar Ribeiro	Republican		Não
Laerte Bessa	PL		Não
Luis Miranda	Republican		Não
Paula Belmonte	Cidadania	NovoCidPv	Não
Total Distrito Federal : 7			
GOIÁS			
Adriano do Baldy	PP		Não
Alcides Rodrigues	Patriota		Não
Dr. Zacharias Calil	União		Não
Elias Vaz	PSB		Não
Flávia Moraes	PDT		Não
Francisco Jr.	PSD		Não
Glaustin da Fokus	PSC	PscPtb	Não
João Campos	Republican		Não
Jose Mario Schreiner	União		Não
José Nelto	Podemos		Não
Lucas Vergilio	Solidaried		Não
Magda Mofatto	PL		Não
Professor Alcides	PP		Não
Rubens Otoni	PT		Não
Vitor Hugo	União		Não
Total Goiás : 15			
MATO GROSSO DO SUL			
Beto Pereira	PSDB		Não
Bia Cavassa	PSDB		Não
Dagoberto Nogueira	PDT		Não
Dr. Luiz Ovando	União		Não
Fábio Trad	PSD		Não
Loester Trutis	União		Não
Rose Modesto	PSDB		Não
Vander Loubet	PT		Não
Total Mato Grosso do Sul : 8			
PARANÁ			
Aline Sleutjes	União		Não



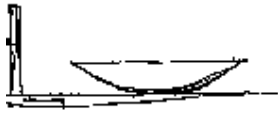


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 5

	Partido	Bloco	Voto
PARANÁ			
Aroldo Martins	Republican		Não
Christiane de Souza Yared	PL		Não
Diego Garcia	Republican		Não
Enio Verri	PT		Não
Felipe Francischini	União		Não
Filipe Barros	União		Não
Gleisi Hoffmann	PT		Não
Gustavo Fruet	PDT		Não
Leandre	PV	NovoCidPv	Não
Luciano Ducci	PSB		Não
Luizão Goulart	Republican		Não
Paulo Eduardo Martins	PSC	PscPtb	Não
Ricardo Barros	PP		Não
Roman	Patriota		Não
Sargento Fahur	PSD		Não
Sergio Souza	MDB		Não
Toninho Wandscheer	PROS		Não
Vermelho	PSD		Não
Zeca Dirceu	PT		Não
Total Paraná : 20			
SANTA CATARINA			
Angela Amin	PP		Não
Carlos Chiodini	MDB		Não
Carmen Zanotto	Cidadania	NovoCidPv	Não
Caroline de Toni	União		Não
Coronel Armando	União		Não
Daniel Freitas	União		Não
Darci de Matos	PSD		Não
Geovania de Sá	PSDB		Não
Gilson Marques	Novo	NovoCidPv	Sim
Hélio Costa	Republican		Não
Pedro Uczai	PT		Não
Rogério Peninha Mendonça	MDB		Não
Total Santa Catarina : 12			
RIO GRANDE DO SUL			
Afonso Hamm	PP		Não
Afonso Motta	PDT		Não
Alceu Moreira	MDB		Não
Bibo Nunes	PL		Não
Bohn Gass	PT		Não
Carlos Gomes	Republican		Não
Covatti Filho	PP		Sim





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 5

	Partido	Bloco	Voto
RIO GRANDE DO SUL			
Daniel Trzeciak	PSDB		Não
Fernanda Melchionna	PSOL		Não
Giovani Cherini	PL		Não
Giovani Feltes	MDB		Não
Heitor Schuch	PSB		Não
Henrique Fontana	PT		Não
Jerônimo Goergen	PP		Não
Liziane Bayer	PSB		Não
Lucas Redecker	PSDB		Não
Marcel van Hattem	Novo	NovoCidPv	Sim
Marcelo Brum	União		Não
Marcon	PT		Não
Maria do Rosário	PT		Não
Maurício Dziedricki	PTB	PscPtb	Não
Nereu Crispim	União		Não
Osmar Terra	MDB		Não
Paulo Pimenta	PT		Não
Paulo Vicente Caleffi	PSD		Não
Pedro Westphalen	PP		Não
Pompeo de Mattos	PDT		Não
Sanderson	União		Não
Total Rio Grande do Sul : 28			



Veto Parcial nº 59/2021





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Zequinha Marinho

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 316 do Regimento Interno do Senado Federal e art. art. 45 do Regimento Comum do Congresso Nacional, declaro meu voto favorável à derrubada do VETO PARCIAL Nº 59, DE 2021 cuja votação ocorreu em sessão conjunta do Congresso Nacional destinada à deliberação dos Vetos nºs 59, de 2021; e 8, de 2022 realizada em 10 de março de 2022. Solicito, portanto, o registro de voto "NÃO" à matéria acima. .

Sala das Sessões, 10 de março de 2022.

Senador Zequinha Marinho



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**Liderança do Republicanos

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Brasília, 11 de março de 2022

Senhor Presidente,

Ao cumprimenta-lo, cordialmente, venho pelo presente solicitar que sejam abonadas as ausências nas votações de ontem, 10/03, quinta-feira, dos Deputados do Republicanos abaixo relacionados, em razão de problemas de conexão ao Sistema de Deliberação Remoto – SDR.

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA – 10/03 – às
17:36

1. VETO TOTAL - Nº 8/2022

Aline Gurgel

Gil Cutrim

2. VETO PARCIAL - Nº 59/2021

Gil Cutrim

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

Deputado **Vinicius Carvalho**

Líder do REPUBLICANOS





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 10, DE 2022

Destaque para votação em separado do Veto nº 59 de 2021.

AUTORIA: Líder do PSOL Sâmia Bomfim (PSOL/SP)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria de Plenário

RQN
00010/2022

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Sr. Presidente,

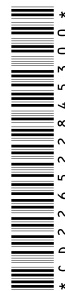
Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para apreciação no Painel Eletrônico do Veto nº 59 de 2021

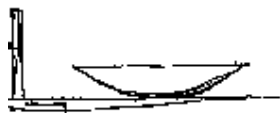
Sala das Sessões, em 10 de março de 2022

Deputada SÂMIA BOMFIM
Líder do PSOL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226522845300>





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 6

56ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
 Rodrigo Pacheco - PSD/MG

Sessão:

SESSÃO CONJUNTA Nº 006 - 10/03/2022

Abertura Painei: 10/03/2022 14:00

Encerramento Painei: 10/03/2022 20:07

Proposição:

VETO PARCIAL - Nº 59/2021

Presidiram a Sessão:

Marcelo Ramos - 17:24

Início Votação: 10/03/2022 18:48

Fim Votação: 10/03/2022 19:23

Presidiram a Votação:

Marcelo Ramos

Resultado da Votação

Sim 25

Não 426

Abstenção 1

Total da Votação 452

Art. 51 1

Total Quorum 453

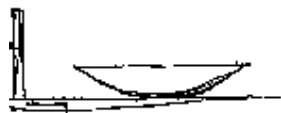
Obstrução 0

Orientação

União - Não
 PT - Não
 PL - Não
 PP - Não
 PSD - Não
 Republican - Não
 MDB - Não
 PSDB - Não
 PSB - Não
 PDT - Não
 PscPtb - Não
 NovoCidPv - Sim
 Solidariad - Não
 Podemos - Não
 PROS - Não
 PSOL - Não
 Avante - Não
 PCdoB - Não
 Patriota - Não
 Rede - Não
 Maioria - Não
 Minoria - Não
 Oposição - Não
 GOV. - Não

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Edio Lopes	PL		Não
Haroldo Cathedral	PSD		Não
Hiran Gonçalves	PP		Não
Jhonatan de Jesus	Republican		Não
Joenia Wapichana	Rede		Não
Nicoletti	União		Não
Ottaci Nascimento	Solidariad		Não
Shéridan	PSDB		Não



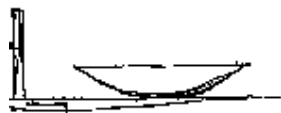


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 6

	Partido	Bloco	Voto
Total Roraima : 8			
AMAPÁ			
Acácio Favacho	PROS		Não
Aline Gurgel	Republican		Não
Camilo Capiberibe	PSB		Não
Jorielson	PL		Não
Leda Sadala	Avante		Não
Pedro Dalua	PSC	PscPtb	Não
Professora Marcivania	PCdoB		Não
Total Amapá : 7			
PARÁ			
Airton Faleiro	PT		Não
Beto Faro	PT		Não
Cássio Andrade	PSB		Não
Celso Sabino	União		Não
Cristiano Vale	PP		Não
Delegado Éder Mauro	PSD		Não
Eduardo Costa	PTB	PscPtb	Não
Elcione Barbalho	MDB		Não
Hélio Leite	União		Não
Joaquim Passarinho	PSD		Não
Júnior Ferrari	PSD		Não
Nilson Pinto	PSDB		Não
Olival Marques	União		Não
Vavá Martins	Republican		Não
Vivi Reis	PSOL		Não
Total Pará : 15			
AMAZONAS			
Bosco Saraiva	Solidaried		Não
Capitão Alberto Neto	Republican		Não
Delegado Pablo	União		Não
José Ricardo	PT		Não
Marcelo Ramos	PSD		Art.51
Sidney Leite	PSD		Não
Silas Câmara	Republican		Não
Total Amazonas : 7			
RONDONIA			
Coronel Chrisóstomo	União		Não
Expedito Netto	PSD		Não
Jaqueline Cassol	PP		Não
Léo Moraes	Podemos		Não
Lucio Mosquini	MDB		Não



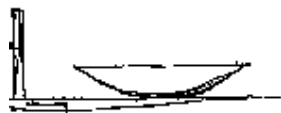


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 6

	Partido	Bloco	Voto
RONDONIA			
Mariana Carvalho	PSDB		Não
Mauro Nazif	PSB		Não
Silvia Cristina	PDT		Não
Total Rondonia : 8			
ACRE			
Alan Rick	União		Não
Dra. Vanda Milani	Solidaried		Não
Flaviano Melo	MDB		Não
Jéssica Sales	MDB		Não
Jesus Sérgio	PDT		Não
Leo de Brito	PT		Não
Mara Rocha	PSDB		Não
Perpétua Almeida	PCdoB		Não
Total Acre : 8			
TOCANTINS			
Carlos Henrique Gaguim	Republican		Não
Célio Moura	PT		Não
Dulce Miranda	MDB		Não
Eli Borges	Solidaried		Não
Osires Damaso	PSC	PscPtb	Não
Professora Dorinha Seabra Rezende	União		Não
Tiago Dimas	Solidaried		Não
Vicentinho Júnior	PL		Não
Total Tocantins : 8			
MARANHÃO			
Aluisio Mendes	PSC	PscPtb	Não
Cleber Verde	Republican		Não
Gastão Vieira	PROS		Não
Hildo Rocha	MDB		Não
João Marcelo Souza	MDB		Não
Josimar Maranhãozinho	PL		Não
Josivaldo JP	Podemos		Não
Junior Lourenço	PL		Não
Juscelino Filho	União		Não
Marreca Filho	Patriota		Não
Pastor Gil	PL		Não
Pedro Lucas Fernandes	PTB	PscPtb	Não
Rubens Pereira Júnior	PCdoB		Não
Zé Carlos	PT		Não
Total Maranhão : 14			
CEARÁ			
AJ Albuquerque	PP		Não



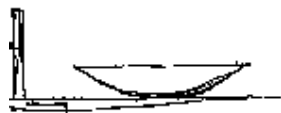


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 6

	Partido	Bloco	Voto
CEARÁ			
André Figueiredo	PDT		Não
Capitão Wagner	PROS		Não
Célio Studart	PV	NovoCidPv	Não
Danilo Forte	PSDB		Não
Denis Bezerra	PSB		Não
Dr. Jaziel	PL		Não
Eduardo Bismarck	PDT		Não
Heitor Freire	União		Não
Idilvan Alencar	PDT		Não
José Airton Félix Cirilo	PT		Não
José Guimarães	PT		Não
Júnior Mano	PL		Não
Leônidas Cristino	PDT		Não
Luizianne Lins	PT		Não
Mauro Benevides Filho	PDT		Não
Pedro Augusto Bezerra	PTB	PscPtb	Não
Robério Monteiro	PDT		Não
Total Ceará : 18			
PIAUÍ			
Átila Lira	PP		Não
Capitão Fábio Abreu	PL		Não
Flávio Nogueira	PDT		Não
Iracema Portella	PP		Não
Júlio Cesar	PSD		Não
Marcos Aurélio Sampaio	MDB		Não
Margarete Coelho	PP		Não
Marina Santos	PL		Não
Merlong Solano	PT		Não
Rejane Dias	PT		Não
Total Piauí : 10			
RIO GRANDE DO NORTE			
Benes Leocádio	Republican		Não
Beto Rosado	PP		Não
Carla Dickson	PROS		Não
General Girão	União		Não
João Maia	PL		Não
Natália Bonavides	PT		Não
Rafael Motta	PSB		Não
Walter Alves	MDB		Não
Total Rio Grande do Norte : 8			
PARAÍBA			
Aguinaldo Ribeiro	PP		Não



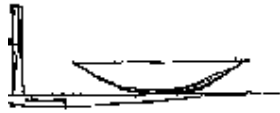


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 6

	Partido	Bloco	Voto
PARAÍBA			
Frei Anastacio Ribeiro	PT		Não
Gervásio Maia	PSB		Não
Hugo Motta	Republican		Não
Julian Lemos	União		Não
Leonardo Gadelha	PSC	PscPtb	Não
Patrick Dorneles	PSD		Não
Ruy Carneiro	PSDB		Não
Total Paraíba : 8			
PERNAMBUCO			
André de Paula	PSD		Não
Augusto Coutinho	Solidaried		Não
Carlos Veras	PT		Não
Daniel Coelho	Cidadania	NovoCidPv	Não
Danilo Cabral	PSB		Não
Felipe Carreras	PSB		Não
Fernando Coelho Filho	União		Não
Fernando Monteiro	PP		Não
Fernando Rodolfo	PL		Não
Marília Arraes	PT		Não
Milton Coelho	PSB		Não
Ossesio Silva	Republican		Não
Pastor Eurico	Patriota		Não
Raul Henry	MDB		Não
Renildo Calheiros	PCdoB		Não
Ricardo Teobaldo	Podemos		Não
Sebastião Oliveira	Avante		Não
Silvio Costa Filho	Republican		Não
Tadeu Alencar	PSB		Não
Túlio Gadêlha	PDT		Não
Wolney Queiroz	PDT		Não
Total Pernambuco : 21			
ALAGOAS			
Marx Beltrão	PSD		Não
Paulão	PT		Não
Sergio Toledo	PL		Não
Severino Pessoa	Republican		Não
Tereza Nelma	PSDB		Não
Total Alagoas : 5			
SERGIPE			
Bosco Costa	PL		Não
Fábio Henrique	PDT		Não
Fábio Mitidieri	PSD		Não



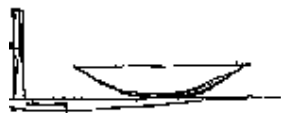


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 6

	Partido	Bloco	Voto
SERGIPE			
Fabio Reis	MDB		Não
Gustinho Ribeiro	Solidaried		Não
João Daniel	PT		Não
Laercio Oliveira	PP		Não
Valdevan Noventa	PL		Não
Total Sergipe : 8			
BAHIA			
Abílio Santana	PL		Não
Adolfo Viana	PSDB		Não
Alice Portugal	PCdoB		Não
Antonio Brito	PSD		Não
Bacelar	Podemos		Não
Cacá Leão	PP		Não
Charles Fernandes	PSD		Não
Claudio Cajado	PP		Não
Daniel Almeida	PCdoB		Não
Félix Mendonça Júnior	PDT		Não
João Carlos Bacelar	PL		Não
Jorge Solla	PT		Não
José Nunes	PSD		Não
José Rocha	PL		Não
Joseildo Ramos	PT		Não
Leur Lomanto Júnior	União		Não
Lídice da Mata	PSB		Não
Marcelo Nilo	PSB		Não
Márcio Marinho	Republican		Não
Mário Negromonte Jr.	PP		Não
Otto Alencar Filho	PSD		Não
Pastor Sargento Isidório	Avante		Não
Paulo Azi	União		Não
Paulo Magalhães	PSD		Não
Professora Dayane Pimentel	União		Não
Ronaldo Carletto	PP		Não
Sérgio Brito	PSD		Não
Tia Eron	Republican		Não
Tito	Avante		Não
Uldurico Junior	PROS		Não
Valmir Assunção	PT		Não
Waldenor Pereira	PT		Não
Zé Neto	PT		Não
Total Bahia : 33			
MINAS GERAIS			



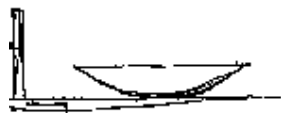


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 6

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
Aécio Neves	PSDB		Não
Aelton Freitas	PL		Não
Alê Silva	Republican		Não
André Janones	Avante		Não
Bilac Pinto	União		Não
Charlles Evangelista	União		Não
Delegado Marcelo Freitas	União		Não
Diego Andrade	PSD		Não
Dimas Fabiano	PP		Não
Dr. Frederico	Patriota		Não
Eduardo Barbosa	PSDB		Não
Emidinho Madeira	PSB		Não
Eros Biondini	PROS		Não
Fábio Ramalho	MDB		Não
Franco Cartafina	PP		Não
Fred Costa	Patriota		Não
Gilberto Abramo	Republican		Não
Greyce Elias	Avante		Não
Hercílio Coelho Diniz	MDB		Não
Igor Timo	Podemos		Não
Júlio Delgado	PSB		Não
Junio Amaral	União		Sim
Lafayette de Andrada	Republican		Não
Léo Motta	União		Não
Leonardo Monteiro	PT		Não
Lincoln Portela	PL		Não
Lucas Gonzalez	Novo	NovoCidPv	Sim
Luis Tibé	Avante		Não
Marcelo Álvaro Antônio	União		Não
Marcelo Aro	PP		Não
Mário Heringer	PDT		Não
Newton Cardoso Jr	MDB		Não
Odair Cunha	PT		Não
Padre João	PT		Não
Patrus Ananias	PT		Não
Paulo Abi-Ackel	PSDB		Não
Paulo Guedes	PT		Não
Pinheirinho	PP		Não
Reginaldo Lopes	PT		Não
Rodrigo de Castro	PSDB		Não
Rogério Correia	PT		Não
Stefano Aguiar	PSD		Não
Subtenente Gonzaga	PDT		Não



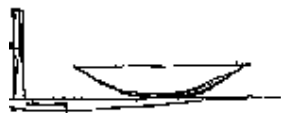


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 6

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
Tiago Mitraud	Novo	NovoCidPv	Sim
Vilson da Fetaemg	PSB		Não
Weliton Prado	PROS		Não
Zé Silva	Solidaried		Não
Zé Vitor	PL		Não
Total Minas Gerais : 48			
ESPÍRITO SANTO			
Amaro Neto	Republican		Não
Da Vitória	Cidadania	NovoCidPv	Não
Dra. Soraya Manato	União		Não
Evair Vieira de Melo	PP		Não
Felipe Rigoni	União		Não
Helder Salomão	PT		Não
Lauriete	PSC	PscPtb	Não
Norma Ayub	União		Não
Ted Conti	PSB		Não
Total Espírito Santo : 9			
RIO DE JANEIRO			
Alessandro Molon	PSB		Não
Altineu Côrtes	PL		Não
Aureo Ribeiro	Solidaried		Não
Carlos Jordy	União		Sim
Chico D' Angelo	PDT		Não
Chiquinho Brazão	Avante		Não
Chris Tonietto	União		Sim
Christino Aureo	PP		Não
Clarissa Garotinho	PROS		Não
Daniel Silveira	União		Sim
Daniela do Waguinho	MDB		Não
David Miranda	PSOL		Não
Delegado Antônio Furtado	União		Não
Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	PP		Não
Felício Laterça	União		Não
Gelson Azevedo	PL		Não
Glauber Braga	PSOL		Não
Gurgel	União		Não
Gutemberg Reis	MDB		Não
Helio Lopes	União		Não
Jandira Feghali	PCdoB		Não
Jones Moura	PSD		Não
Jorge Braz	Republican		Não
Julio Lopes	PP		Não



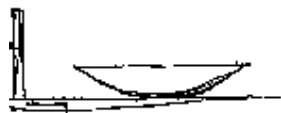


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 6

	Partido	Bloco	Voto
RIO DE JANEIRO			
Juninho do Pneu	União		Não
Leonardo Picciani	MDB		Não
Lourival Gomes	União		Não
Luiz Antônio Corrêa	PL		Não
Luiz Lima	PL		Não
Major Fabiana	União		Sim
Marcelo Freixo	PSB		Não
Márcio Labre	União		Sim
Otávio Leite	PSDB		Não
Otoni de Paula	PSC	PscPtb	Não
Paulo Ganime	Novo	NovoCidPv	Sim
Paulo Ramos	PDT		Não
Pedro Augusto Palareti	PSD		Não
Ricardo da Karol	PSC	PscPtb	Não
Rosângela Gomes	Republican		Não
Soraya Santos	PL		Não
Talíria Petrone	PSOL		Não
Total Rio de Janeiro : 41			
SÃO PAULO			
Adriana Ventura	Novo	NovoCidPv	Sim
Alencar Santana Braga	PT		Não
Alexandre Frota	PSDB		Não
Alexandre Leite	União		Não
Alexandre Padilha	PT		Não
Alexis Fonteyne	Novo	NovoCidPv	Sim
Arlindo Chinaglia	PT		Não
Arnaldo Jardim	Cidadania	NovoCidPv	Não
Baleia Rossi	MDB		Não
Bruna Furlan	PSDB		Não
Carla Zambelli	União		Sim
Carlos Sampaio	PSDB		Não
Carlos Zarattini	PT		Não
Celso Russomanno	Republican		Não
Cezinha de Madureira	PSD		Não
Coronel Tadeu	União		Sim
Eduardo Bolsonaro	União		Sim
Eduardo Cury	PSDB		Não
Eli Corrêa Filho	União		Não
Ely Santos	Republican		Não
Fausto Pinato	PP		Não
General Peternelli	União		Não
Geninho Zuliani	União		Não
Guiga Peixoto	União		Não



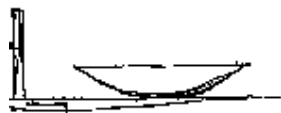


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 6

	Partido	Bloco	Voto
SÃO PAULO			
Guilherme Derrite	PP		Não
Guilherme Mussi	PP		Não
Herculano Passos	MDB		Não
Ivan Valente	PSOL		Não
Jefferson Campos	PSB		Não
Joice Hasselmann	União		Não
Kim Kataguiri	União		Não
Luiz Carlos Motta	PL		Não
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	União		Sim
Luiza Erundina	PSOL		Não
Marcio Alvino	PL		Não
Marco Bertaiolli	PSD		Não
Marcos Pereira	Republican		Não
Miguel Haddad	PSDB		Não
Miguel Lombardi	PL		Não
Milton Vieira	Republican		Não
Nilto Tatto	PT		Não
Paulo Freire Costa	PL		Não
Paulo Teixeira	PT		Não
Policial Katia Sastre	PL		Não
Renata Abreu	Podemos		Não
Ricardo Izar	PP		Não
Ricardo Silva	PSB		Não
Roberto Alves	Republican		Não
Roberto de Lucena	Podemos		Não
Rodrigo Agostinho	PSB		Não
Rosana Valle	PSB		Não
Rui Falcão	PT		Não
Sâmia Bomfim	PSOL		Não
Samuel Moreira	PSDB		Não
Tabata Amaral	PSB		Não
Tiririca	PL		Não
Vanderlei Macris	PSDB		Não
Vicentinho	PT		Não
Vinicius Carvalho	Republican		Não
Vinicius Poit	Novo	NovoCidPv	Não
Vitor Lippi	PSDB		Não
Total São Paulo : 61			
MATO GROSSO			
Dr. Leonardo	Solidaried		Não
Emanuel Pinheiro Neto	PTB	PscPtb	Não
Juarez Costa	MDB		Não
Neri Geller	PP		Não



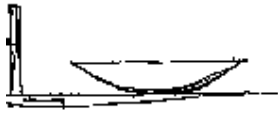


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 6

	Partido	Bloco	Voto
MATO GROSSO			
Professora Rosa Neide	PT		Não
Valtenir Pereira	MDB		Não
Total Mato Grosso : 6			
DISTRITO FEDERAL			
Bia Kicis	União		Sim
Celina Leão	PP		Não
Erika Kokay	PT		Não
Julio Cesar Ribeiro	Republican		Não
Laerte Bessa	PL		Não
Luis Miranda	Republican		Não
Paula Belmonte	Cidadania	NovoCidPv	Não
Professor Israel Batista	PV	NovoCidPv	Não
Total Distrito Federal : 8			
GOIÁS			
Adriano do Baldy	PP		Não
Alcides Rodrigues	Patriota		Não
Célio Silveira	PSDB		Não
Delegado Waldir	União		Não
Dr. Zacharias Calil	União		Não
Elias Vaz	PSB		Não
Flávia Moraes	PDT		Não
Francisco Jr.	PSD		Não
Glaustin da Fokus	PSC	PscPtb	Não
João Campos	Republican		Não
Jose Mario Schreiner	União		Não
José Nelto	Podemos		Não
Lucas Vergilio	Solidaried		Não
Magda Mofatto	PL		Não
Professor Alcides	PP		Não
Rubens Otoni	PT		Não
Vitor Hugo	União		Não
Total Goiás : 17			
MATO GROSSO DO SUL			
Beto Pereira	PSDB		Não
Bia Cavassa	PSDB		Não
Dagoberto Nogueira	PDT		Não
Dr. Luiz Ovando	União		Não
Fábio Trad	PSD		Não
Loester Trutis	União		Não
Rose Modesto	PSDB		Não
Vander Loubet	PT		Não



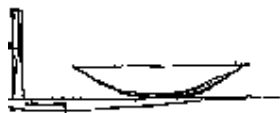


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
 Hora : 13:56
 Número: 6

	Partido	Bloco	Voto
Total Mato Grosso do Sul : 8			
PARANÁ			
Aliel Machado	PSB		Não
Aline Sleutjes	União		Não
Aroldo Martins	Republican		Não
Christiane de Souza Yared	PL		Não
Diego Garcia	Republican		Sim
Enio Verri	PT		Não
Felipe Francischini	União		Não
Filipe Barros	União		Sim
Giacobo	PL		Não
Gleisi Hoffmann	PT		Não
Gustavo Fruet	PDT		Não
Leandre	PV	NovoCidPv	Não
Luciano Ducci	PSB		Não
Luizão Goulart	Republican		Não
Osmar Serraglio	PP		Não
Paulo Eduardo Martins	PSC	PscPtb	Não
Pedro Lupion	União		Não
Reinhold Stephanes Junior	PSD		Sim
Roman	Patriota		Não
Rossoni	PSDB		Abstenção
Rubens Bueno	Cidadania	NovoCidPv	Não
Sargento Fatur	PSD		Sim
Sergio Souza	MDB		Não
Toninho Wandscheer	PROS		Não
Zeca Dirceu	PT		Não
Total Paraná : 25			
SANTA CATARINA			
Angela Amin	PP		Não
Carlos Chiodini	MDB		Não
Carmen Zanotto	Cidadania	NovoCidPv	Não
Caroline de Toni	União		Sim
Celso Maldaner	MDB		Não
Coronel Armando	União		Não
Daniel Freitas	PL		Sim
Darci de Matos	PSD		Não
Geovania de Sá	PSDB		Não
Gilson Marques	Novo	NovoCidPv	Sim
Hélio Costa	Republican		Não
Pedro Uczai	PT		Não
Rodrigo Coelho	Podemos		Não
Rogério Peninha Mendonça	MDB		Não





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Câmara dos Deputados

Data : 14/03/2022
Hora : 13:56
Número: 6

	Partido	Bloco	Voto
Total Santa Catarina : 14			
RIO GRANDE DO SUL			
Afonso Motta	PDT		Não
Alceu Moreira	MDB		Não
Bibo Nunes	PL		Não
Bohn Gass	PT		Não
Carlos Gomes	Republican		Não
Covatti Filho	PP		Não
Daniel Trzeciak	PSDB		Não
Fernanda Melchionna	PSOL		Não
Giovani Cherini	PL		Não
Giovani Feltes	MDB		Não
Heitor Schuch	PSB		Não
Henrique Fontana	PT		Não
Jerônimo Goergen	PP		Não
Liziane Bayer	PSB		Não
Lucas Redecker	PSDB		Não
Marcel van Hattem	Novo	NovoCidPv	Sim
Marcelo Brum	União		Não
Marcelo Moraes	PTB	PscPtb	Não
Márcio Biolchi	MDB		Não
Marcon	PT		Não
Maria do Rosário	PT		Não
Marlon Santos	PDT		Não
Maurício Dziedricki	PTB	PscPtb	Não
Nereu Crispim	União		Não
Osmar Terra	MDB		Sim
Paulo Pimenta	PT		Não
Paulo Vicente Caleffi	PSD		Não
Pedro Westphalen	PP		Não
Pompeo de Mattos	PDT		Não
Sanderson	União		Não
Total Rio Grande do Sul : 30			





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Veto nº 59, de 2021

Veto Parcial aposto ao PL nº 4.968/2019, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346/2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sisan deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.

Matéria **VETO 59/2021**

Início Votação **10/03/2022 19:23:37**

Término Votação **10/03/2022 19:54:08**

Sessão **6º Sessão Conjunta**

Data Sessão

10/03/2022 17:36:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	NÃO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	NÃO
PSD	MG	Alexandre Silveira	NÃO
Podemos	PR	Alvaro Dias	NÃO
PSD	BA	Angelo Coronel	NÃO
PL	RJ	Carlos Portinho	NÃO
MDB	MG	Carlos Viana	NÃO
DEM	RR	Chico Rodrigues	NÃO
MDB	RO	Confúcio Moura	NÃO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	NÃO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	NÃO
MDB	AM	Eduardo Braga	NÃO
Podemos	CE	Eduardo Girão	NÃO
MDB	TO	Eduardo Gomes	NÃO
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	NÃO
Cidadania	MA	Eliziane Gama	NÃO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	NÃO
PT	ES	Fabiano Contarato	NÃO
MDB	PE	Fernando Coelho	NÃO
PROS	AL	Fernando Collor	NÃO
Podemos	PR	Flávio Arns	NÃO
MDB	SP	Giordano	NÃO
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PSD	TO	Irajá	NÃO
PT	BA	Jaques Wagner	NÃO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	NÃO
PT	RN	Jean Paul Prates	NÃO
Podemos	GO	Jorge Kajuru	NÃO
PL	SC	Jorginho Mello	NÃO
PSDB	SP	José Serra	NÃO
PROGRES	TO	Kátia Abreu	NÃO
Cidadania	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	NÃO
MDB	GO	Luiz do Carmo	NÃO
PSDB	SP	Mara Gabrilli	NÃO
MDB	PI	Marcelo Castro	NÃO
PSL	AC	Marcio Bittar	NÃO
Podemos	ES	Marcos do Val	NÃO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	NÃO
Republica	RR	Mecias de Jesus	NÃO
PSD	MS	Nelsinho Trad	NÃO

Emissão 10/03/2022 19:54:11





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Veto nº 59, de 2021

Veto Parcial apostado ao PL nº 4.968/2019, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346/2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sisan deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.

Matéria **VETO 59/2021**

Início Votação **10/03/2022 19:23:37**

Término Votação **10/03/2022 19:54:08**

Sessão **6º Sessão Conjunta**

Data Sessão

10/03/2022 17:36:00

MDB	PB	Nilda Gondim	NÃO
PSD	AM	Omar Aziz	NÃO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	NÃO
PSD	BA	Otto Alencar	NÃO
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PSDB	AM	Plínio Valério	NÃO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
Podemos	DF	Reguffe	NÃO
PSDB	MA	Roberto Rocha	NÃO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	NÃO
PT	SE	Rogério Carvalho	NÃO
PL	RJ	Romário	NÃO
MDB	ES	Rose de Freitas	NÃO
MDB	MS	Simone Tebet	NÃO
PSL	MS	Soraya Thronicke	NÃO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	NÃO
PROS	RR	Telmário Mota	NÃO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	NÃO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	NÃO
PL	MT	Wellington Fagundes	NÃO
PDT	MA	Weverton	NÃO
PROS	RN	Zenaide Maia	NÃO
PL	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente:

SIM:1 NÃO:64 ABST.: 0

TOTAL:65

Primeiro-Secretario

Emissão 10/03/2022 19:54:11



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Término de Prazos



Em **12-03-2022** esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 1057, de 2021**, cuja vigência encerrou-se em **01-12-2021**, com a sanção da **Lei nº 14.257, de 2021**, publicada em **02-12-2021** (§ 12 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.



Em **12-3-2022** esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, e no § 2^a do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 1060, de 2021**, cuja vigência encerrou-se em **1-12-2021**, por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.



Vetos



Publicação da Mensagem do presidente da República nº 85 de 2022, em 9 de março de 2022, **recebida no mesmo dia**, que comunica as razões do veto **parcial** aposto ao Projeto de Lei nº 3.921, de 2020, que "Institui a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica". (**Veto nº 14 de 2022**)

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional **encerrar-se-á em 7 de abril de 2022**.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO N° 14, DE 2022

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 3.921, de 2020, que "Institui a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica".

Mensagem nº 85 de 2022, na origem
DOU de 09/03/2022

Recebido o veto no Senado Federal: 09/03/2022
Sobrestando a pauta a partir de: 08/04/2022

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 17/03/2022



[Página da matéria](#)



DISPOSITIVOS VETADOS

- 14.22.001: inciso VI do "caput" do art. 4º
- 14.22.002: art. 10
- 14.22.003: parágrafo único do art. 12
- 14.22.004: "caput" do § 1º do art. 13
- 14.22.005: inciso I do § 1º do art. 13
- 14.22.006: inciso II do § 1º do art. 13
- 14.22.007: inciso III do § 1º do art. 13
- 14.22.008: inciso IV do § 1º do art. 13
- 14.22.009: inciso V do § 1º do art. 13
- 14.22.010: inciso VI do § 1º do art. 13
- 14.22.011: inciso VII do § 1º do art. 13



MENSAGEM Nº 85

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 3.921, de 2020, que “Institui a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica”.

Ouvido, o Ministério da Saúde manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos do Projeto de Lei:

Inciso VI do caput do art. 4º

“VI - reconhecimento das instituições, das casas de apoio e dos grupos de apoio na rede de atenção oncológica do Ministério da Saúde e das secretarias estaduais de saúde para viabilização de assistência integral a pacientes e a seus familiares.”

Razões do veto

“A proposição legislativa estabelece que as crianças e os adolescentes abrangidos pela Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica receberiam cuidado integral, desde o diagnóstico da doença, por meio do reconhecimento das instituições, das casas de apoio e dos grupos de apoio na rede de atenção oncológica do Ministério da Saúde e das secretarias estaduais de saúde, para viabilização de assistência integral a pacientes e a seus familiares.

Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que as casas e os grupos de apoio não poderiam ser considerados entidades estritamente da área da saúde, exceto quanto às casas de apoio cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, para participar do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, relacionadas ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Ademais, as referidas entidades são filantrópicas e



têm isenção fiscal, portanto, não caberia o recebimento de cuidado integral por meio da rede do Ministério da Saúde e das secretarias estaduais de saúde.”

Art. 10

“Art. 10. A Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica deverá abranger tanto o SUS quanto a saúde suplementar.”

Razões do veto

“A proposição legislativa estabelece que a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica deveria abranger tanto o Sistema Único de Saúde - SUS quanto a saúde suplementar.

Entretanto, em que pese meritória, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois geraria insegurança jurídica na medida em que as ações da Política Nacional não deveriam abranger, de forma integral, a saúde suplementar, visto que algumas das ações propostas não seriam compatíveis com a legislação em saúde suplementar e com as competências da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000.

Ademais, ressalta-se que a Resolução Normativa nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, da ANS, que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, contempla procedimentos que visam a assegurar a assistência e o cuidado aos beneficiários com suspeita ou diagnóstico de câncer.

O referido Rol é periodicamente atualizado, tendo em vista que novas tecnologias em saúde são continuamente incorporadas à prática assistencial. Na saúde suplementar, a incorporação de novas tecnologias em saúde e a definição de regras para a sua utilização é regulamentada pela Resolução Normativa nº 470, de 9 de julho de 2021, da ANS, que dispõe sobre o rito processual de atualização do Rol, e pela Lei nº 14.307, de 3 de março de 2022.

Por fim, a proposição legislativa também impactaria significativamente o cálculo atuarial que definiria os valores do fundo mutual destinado ao custeio de tais coberturas, o que consequentemente aumentaria o valor pago pelos consumidores pelos seus planos de saúde.”

Parágrafo único do art. 12

“Parágrafo único. Os repasses de recursos da União aos Estados relativos à oncologia pediátrica ficarão condicionados à existência dos planos estaduais de que trata o **caput** deste artigo.”



Razões do veto

“A proposição legislativa estabelece que os repasses de recursos da União aos Estados relativos à oncologia pediátrica ficariam condicionados à existência dos planos estaduais de que trata o **caput** do art. 12 da proposição.

Entretanto, a proposição incorre em vício de inconstitucionalidade e contraria o interesse público, tendo em vista que ao condicionar os repasses à existência dos planos estaduais, seria criada uma exigência expressamente vedada, a qual não se enquadraria nas exceções previstas, o que ofende o § 3º do art. 198 da Constituição e o art. 22 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o referido dispositivo constitucional para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em ações e serviços públicos de saúde. Além disso, não pode lei ordinária modificar matéria de lei complementar.

Ressalte-se que os repasses correspondentes à oncologia pediátrica, entre outros, integram o limite financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e do Distrito Federal, aos quais competem repassá-los aos prestadores de serviços, conforme a produção de atendimento no âmbito do SUS. Assim, o dispositivo prejudicaria o pagamento das demais ações e serviços de saúde no Sistema Único de Saúde - SUS, o que penalizaria todos os usuários desse sistema.

Nesse sentido, o dispositivo, com o intuito de fortalecer instrumentos de planejamento, poderia implicar em desassistência à população, resultado adverso ao pretendido pela proposição legislativa.”

Ouvidos, o Ministério da Saúde e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo do projeto de lei:

§ 1º do art. 13

“§ 1º O Conselho Consultivo será composto pelos representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - 2 (dois) representantes do Ministério da Saúde, dos quais 1 (um) o presidirá;

II - 2 (dois) representantes do Ministério da Cidadania;

III - 1 (um) representante do Ministério da Educação;

IV - 1 (um) representante da Confederação Nacional das Instituições de Apoio e Assistência à Criança e ao Adolescente com Câncer (Coniacc);

V - 1 (um) representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (Sobope);



VI - 1 (um) representante do Instituto do Câncer Infantil; e

VII - 1 (um) representante do Instituto Ronald McDonald.”

Razões do veto

“A proposição legislativa estabelece que o Conselho Consultivo seria composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades: dois do Ministério da Saúde, dos quais um o presidiria; dois do Ministério da Cidadania; um do Ministério da Educação; um da Confederação Nacional das Instituições de Apoio e Assistência à Criança e ao Adolescente com Câncer; um da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica; um do Instituto do Câncer Infantil; e um do Instituto Ronald McDonald.

Entretanto, ao versar sobre composição do Conselho Consultivo da Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica, órgão colegiado da administração pública vinculado ao Poder Executivo federal, a proposição legislativa viola o princípio constitucional da separação dos poderes ao usurpar a competência privativa do Presidente da República estabelecida na alínea ‘e’ do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição.”

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar os dispositivos mencionados do Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 8 de março de 2022.

Jair Bolsonaro



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Projeto de Lei nº 3.921 de 2020*

Institui a Política Nacional de Atenção à
Oncologia Pediátrica.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica, com o objetivo de aumentar os índices de sobrevivência, melhorar a qualidade de vida e reduzir a mortalidade e o abandono ao tratamento das crianças e dos adolescentes com câncer, por meio de ações destinadas à prevenção, à detecção precoce e ao tratamento da doença, bem como à assistência social e aos cuidados paliativos dos pacientes.

Parágrafo único. Consideram-se abrangidos pela Política referida no **caput** deste artigo as crianças e os adolescentes com suspeita ou diagnóstico de câncer, na faixa etária de 0 (zero) a 19 (dezenove) anos.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica:

I - respeito à dignidade humana, à igualdade e à não discriminação, com a promoção da melhoria das condições de assistência à saúde das crianças e dos adolescentes com câncer infantojuvenil;

II - disponibilização de tratamento universal e integral às crianças e aos adolescentes, com priorização do diagnóstico precoce;

III - acesso a rede de regulação, preferencialmente aos centros habilitados;

IV - acesso a rede de apoio assistencial em casas de apoio e em instituições habilitadas.

Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica:

I - integrar a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica à Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive em seu planejamento estratégico, com a finalidade de dar atenção ao câncer infantojuvenil nas ações e nos programas de combate ao câncer;

II - contemplar a oncologia pediátrica nos serviços e nas ações previstos no plano de atenção para o diagnóstico e o tratamento do câncer, pactuado, integrado e aprovado nas instâncias colegiadas de gestão do SUS, de forma a assegurar a resolubilidade do atendimento em oncologia pediátrica;

III - implantar os planos estaduais de atenção em oncologia pediátrica;

IV - instituir linha de cuidado em oncologia pediátrica;

V - fomentar a formação de centros regionais, integrados às redes local e macrorregional de atenção à saúde, para diagnóstico precoce de câncer infantil no SUS, de forma a garantir acesso aos exames de patologia clínica, anatomia patológica, citometria de fluxo, imuno-histoquímica, biologia molecular, pesquisa de marcadores e exames de imagem;

VI - fortalecer os processos de regulação como garantia de acesso ao diagnóstico precoce, ao tratamento integral, à reabilitação e aos cuidados centrados na família;

VII - aprimorar a habilitação e a contratualização dos serviços de referência, de forma a garantir o acesso da população referenciada a serviços assistenciais de qualidade, conforme legislação vigente do Ministério da Saúde;

* Os dispositivos vetados se encontram grifados.



- VIII - atualizar os centros habilitados em oncologia pediátrica;
- IX - implantar serviço de teleconsultoria para facilitar o diagnóstico precoce e o seguimento clínico adequado.

CAPÍTULO II DO CUIDADO INTEGRAL

Art. 4º As crianças e os adolescentes abrangidos pela Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica receberão cuidado integral desde o diagnóstico da doença, por meio das seguintes ações:

I - implementação de encaminhamento ágil de crianças e de adolescentes com suspeita de câncer para a realização de exames e para o tratamento em tempo oportuno nos casos confirmados;

II - viabilização do benefício de segunda opinião aos pacientes com necessidades específicas cujo atendimento seja disponível somente em outro centro da rede de atenção à saúde;

III - possibilidade de encaminhamento dos pacientes que necessitem de procedimento médico especializado não disponível no centro de origem para outros centros da rede de atenção à saúde capacitados para a realização do procedimento, sem prejuízo da continuidade do tratamento posterior no centro de origem;

IV - desenvolvimento de medidas para estruturação da rede de atenção à saúde, a fim de viabilizar a realização dos principais exames para diagnóstico de câncer infantil, com base no mapeamento de necessidades e em critérios técnicos e epidemiológicos;

V - criação de programa de cuidados paliativos pediátricos nas diversas regiões do País;

VI - reconhecimento das instituições, das casas de apoio e dos grupos de apoio na rede de atenção oncológica do Ministério da Saúde e das secretarias estaduais de saúde para viabilização de assistência integral a pacientes e a seus familiares.

Parágrafo único. Os centros habilitados em oncologia pediátrica deverão prever o atendimento de crianças e de adolescentes de 0 (zero) a 19 (dezenove) anos.

CAPÍTULO III DA VIGILÂNCIA, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 5º A Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica contará com processos de vigilância, de monitoramento e de avaliação de suas ações pelos órgãos de saúde pública das esferas federal e estadual, com vistas a:

I - avaliar o cumprimento dos critérios de habilitação dos centros especializados;

II - monitorar a qualidade assistencial dos serviços prestados aos pacientes, com utilização de indicadores de **performance**, dando transparência aos resultados dos índices de sobrevida apresentados por cada prestador do serviço;

III - estimular a melhoria contínua, sustentável e responsável da infraestrutura dos serviços habilitados;

IV - reforçar a obrigatoriedade do registro dos casos de câncer infantojuvenil no Registro Hospitalar de Câncer e no Registro de Câncer de Base Populacional, conforme legislação vigente, com a devida qualidade e completude dos dados no SUS, devendo o registro de cada paciente ser realizado no ano do seu diagnóstico;

V - promover capacitações permanentes para os registradores hospitalares quanto ao registro dos tumores pediátricos, a fim de proporcionar a qualificação dos dados;

VI - estender a obrigatoriedade do registro dos casos de câncer infantojuvenil à rede privada e suplementar de saúde;

VII - padronizar os critérios de estadiamento, extensão da doença ao diagnóstico, de forma a permitir a comparação de **performance** entre os diferentes centros nacionais.



CAPÍTULO IV DA EDUCAÇÃO

Art. 6º Deverão ser promovidos processos contínuos de capacitação dos profissionais da área da saúde sobre o câncer infantojuvenil, incluídos os profissionais da Estratégia Saúde da Família do SUS.

Art. 7º Deverá ser estimulado, por meio do Ministério da Educação, o ensino sobre o câncer infantojuvenil na graduação em áreas da saúde e nas residências médicas e multidisciplinares de áreas afins.

CAPÍTULO V DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Art. 8º A Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica deverá incluir a promoção da ciência e da tecnologia como forma de melhorar o tratamento do câncer e os índices de sobrevida, bem como estimular:

I - a realização de programas de pesquisas científicas nos centros habilitados;

II - o desenvolvimento científico e tecnológico para promoção de avanços no combate ao câncer infantojuvenil;

III - a promoção de pesquisas científicas e o uso de protocolos terapêuticos identificando efeitos tardios nos sobreviventes; e

IV - a realização de pesquisas clínicas com novas drogas em oncologia pediátrica.

CAPÍTULO VI DA SAÚDE SUPLEMENTAR

Art. 9º Deverá ser estimulada a criação de regulação por autoridades competentes e de tutela em saúde para o compartilhamento de dados entre os setores de saúde público e privado.

Art. 10. A Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica deverá abranger tanto o SUS quanto a saúde suplementar.

CAPÍTULO VII DA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Art. 11. Deverão ser realizadas campanhas nacionais e regionais de conscientização sobre o câncer infantojuvenil.

Art. 12. Caberá aos Estados a elaboração dos respectivos planos estaduais de oncologia pediátrica, em conformidade com a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica.

Parágrafo único. Os repasses de recursos da União aos Estados relativos à oncologia pediátrica ficarão condicionados à existência dos planos estaduais de que trata o **caput** deste artigo.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 13. Fica instituído o Conselho Consultivo da Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica, com as seguintes atribuições:

I - avaliar as políticas públicas de atenção à oncologia pediátrica;



II - propor melhorias nas ações e na legislação relacionadas à oncologia pediátrica;

III - discutir a implantação de sistema informatizado como plataforma única e transparente de regulação do acesso aos pacientes com casos suspeitos ou confirmados de câncer infantojuvenil;

IV - desenvolver relatório para o Ministério da Saúde que evidencie as regiões com vazios assistenciais e com necessidade de ampliação de leitos para oncologia pediátrica;

V - discutir estratégias para superação ou para minimização das barreiras de acesso ao sistema de saúde nos vazios assistenciais; e

VI - discutir as perspectivas de fomento à produção por laboratórios públicos de medicamentos que estejam em desabastecimento por desinteresse comercial, com rigoroso controle de qualidade.

§ 1º O Conselho Consultivo será composto pelos representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - 2 (dois) representantes do Ministério da Saúde, dos quais 1 (um) o presidirá;

II - 2 (dois) representantes do Ministério da Cidadania;

III - 1 (um) representante do Ministério da Educação;

IV - 1 (um) representante da Confederação Nacional das Instituições de Apoio e Assistência à Criança e ao Adolescente com Câncer (Coniacc);

V - 1 (um) representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (SoboPe);

VI - 1 (um) representante do Instituto do Câncer Infantil; e

VII - 1 (um) representante do Instituto Ronald McDonald.

§ 2º Poderão ser convidados a participar das reuniões do Conselho Consultivo, a seu critério, entidades sem fins lucrativos, com reconhecimento nacional pelas contribuições e pela mobilização do terceiro setor em câncer infantojuvenil.

§ 3º Os membros do Conselho Consultivo não serão remunerados, e suas funções serão consideradas serviço público relevante.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao art. 12, que entrará em vigor após decorrido 1 (um) ano de sua publicação oficial.



Publicação da Mensagem do presidente da República nº 88 de 2022, em 10 de março de 2022, **recebida no mesmo dia**, que comunica as razões do veto **parcial** aposto ao Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, que "Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica". (**Veto nº 15 de 2022**)

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional **encerrar-se-á em 8 de abril de 2022**.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO N° 15, DE 2022

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, que "Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica".

Mensagem nº 88 de 2022, na origem
DOU de 10/03/2022

Recebido o veto no Senado Federal: 10/03/2022
Sobrestando a pauta a partir de: 09/04/2022

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 17/03/2022



[Página da matéria](#)



DISPOSITIVOS VETADOS

- 15.22.001: inciso IV do § 3º do art. 1º da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- 15.22.002: § 4º do art. 1º da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- 15.22.003: § 5º do art. 1º da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- 15.22.004: art. 3º



MENSAGEM Nº 88

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, conforme disposto no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, que “Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica”.

Ouvido, o Ministério da Economia manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos do Projeto de Lei:

Art. 2º do Projeto de Lei, na parte em que acresce o inciso IV do § 3º, o § 4º e o § 5º ao art. 1º da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, e art. 3º do Projeto de Lei:

“IV - com a interrupção da gestação, observado o disposto no art. 395 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o recebimento do salário-maternidade no período previsto no referido artigo.”

“§ 4º Na hipótese de a natureza do trabalho ser incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, a empregada gestante de que trata o **caput** deste artigo terá sua situação considerada como gravidez de risco até completar a imunização e receberá, em substituição à sua remuneração, o salário-maternidade, nos termos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde o início do afastamento até 120 (cento e vinte) dias após o parto ou por período maior, nos casos de prorrogação na forma do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.”

“§ 5º A empregada gestante de que trata o § 4º deverá retornar ao trabalho presencial nas hipóteses previstas no § 3º deste artigo, o que fará cessar o recebimento da extensão do salário-maternidade.”



“Art. 3º O pagamento da extensão do salário-maternidade na forma prevista no § 4º do art. 1º da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, não produzirá efeitos retroativos à data de publicação desta Lei.”

Razões dos vetos

A proposição legislativa estabelece que, na hipótese de a natureza do trabalho ser incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, de trabalho remoto ou de outra forma de trabalho a distância, a empregada gestante teria sua situação considerada como gravidez de risco até completar a imunização e receberia, em substituição à sua remuneração, o salário-maternidade, nos termos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde o início do afastamento até cento e vinte dias após o parto, ou por período maior, nos casos de prorrogação na forma do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008. A proposição estabelece, ainda, que o pagamento da extensão do salário-maternidade não produziria efeitos retroativos à data de publicação da Lei.

Prevê, ademais, que a empregada gestante deveria retornar ao trabalho presencial, atendidas algumas hipóteses previstas na proposição, cessando-se o recebimento da extensão do salário-maternidade. A proposição também determina que, salvo se o empregador optasse por manter o exercício das suas atividades nos termos do § 1º do art. 1º da Lei nº 14.151, de 2021, a empregada gestante deveria retornar à atividade presencial na hipótese de interrupção da gestação, observado o disposto no art. 395 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com o recebimento do salário-maternidade no período previsto no referido artigo.

Entretanto, em que pese meritória, a proposição contraria o interesse público, haja vista que institui concessão de benefício previdenciário destinado à situação de maternidade, porém, com feição diversa da existente para o auxílio-maternidade, já instituído na Lei nº 8.213, de 1991, uma vez que é temporalmente mais abrangente e de definição casuística.

Ademais, ao se dilatar o prazo de fruição do benefício, restaria apresentado alto potencial de alteração de despesa obrigatória relacionada à concessão de benefícios previdenciários, o que violaria o disposto no § 5º do art. 195 da Constituição da República e colocaria sob risco material a sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social.

Outrossim, representa risco potencial de afronta ao inciso III do **caput** do art. 167 da Constituição, caso haja necessidade de contratação de operação de crédito para sua operacionalização, bem como viola o disposto no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, além de ir de encontro ao regramento da disciplina fiscal previsto nos art. 15, art. 16 e art. 24 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de



2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos art. 124 e art. 125 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar os dispositivos mencionados do Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 9 de março de 2022.

Jair Bolsonaro



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Projeto de Lei nº 2.058, de 2021*

Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus SARS-CoV-2, a empregada gestante que ainda não tenha sido totalmente imunizada contra o referido agente infeccioso, de acordo com os critérios definidos pelo Ministério da Saúde e pelo Plano Nacional de Imunizações (PNI), deverá permanecer afastada das atividades de trabalho presencial.

* Os dispositivos vetados se encontram grifados.



§ 1º A empregada gestante afastada nos termos do *caput* deste artigo ficará à disposição do empregador para exercer as atividades em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, sem prejuízo de sua remuneração.

§ 2º Para o fim de compatibilizar as atividades desenvolvidas pela empregada gestante na forma do § 1º deste artigo, o empregador poderá, respeitadas as competências para o desempenho do trabalho e as condições pessoais da gestante para o seu exercício, alterar as funções por ela exercidas, sem prejuízo de sua remuneração integral e assegurada a retomada da função anteriormente exercida, quando retornar ao trabalho presencial.

§ 3º Salvo se o empregador optar por manter o exercício das suas atividades nos termos do § 1º deste artigo, a empregada gestante deverá retornar à atividade presencial nas seguintes hipóteses:

I - após o encerramento do estado de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus SARS-CoV-2;

II - após sua vacinação contra o coronavírus SARS-CoV-2, a partir do dia em que o Ministério da Saúde considerar completa a imunização;

III - mediante o exercício de legítima opção individual pela não vacinação contra o coronavírus SARS-CoV-2 que lhe tiver sido



disponibilizada, conforme o calendário divulgado pela autoridade de saúde e mediante o termo de responsabilidade de que trata o § 6º deste artigo;

IV - com a interrupção da gestação, observado o disposto no art. 395 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o recebimento do salário-maternidade no período previsto no referido artigo.

§ 4º Na hipótese de a natureza do trabalho ser incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, a empregada gestante de que trata o *caput* deste artigo terá sua situação considerada como gravidez de risco até completar a imunização e receberá, em substituição à sua remuneração, o salário-maternidade, nos termos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde o início do afastamento até 120 (cento e vinte) dias após o parto ou por período maior, nos casos de prorrogação na forma do inciso I do *caput* do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.

§ 5º A empregada gestante de que trata o § 4º deverá retornar ao trabalho presencial nas hipóteses previstas no § 3º deste artigo, o que fará cessar o recebimento da extensão do salário-maternidade.

§ 6º Na hipótese de que trata o inciso III do § 3º deste artigo, a empregada gestante deverá



assinar termo de responsabilidade e de livre consentimento para exercício do trabalho presencial, comprometendo-se a cumprir todas as medidas preventivas adotadas pelo empregador.

§ 7º O exercício da opção a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo é uma expressão do direito fundamental da liberdade de autodeterminação individual, e não poderá ser imposta à gestante que fizer a escolha pela não vacinação qualquer restrição de direitos em razão dela.”(NR)

Art. 3º O pagamento da extensão do salário-maternidade na forma prevista no § 4º do art. 1º da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, não produzirá efeitos retroativos à data de publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



DECRETOS LEGISLATIVOS



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alcântaras, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.033, de 10 de maio de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de agosto de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária São Francisco para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alcântaras, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de março de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 5, DE 2022

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mombaça, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 5.379, de 17 de outubro de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Mombaça, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de março de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 812, de 5 de julho de 2018, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 19 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de março de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 7, DE 2022

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural da Rádio Difusão de Mataraca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mataraca, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 57, de 21 de fevereiro de 2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural da Rádio Difusão de Mataraca para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mataraca, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de março de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 8, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Braçonortense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 738, de 6 de maio de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 28 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Braçonortense para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de março de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 9, DE 2022

Aprova o ato que outorga permissão à Celebração FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ouroeste, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 362, de 17 de agosto de 2011, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga permissão à Celebração FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ouroeste, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de março de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 10, DE 2022**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Jaú S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Jaú, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto no Decreto de 2 de dezembro de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 15 (quinze) anos, a partir de 11 de janeiro de 2010, a concessão outorgada à TV Stúdios de Jaú S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Jaú, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de março de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 5, DE 2022**

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021**, que “Dispõe sobre a exploração do serviço de transporte ferroviário, o trânsito e o transporte ferroviários e as atividades desempenhadas pelas administradoras ferroviárias e pelos operadores ferroviários independentes, institui o Programa de Autorizações Ferroviárias, e dá outras providências”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 6 de fevereiro de 2022.

Congresso Nacional, em 10 de março de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2022**

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 1.071, de 22 de setembro de 2021**, que “Reduz as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes na importação do milho”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 2 de março de 2022.

Congresso Nacional, em 10 de março de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 7, DE 2022**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021**, publicada no Diário Oficial da União no dia 7, do mesmo mês e ano, que “Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, para dispor sobre o Programa Universidade para Todos”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 11 de março de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 8, DE 2022

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.076, de 7 de dezembro de 2021**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que “Institui o Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, de que trata a Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 11 de março de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 9, DE 2022**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021**, publicada no Diário Oficial da União no dia 8, do mesmo mês e ano, que “Institui o Programa Internet Brasil”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 11 de março de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 11 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (MDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2º VICE-PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF)

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Hugo Leal (PSD-RJ)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: VAGO

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Juscelino Filho (UNIÃO-MA)

Relator da Receita: VAGO

Designação: 01/07/2021

Instalação: 07/07/2021

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Rose de Freitas - MDB/ES (28)	1. Eduardo Gomes - MDB/TO (28)
Simone Tebet - MDB/MS (28)	2. Luiz do Carmo - MDB/GO (33)
Esperidião Amin - PP/SC (2,41)	3. Elmano Férrer - PP/PI (2,41)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF (3)	1. Roberto Rocha - PSDB/MA (4,38)
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (13)	2. Soraya Thronicke - PSL/MS (29)
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE (5)	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (5)
Weverton - PDT/MA (5)	2. Cid Gomes - PDT/CE (5)
PSD	
Angelo Coronel - BA (6)	1. Omar Aziz - AM (6,27)
Carlos Fávaro - MT (6)	2. Vanderlan Cardoso - GO (6,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN (7)	1. Fernando Collor - PROS/AL (7)



TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁸⁾	1. Zequinha Marinho - PL/PA ^(8,32)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
AVANTE, PATRIOTA, PL, PODEMOS, PP, PROS, PSC, PSD, REPUBLICANOS, PTB, PSL, DEM, MDB, PSDB, SOLIDARIEDADE	
Charles Evangelista - UNIÃO/MG ⁽⁹⁾	1. Dra. Soraya Manato - UNIÃO/ES ⁽⁹⁾
Sanderson - UNIÃO/RS ⁽⁹⁾	2. Delegado Marcelo Freitas - UNIÃO/MG ⁽⁹⁾
Coronel Tadeu - UNIÃO/SP ⁽⁹⁾	3. Caroline de Toni - UNIÃO/SC ⁽⁹⁾
Bosco Costa - PL/SE ⁽¹⁰⁾	4. Gelson Azevedo - PL/RJ ⁽¹⁰⁾
Júnior Mano - PL/CE ⁽¹⁰⁾	5. João Carlos Bacelar - PL/BA ⁽³⁰⁾
André Fufuca - PP/MA ⁽¹¹⁾	6. Átila Lins - PP/AM ⁽¹¹⁾
Mário Negromonte Jr. - PP/BA ⁽¹¹⁾	7. Pinheiro - PP/MG ⁽¹¹⁾
Hugo Leal - PSD/RJ ⁽¹²⁾	8. Júnior Ferrari - PSD/PA ⁽¹²⁾
Marx Beltrão - PSD/AL ⁽¹²⁾	9. Domingos Neto - PSD/CE ⁽¹²⁾
Hildo Rocha - MDB/MA ⁽³¹⁾	10. Alceu Moreira - MDB/RS ⁽³¹⁾
Sergio Souza - MDB/PR ⁽³¹⁾	11. Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG ⁽³⁴⁾
Adolfo Viana - PSDB/BA ⁽²⁶⁾	12. Célio Silveira - PSDB/GO ⁽²⁶⁾
Domingos Sávio - PSDB/MG ⁽²⁶⁾	13. Danilo Forte - PSDB/CE ⁽²⁶⁾
Vinicius Carvalho - REPUBLICANOS/SP ^(14,40)	14. Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ^(14,35)
Marcelo Squassoni - REPUBLICANOS/SP ^(14,35,40)	15. Ossesio Silva - REPUBLICANOS/PE ⁽¹⁴⁾
Arthur Oliveira Maia - UNIÃO/BA ⁽¹⁵⁾	16. Juscelino Filho - UNIÃO/MA ⁽¹⁵⁾
Paulo Azi - UNIÃO/BA ⁽¹⁵⁾	17. Pedro Lupion - UNIÃO/PR ⁽¹⁵⁾
Genecias Noronha - SOLIDARIEDADE/CE ⁽¹⁶⁾	18. Augusto Coutinho - SOLIDARIEDADE/PE ⁽¹⁶⁾
Uldurico Junior - PROS/BA ⁽¹⁷⁾	19. Weliton Prado - PROS/MG ⁽¹⁷⁾
Eduardo Costa - PTB/PA ⁽¹⁸⁾	20. Wilson Santiago - PTB/PB ⁽¹⁸⁾
Osires Damaso - PSC/TO ⁽¹⁹⁾	21. Aluisio Mendes - PSC/MA ⁽¹⁹⁾
PT	
José Guimarães - CE ⁽²³⁾	1. Zeca Dirceu - PR ⁽²³⁾
Carlos Zarattini - SP ⁽²³⁾	2. Beto Faro - PA ⁽²³⁾
Zé Carlos - MA ⁽²³⁾	3. Célio Moura - TO ⁽²³⁾
PSB	
Luciano Ducci - PR ⁽²⁴⁾	1. Heitor Schuch - RS ^(24,39)
Gonzaga Patriota - PE ^(24,36)	2. Marcelo Nilo - BA ^(24,36)
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽²⁵⁾	1. Dagoberto Nogueira - MS ⁽²⁵⁾
André Figueiredo - CE ⁽²⁵⁾	2. Robério Monteiro - CE ^(25,37)
CIDADANIA, NOVO, PV	
Arnaldo Jardim - CIDADANIA/SP ⁽²⁰⁾	1. Adriana Ventura - NOVO/SP ⁽²⁰⁾



TITULARES	SUPLENTE
PSOL	
Glauber Braga - RJ	1. Toninho Wandscheer - PROS/PR ⁽²¹⁾
PCdoB ⁽¹⁾	
Daniel Almeida - BA ⁽²²⁾	1. Orlando Silva - SP ⁽²²⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Designados como titular e suplente, respectivamente, os Senadores Elmano Férrer e Esperidião Amin. (Of. 29/2021 da Liderança do PP) ([DCN de 08/07/2021, p. 640](#))
3. Designado como titular o Senador Izalci Lucas. (Of. 47/2021 da Liderança do PSDB) ([DCN de 08/07/2021, p. 635](#))
4. Designada como suplente a Senadora Mara Gabrilli. (Of. 48/2021 da Liderança do PSDB) ([DCN de 08/07/2021, p. 642](#))
5. Designados como titulares os Senadores Alessandro Vieira e Weverton; designados como suplentes os Senadores Acir Gurgacz e Cid Gomes. (Of. 31/2021 do Bloco Senado Independente) ([DCN de 08/07/2021, p. 638](#))
6. Designados como titulares os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro; designados como suplentes os Senadores Nelsinho Trad e Lucas Barreto. (Of. 54/2021 da Liderança do PSD) ([DCN de 08/07/2021, p. 636](#))
7. Designados como titular e suplente, respectivamente, o Senador Jean Paul Prates e Fernando Collor. (Of. 27/2021 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 08/07/2021, p. 637](#))
8. Designados como titular e suplente, respectivamente, os Senadores Wellington Fagundes e Jayme Campos. (Of. 14/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 08/07/2021, p. 641](#))
9. Designados como titulares os Deputados Charles Evangelista, Sanderson e Coronel Tadeu; designados como suplentes a Deputada Dra. Soraya Manato, o Deputado Marcelo Freitas e a Deputada Caroline de Toni. (Of. 147/2021 da Liderança do PSL) ([DCN de 08/07/2021, p. 649](#))
10. Designados como titulares os Deputados Bosco Costa e Júnior Mano; designado como suplente o Deputado Gelson Azevedo. (Of. 94/2021 da Liderança do PL) ([DCN de 08/07/2021, p. 659](#))
11. Designados como titulares os Deputados André Fufuca e Mário Negromonte Jr.; designados como suplentes os Deputados Átila Lins e Pinheirinho. (Of. 78/2021 da Liderança do PP) ([DCN de 08/07/2021, p. 650](#))
12. Designados como titulares os Deputados Hugo Leal e Marx Beltrão; designados como suplentes os Deputados Júnior Ferrari e Domingos Neto. (Of. 103/2021 da Liderança do PSD) ([DCN de 08/07/2021, p. 652](#))
13. Designado como titular o Senador Orlanovista Guimarães. (Of. 42/2021 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 08/07/2021, p. 639](#))
14. Designados como titulares os Deputados Gilberto Abramo e Márcio Marinho; designados como suplentes a Deputada Aline Gurgel e o Deputado Ossésio Silva. (Of. 109 da Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 08/07/2021, p. 660](#))
15. Designados como titulares os Deputados Arthur Oliveira Maia e Paulo Azi; designados como suplentes os Deputados Juscelino Filho e Pedro Lupion. (Ofícios 72 e 74 da Liderança do DEM) ([DCN de 08/07/2021, p. 656](#))
16. Designado como titular o Deputado Genecias Noronha; designado como suplente o Deputado Augusto Coutinho. (Of. 48/2021 da Liderança do SOLIDARIEDADE) ([DCN de 08/07/2021, p. 651](#))
17. Designado como titular o Deputado Uldurcio Junior; designado como suplente o Deputado Weliton Prado. (Of. 43/2021 da Liderança do PROS) ([DCN de 08/07/2021, p. 647](#))
18. Designado como titular o Deputado Eduardo Costa; designado como suplente o Deputado Wilson Santiago. (Of. 60/2021 da Liderança do PTB) ([DCN de 08/07/2021, p. 648](#))
19. Designado como titular o Deputado Osires Damaso; designado como suplente o Deputado Aluisio Mendes. (Of. 29/2021 da Liderança do PSC) ([DCN de 08/07/2021, p. 646](#))
20. Designados como titular e suplente, respectivamente, o Deputado Arnaldo Jardim e a Deputada Adriana Ventura. (Of. 24/2021 da Liderança do CIDADANIA) ([DCN de 08/07/2021, p. 645](#))
21. Designado como suplente o Deputado Toninho Wandscheer. (Of. 58/2021 da Liderança do PSOL) ([DCN de 08/07/2021, p. 658](#))
22. Designados como titular e suplente, respectivamente, o Deputado Daniel Almeida e o Deputado Orlando Silva. (Of. 46/2021 da Liderança do PCdoB) ([DCN de 08/07/2021, p. 653](#))
23. Designados como titulares os Deputados José Guimarães, Carlos Zarattini e Zé Carlos; designados como suplentes os Deputados Zeca Dirceu, Beto Faro e Célio Moura. (Of. SN/2021 da Liderança do PT) ([DCN de 08/07/2021, p. 654](#))
24. Designados como titulares os Deputados Luciano Ducci e Marcelo Nilo; designados como suplentes os Deputados Rodrigo Coelho e Gonzaga Patriota. (Of. 2/2021 da Liderança do PSB) ([DCN de 08/07/2021, p. 644](#))
25. Designados como titulares a Deputada Flávia Moraes e o Deputado André Figueiredo; designados como suplentes os Deputados Dagoberto Nogueira e Totonho Lopes. (Of. 2806/2021 da Liderança do PDT) ([DCN de 08/07/2021, p. 655](#))
26. Designados como titulares os Deputados Adolfo Viana e Domingos Sávio; designados como suplentes os Deputados Célio Silveira e Danilo Forte. (Of. SN/2021 da Liderança do PSDB) ([DCN de 08/07/2021, p. 643](#))
27. 06/07/2021: Designados os Senadores Omar Aziz e Vanderlan Cardoso, como suplentes, em substituição aos Senadores Nelsinho Trad e Lucas Barreto, respectivamente. (Ofício nº 55/2021 da Liderança do PSD) ([DCN de 08/07/2021, p. 629](#))
28. 02/07/2021: Designados como titulares as Senadoras Rose de Freitas e Simone Tebet; designado como suplente o Senador Eduardo Gomes. (Of. 60/2021 da Liderança do MDB) ([DCN de 08/07/2021, p. 627](#))
29. 06/07/2021: Designada como suplente a Senadora Soraya Thronicke. (Of. 46/2021 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 08/07/2021, p. 628](#))
30. 07/07/2021: Designado como suplente o Deputado João Carlos Bacelar. (Of. 97/2021 da Liderança do PL) ([DCN de 08/07/2021, p. 631](#))
31. 07/07/2021: Designados como titulares os Deputados Hildo Rocha e Sergio Souza; designado como suplente o Deputado Alceu Moreira. (Of. 242/2021 da Liderança do MDB) ([DCN de 08/07/2021, p. 632](#))
32. 07/07/2021: Designado o Senador Zequinha Marinho, como suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos. (Ofício nº 15/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 08/07/2021, p. 633](#))
33. 07/07/2021: Designado como suplente o Senador Luiz do Carmo. (Of. 62/2021 da Liderança do MDB) ([DCN de 08/07/2021, p. 630](#))
34. 07/07/2021: Designado como suplente o Deputado Hercílio Coelho Diniz. (Of. 244/2021 da Liderança do MDB) ([DCN de 08/07/2021, p. 634](#))
35. 08/07/2021: Designado como titular o Deputado Jhonatan de Jesus, em substituição ao Deputado Márcio Marinho, que passa à condição de suplente. (Of. 111/2021 da Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 15/07/2021, p. 114](#))
36. 08/07/2021: Designado como titular o Deputado Gonzaga Patriota, em substituição ao Deputado Marcelo Nilo, que passa à condição de suplente. (Of. 4/2021 da Liderança do PSB) ([DCN de 15/07/2021, p. 113](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



37. 12/08/2021: Designado como titular o Deputado Robério Monteiro, em substituição ao Deputado Totonho Lopes, que passa à condição de suplente. (Of. 1208/2021 da Liderança do PDT) ([DCN de 19/08/2021, p. 7](#))
38. 17/08/2021: Designado como suplente o Senador Roberto Rocha, em substituição a Senadora Mara Gabrilli. (Of. 55/2021 da Liderança do PSDB) ([DCN de 19/08/2021, p. 8](#))
39. 04/11/2021: Designado como membro suplente o Deputado Heitor Schuch, em substituição ao Deputado Rodrigo Coelho. (Of. 10/2021 da Liderança do PSB) ([DCN de 04/11/2021, p. 6](#))
40. 21/12/2021: Designados como titulares os Deputados Vinícius Carvalho e Marcelo Squassoni, em substituição, respectivamente, aos Deputados Gilberto Abramo e Jhonatan de Jesus. (Ofícios 120/2021 e 121/2021 da Liderança do Republicanos)
41. Designados como titular e suplente, respectivamente, os Senadores Esperidião Amin e Elmano Ferrer. (Ofício nº 4/2022 GLDPP)



CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS****COORDENADOR:** Deputado Danilo Forte (PSDB-CE)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PSD	Senador Carlos Fávaro (PSD / MT)
PP	Senador Elmano Férrer (PP / PI)
MDB	Senador Luiz do Carmo (MDB / GO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Danilo Forte (PSDB)
SOLIDARIEDADE	Deputado Abílio Santana (PL)
PL	Deputado Bosco Costa (PL)
PDT	Deputado Dagoberto Nogueira (PDT)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSL	Deputada Dra. Soraya Manato (UNIÃO)
PTB	Deputado Wilson Santiago (PTB)

Comitê de Avaliação da Receita - CAR**COORDENADOR:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
REPUBLICANOS	Deputado Márcio Marinho (REPUBLICANOS)

Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI**COORDENADOR:** Deputado Paulo Azi (UNIÃO-BA)**Comitê Permanente de Admissibilidade de Emendas - CAEM****COORDENADOR:** Deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSL	Deputado Charlles Evangelista (UNIÃO)
PSL	Deputada Caroline de Toni (UNIÃO)
REPUBLICANOS	Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS)



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Paula de Araújo Pinto Teixeira**E-mail:** cocm@senado.leg.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Aécio Neves (PSDB-MG)

Instalação: 29/06/2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Aécio Neves (PSDB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Kátia Abreu (PP/TO)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Deputado Diego Andrade (PSD/MG)	Líder da Maioria Senador Renan Calheiros (MDB/AL)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Deputado Alencar Santana Braga (PT/SP)	Líder da Minoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Claudio Cajado (PP/BA) ^(6,9)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) ⁽¹⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) ^(4,8)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jaques Wagner (PT/BA) ⁽⁵⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE/PE) ^(2,7)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) ⁽³⁾

Notas:

- Designada a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) para a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Maioria do Senado Federal, em 3.4.2019, conforme Ofício nº 141/2019 da Liderança da Maioria do Senado Federal. ([DCN de 04/04/2019, p. 276](#))
- Deputado Edio Lopes (PP) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 16.4.2019, conforme Ofício nº 6/2019 da CREDN-CD. ([DCN de 18/04/2019, p. 117](#))
- Senador Marcos do Val (Cidadania) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 22.4.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da CRE-SF. ([DCN de 25/04/2019, p. 117](#))
- Designado o Deputado Carlos Zarattini (PT) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2019, conforme Ofício nº 20/2019 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 16/05/2019, p. 8](#))
- Designado o Senador Jaques Wagner (PT) para a vaga destinada à Minoria do Senado Federal, em 11.6.2019, conforme Memorando nº 14/2019 da Liderança da Minoria do Senado Federal. ([DCN de 13/06/2019, p. 234](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 13.8.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 15/08/2019, p. 153](#))
- Designado o Deputado Augusto Coutinho (Solidariedade/PE) para a vaga destinada à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 30.4.2021, conforme Ofício nº 22/2021 da CRREDN-CD. ([DCN de 06/05/2021, p. 41](#))
- Designado o Deputado Orlando Silva (PCdoB) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2021, conforme Ofício nº 29/2021 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 12/08/2021, p. 428](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 17.8.2021, conforme Ofício nº 11/2021 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 19/08/2021, p. 9](#))

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁵⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾	1. VAGO
PDT/CIDADANIA/REDE ⁽¹⁾ (REDE, PDT, CIDADANIA)	
Flávio Arns - PODEMOS/PR ⁽⁶⁾	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Waldir - UNIÃO/GO ⁽³⁾	1. Delegado Marcelo Freitas - UNIÃO/MG ⁽³⁾
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ ⁽³⁾	2. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽³⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ⁽³⁾	1. Damião Feliciano - PDT/PB ⁽³⁾
PT	
Reginaldo Lopes - MG ^(3,9,12,13)	1. Benedita da Silva - RJ ^(3,11,12)
PSB ⁽²⁾	
Liziane Bayer - RS ^(3,8,10)	1. Pastor Eurico - PATRIOTA/PE ^(3,7)

Notas:

*. PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO (para efeito de participação brasileira na AP-CPLP, de acordo com o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2/2014-CN): Presidente: Senador Davi Alcolumbre (Presidente da Mesa do Congresso Nacional); Vice-Presidente: Deputado Marcos Pereira (Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional).

**. Composição da Câmara dos Deputados informada pelo Ofício nº 405/2019/SGM/P. Observações: 1) Deputada Rosângela Gomes (PRB) indicada para vaga de titular, cedida pelo PP; 2) Deputado Márcio Marinho (PRB) indicado para vaga de titular, cedida pelo PDT.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (Bloco Senado Independente-SF).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (PSB-CD).
3. Designados, por meio do Ofício nº 405/2019/SGM/P, os seguintes Deputados: 1. Bloco PSL,PP,PR,PSD,MDB,PRB,PSDB,DEM,PTB,PSD,PMN: Titulares: Delegado Waldir (PSL) e Rosângela Gomes (PRB); Suplentes: Delegado Marcelo Freitas (PSL) e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP); 2. Bloco PDT,SD,PODE,PROS,PCdoB,AVANTE,PV,DC: Titular: Deputado Márcio Marinho (PRB); Suplente: Deputado Damião Feliciano (PDT); 3. PT: Titular: (vago); Suplente: (vago); 4. PSB: Titular: Deputado Rodrigo Coelho (PSB); Suplente: (vago). ([DCN de 06/06/2019, p. 206](#))
4. Designado, como titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB), conforme Ofício nº 77/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 204](#))
5. Designado, como titular, o Senador Dário Berger (MDB), conforme Ofício nº 160/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 203](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Arns (REDE), conforme Memorando nº 91/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 06/06/2019, p. 205](#))
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Eurico (Patriota), em vaga cedida, em 8.8.2019, conforme Ofício nº 201/2019 da Liderança do PSB ([DCN de 15/08/2019, p. 152](#))
8. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019 conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
9. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes (PT), conforme Ofício nº 84/2020 da Liderança do PT. ([DCN de 19/03/2020, p. 18](#))
10. Designada, como titular, a Deputada Liziane Bayer(PSB), conforme Ofício nº 8/2021 da Liderança do PSB. ([DCN de 19/08/2021, p. 6](#))
11. Designada, como suplente, a Deputada Benedita da Silva (PT), conforme Ofício nº SN/2021 da Liderança do PT. ([DCN de 09/09/2021, p. 6](#))
12. Designada como titular a Deputada Benedita da Silva, em substituição ao Deputado Reginaldo Lopes, que passa à condição de suplente. (Of. SN/2021 da Liderança do PT) ([DCN de 16/09/2021, p. 8](#))
13. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes e, como suplente, a Deputada Benedita da Silva, conforme Ofício S/N-GAB da Liderança do PT na Câmara dos Deputados. ([DCN de 09/12/2021, p. 7](#))

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Finalidade: A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (PSL-AC)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL: Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁾
Marcio Bittar - PSL/AC ⁽¹⁾	2. VAGO
Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽³⁾	1. Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽³⁹⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽⁴⁾	2. VAGO
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ^(5,38)	1. Weverton - PDT/MA ^(6,38)
Fabiano Contarato - PT/ES ^(5,38)	2. Leila Barros - CIDADANIA/DF ⁽¹⁴⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ^(7,27)	1. Angelo Coronel - BA ^(7,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁸⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Marcos Rogério - PL/RO ^(9,42)	1. Jayme Campos - DEM/MT ⁽⁹⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS ⁽¹⁰⁾	
Coronel Armando - UNIÃO/SC ^(17,30,34)	1. Heitor Freire - UNIÃO/CE ^(16,22,24,34)
Bibo Nunes - PL/RS ^(16,21,34)	2. Marcos Pereira - REPUBLICANOS/SP ^(15,43)



TITULARES	SUPLENTE
Afonso Hamm - PP/RS	3. Fausto Pinato - PP/SP
Átila Lira - PP/PI (25,31)	4. Ricardo Barros - PP/PR
Dr. Jaziel - PL/CE	5. José Rocha - PL/BA (11)
Edio Lopes - PL/RR (11)	6. Giovani Cherini - PL/RS
Paulo Vicente Caleffi - PSD/RS (40)	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP
Vermelho - PSD/PR	8. Hugo Leal - PSD/RJ
Moses Rodrigues - MDB/CE	9. Celso Maldaner - MDB/SC
Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG (41)	10. Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP	11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS
Rodrigo de Castro - PSDB/MG (44)	12. Beto Pereira - PSDB/MS
Alexandre Leite - UNIÃO/SP	13. Pedro Lupion - UNIÃO/PR
Wilson Santiago - PTB/PB (29,33)	14. Maurício Dziedricki - PTB/RS (35)
VAGO (19,28)	15. Bruna Furlan - PSDB/SP
AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE (10)	
Paulo Ramos - PDT/RJ	1. Afonso Motta - PDT/RS
Lucas Vergílio - SOLIDARIEDADE/GO (36)	2. Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ (36)
Bacelar - PODEMOS/BA	3. Roberto de Lucena - PODEMOS/SP
Perpétua Almeida - PCdoB/AC	4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Pastor Eurico - PATRIOTA/PE	5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA
PSB, PSOL, PT, REDE (10)	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Maria do Rosário - PT/RS
Odair Cunha - PT/MG	2. Paulão - PT/AL
Heitor Schuch - PSB/RS (18)	3. VAGO (18)
Fernanda Melchionna - PSOL/RS (32,37)	4. Glauber Braga - PSOL/RJ
Zeca Dirceu - PT/PR	5. VAGO
NOVO (10)	
Marcel Van Hattem - RS	1. Gilson Marques - SC (12,20,26)
PTC (10)	
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	1. Eros Biondini - PROS/MG (23)

Notas:

*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

** A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de titular cedida pelo PTC.

1. Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB. (DCN de 11/04/2019, p. 50; DCN de 23/05/2019, p. 101)

2. Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP. (DCN de 11/04/2019, p. 51; DCN de 23/05/2019, p. 102)

3. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB. (DCN de 11/04/2019, p. 52; DCN de 23/05/2019, p. 103)

4. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL. (DCN de 11/04/2019, p. 53; DCN de 23/05/2019, p. 104)

5. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 54; DCN de 23/05/2019, p. 105)

6. Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 55; DCN de 23/05/2019, p. 106)

7. Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD. (DCN de 11/04/2019, p. 56; DCN de 23/05/2019, p. 107)

8. Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. (DCN de 11/04/2019, p. 57; DCN de 23/05/2019, p. 108)

9. Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. (DCN de 11/04/2019, p. 58; DCN de 23/05/2019, p. 109)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn



10. Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P. ([DCN de 23/05/2019, p. 1303](#))
11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 23/05/2019, p. 99](#))
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 23/05/2019, p. 100](#))
13. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP. ([DCN de 06/06/2019, p. 208](#))
14. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 13/06/2019, p. 238](#))
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/08/2021, p. 422](#))
16. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação. ([DCN de 15/08/2019, p. 155](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/09/2019, p. 226](#))
18. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 26/09/2019, p. 395](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 26/09/2019, p. 394](#))
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 03/10/2019, p. 232](#))
21. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 845](#))
22. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 377/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 846](#))
23. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019. ([DCN de 17/10/2019, p. 14](#))
24. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 67](#))
25. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP. ([DCN de 21/11/2019, p. 206](#))
26. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo. ([DCN de 28/11/2019, p. 353](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD), que passa à condição de suplente, em 10.12.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/12/2019, p. 563](#))
28. Solicitado o desligamento do Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18.12.2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 19/12/2019, p. 262](#))
29. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim (PTB), em substituição ao Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em 10.03.2020, conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do PTB. ([DCN de 12/03/2020, p. 327](#))
30. Designado, como membro titular, o Deputado Heitor Freire (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Armando (PSL), em 12.03.2020, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/03/2020, p. 17](#))
31. Designado, como membro titular, o Deputado Atila Lira (PP), em 03.04.2020, conforme Ofício nº 60/2020 da Liderança do PP. ([DCN de 09/04/2020, p. 229](#))
32. 10/09/2020: Designada a Deputada Sâmia Bomfim como titular, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. ([DSF de 17/09/2020, p. 6](#))
33. 18/03/2021: Designado, como membro titular, o Deputado Wilson Santiago (PTB), em substituição ao Deputado Paes Landim (PTB), em 18.03.2021, conforme Ofício nº 26/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 25/03/2021, p. 6](#))
34. 19/03/2021: Designados, como membros titulares, os Deputados Coronel Armando (PSL) e Bibi Nunes (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Heitor Freire (PSL); e como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL) em substituição ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 19.03.2021, conforme Ofício nº 51/2021 da Liderança do PSL. ([DCN de 25/03/2021, p. 8](#))
35. 31/03/2021: Designado, como suplente, o Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em substituição ao Deputado Santini (PTB), conforme Ofício nº 32/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 01/04/2021, p. 189](#))
36. 14/04/2021: Designado, como titular, o Deputado Lucas Vergílio (Solidariedade), em substituição ao Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade), e, como suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade) em substituição ao Deputado Tiago Dimas (Solidariedade), conforme Ofício nº 20/2021 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 15/04/2021, p. 6](#))
37. 14/04/2021: Designada a Deputada Fernanda Melchionna como titular, em substituição à Deputada Sâmia Bomfim. Ofício nº 34/2021 da Liderança do PSOL. ([DCN de 15/04/2021, p. 7](#))
38. 15/04/2021: Designados, como membros titulares, os Senadores Eliziane Gama e Fabiano Contarato, em substituição aos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Marcos do Val, e, como suplente, o Senador Weverton, em substituição ao Senador Flávio Arns, conforme ofício nº 019/2021/GSEGAMA. ([DCN de 22/04/2021, p. 207](#))
39. 04/05/2021: Designado, como membros suplente, o Senador Marcos do Val, conforme ofício nº 041/2021/GLPODEMOS. ([DCN de 06/05/2021, p. 42](#))
40. 05/05/2021: Designado o Deputado Paulo Vicente Caleffi (PSD-RS), como titular, em substituição ao Deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS). Ofício nº 54/2021 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/05/2021, p. 43](#))
41. 08/07/2021: Designado o Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG), como titular, em substituição ao Deputado Vinicius Farah (MDB-RJ). Ofício nº 232/2021 da Liderança do MDB. ([DCN de 15/07/2021, p. 112](#))
42. 20/10/2021: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco. (Of. 28/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 21/10/2021, p. 28](#))
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP), em 18.11.2021, conforme Ofício nº 213/21-LID PSL. ([DCN de 18/11/2021, p. 74](#))
44. 27/01/2022: Designado como titular o Deputado Rodrigo de Castro, em substituição ao Deputado Lucas Redecker. (Of. 1/2022 da Liderança do PSDB-CD).



Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefone(s): 3216-6871
E-mail: cpcms.decom@camara.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Notas:

*. A composição da Comissão designada em 7/3/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum



Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Bruna Furlan (PSDB-SP)

RELATOR: Deputado Túlio Gadêlha (PDT-PE)

Designação: 27/11/2019

Instalação: 14/09/2021

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
VAGO ^(17,18)	1. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹⁷⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁷⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁷⁾
VAGO ^(2,24,28)	3. VAGO
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽³⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽⁴⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾
VAGO ^(5,21)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹³⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹³⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹³⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹³⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. Lucas Barreto - AP ^(6,20,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽²⁵⁾	1. VAGO
PODEMOS	
Flávio Arns - PR ⁽²⁶⁾	1. VAGO



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
VAGO	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP ⁽⁷⁾	2. Gutemberg Reis - MDB/RJ ⁽¹⁶⁾
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽⁸⁾	1. Maria do Rosário - RS ⁽⁸⁾
PSL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - UNIÃO/SP ⁽¹⁹⁾	1. VAGO
PSD	
Stefano Aguiar - MG ⁽⁹⁾	1. VAGO
PL	
VAGO ^(10,27)	1. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR ⁽²²⁾	1. VAGO
PSDB	
Bruna Furlan - SP ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Barbosa - MG ⁽¹¹⁾
DEM	
Luis Miranda - REPUBLICANOS/DF ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹²⁾	1. Silvia Cristina - RO ⁽¹²⁾
PODEMOS ⁽¹⁾	
Orlando Silva - PCdoB/SP ⁽¹⁵⁾	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PODEMOS-CD).
2. Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 28/11/2019, p. 151](#))
3. Designados, como membros titulares, o Senador Flávio Arns (Rede) e a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 134/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar do Bloco Senado Independente. ([DCN de 28/11/2019, p. 152](#))
4. Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB); e, como suplente, o Senador Izalci Lucas (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 115/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 28/11/2019, p. 153](#))
5. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia (PSDB), em vaga cedida pelo PSL ao PSDB, em 27.11.2019, conforme Ofício nº 116/2019 da Liderança do PSDB (com anuência do PSL). ([DCN de 28/11/2019, p. 154](#))
6. Designados, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD); e, como suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 28/11/2019, p. 156](#))
7. Designado, como membro titular, o Deputado Baleia Rossi (MDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 356/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB. ([DCN de 28/11/2019, p. 157](#))
8. Designados, como membro titular, o Deputado Carlos Zarattini (PT); e, como suplente, a Deputada Maria do Rosário (PT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 596/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 28/11/2019, p. 158](#))
9. Designado, como membro titular, o Deputado Stefano Aguiar (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 473/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 28/11/2019, p. 159](#))
10. Designado, como membro titular, o Deputado Marcio Alvino (PL), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 367/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 28/11/2019, p. 160](#))
11. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB); e, como suplente, é designado o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 582/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 28/11/2019, p. 161](#))



12. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT); e, como suplente, é designada a Deputada Sílvia Cristina (PDT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 346/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 28/11/2019, p. 163](#))
13. Designados, como membros titulares, os Senadores Paulo Paim (PT) e Telmário Mota (PROS); e, como suplentes, os Senadores Paulo Rocha (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 111/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 28/11/2019, p. 155](#))
14. Designado, como membro titular, o Deputado Luís Miranda (DEM), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 822/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 28/11/2019, p. 162](#))
15. Designado, como membro titular, o Deputado Orlando Silva (PCdoB), em vaga cedida ao PCdoB, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 279/2019 da Liderança do Podemos ([DCN de 05/12/2019, p. 155](#))
16. Designado como suplente o Deputado Gutemberg Reis, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 226/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 05/12/2019, p. 153](#))
17. Designados, como membros titulares, os Senadores Luiz Pastore (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos); e, como suplente, os Senadores Jarbas Vasconcelos (MDB) e Jader Barbalho (MDB), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 246/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 05/12/2019, p. 154](#))
18. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 499/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 562](#))
20. Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Albuquerque (PSD), em substituição ao Senador Lucas Barreto (PSD), em 05.02.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/02/2020, p. 38](#))
21. 03/03/2020: Desligado da titularidade o Senador Antonio Anastasia. (Of. 24/2020 da Liderança do PSDB) ([DCN de 05/03/2020, p. 444](#))
22. Designado, como membro titular, o Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS), em 11.03.2020, conforme Ofício nº 33/2020 da Liderança do REPUBLICANOS. ([DCN de 12/03/2020, p. 323](#))
23. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Paulo Albuquerque (PSD), em 20.04.2019, conforme Ofício nº 45/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 23/04/2020, p. 6](#))
24. 28/09/2020: Designado como titular o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP) ([DCN de 01/10/2020, p. 13](#))
25. 31/08/2021: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues. (Of. 21/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 02/09/2021, p. 6](#))
26. 31/08/2021: Designado como titular o Senador Flávio Arns, se retirando da vaga do Bloco PDT/CIDADANIA/REDE. (Of. 52/2021 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 02/09/2021, p. 7](#))
27. 14/09/2021: Desligado como titular o Deputado Marcio Alvino. (Of. 116/2021 da Liderança do PL) ([DCN de 16/09/2021, p. 7](#))
28. Vago em virtude do retorno do titular.

Secretário: Ricardo Moreira Maia
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS



COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS



COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Finalidade: Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

RELATOR: Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

Designação: 21/08/2019

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 04/09/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM (2,20,78)	1. VAGO (2,20)
Eduardo Gomes - MDB/TO (2)	2. Luiz do Carmo - MDB/GO (2)
VAGO (2,78)	3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (2)
Esperidião Amin - PP/SC (35,75)	4. Eliane Nogueira - PP/PI (36,75,77)
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE (3,76)	1. Fabiano Contarato - PT/ES (4)
VAGO (3,19)	2. VAGO (4)
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA (3,28,47,76)	3. VAGO (4,28,38)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA (25)	1. Flávio Bolsonaro - PL/RJ (37)
Soraya Thronicke - PSL/MS (30,48)	2. VAGO (30)
PSD	
Angelo Coronel - BA (5)	1. Otto Alencar - BA (5)
Nelsinho Trad - MS (5)	2. Irajá - TO (5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
VAGO (6,22)	1. VAGO (6,22,72)
Jean Paul Prates - PT/RN (6,72)	2. Telmário Mota - PROS/RR (6,31)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁷⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC ^(8,39,52)
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁵²⁾	2. Zequinha Marinho - PL/PA ⁽⁵²⁾
PODEMOS	
VAGO ⁽²¹⁾	1. Styvenson Valentim - RN

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽⁹⁾	1. Márcio Jerry - PP/PR ^(49,63)
Ricardo Barros - PP/PR ⁽⁹⁾	2. David Miranda - PSOL/RJ ⁽⁵⁴⁾
Walter Alves - MDB/RN ⁽⁴¹⁾	3. Juarez Costa - MDB/MT ⁽⁴¹⁾
PT	
Luizianne Lins - CE ^(10,29)	1. Natália Bonavides - RN ⁽¹⁰⁾
Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾	2. Carlos Zarattini - SP ^(10,29)
PSL	
Caroline de Toni - UNIÃO/SC ^(11,50,56,66,67,69,70,71,73,74)	1. Carlos Jordy - UNIÃO/RJ ^(11,40,64,66,67,71,73,74)
Filipe Barros - UNIÃO/PR ^(11,53,56,66,67,71,74)	2. VAGO ^(11,55,56,62,66,67,71,74)
PSD	
Delegado Éder Mauro - PA ⁽¹²⁾	1. Márcio Labre - UNIÃO/RJ ^(42,60)
PL	
Marcelo Ramos - PSD/AM ⁽⁴⁵⁾	1. Wellington Roberto - PB ^(13,45)
PSB	
Lídice da Mata - BA ^(14,32)	1. Alessandro Molon - RJ ^(14,27,32)
REPUBLICANOS	
Celso Russomanno - SP ⁽¹⁵⁾	1. Silvio Costa Filho - PE ⁽³⁴⁾
PSDB	
Alexandre Frota - SP ^(16,46,61)	1. Shéridan - RR ^(58,61)
DEM	
Arthur Oliveira Maia - UNIÃO/BA ^(17,33)	1. Elmar Nascimento - UNIÃO/BA ^(17,57,65)
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽²³⁾	1. Paulo Ramos - RJ ^(26,59)
PODEMOS	
José Nelto - GO ^(24,51,68)	1. José Medeiros - MT ^(43,51)
SOLIDARIEDADE ⁽¹⁾	
Dr. Leonardo - MT ⁽¹⁸⁾	1. Aureo Ribeiro - RJ ^(18,44)

Notas:

1. Rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (Solidariedade-CD).

2. Designados, como titulares, os Senadores Eduardo Braga (MDB), Eduardo Gomes (MDB) e Márcio Bitar (MDB); e, como suplentes, os Senadores Renan Calheiros (MDB), Luiz do Carmo (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 91](#))

3. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB), Randolfe Rodrigues (Rede) e Marcos do Val (Podemos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 102/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. Obs.: No período de indicações das lideranças, o Senador Marcos do Val estava filiado ao Cidadania. ([DCN de 22/08/2019, p. 92](#))
4. Designados, como suplentes, os Senadores Fabiano Contarato (Rede), Alessandro Vieira (Cidadania) e Weverton (PDT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 22/08/2019, p. 93](#))
5. Designados, como titulares, os Senadores Angelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD); e, como suplentes, Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 119/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 22/08/2019, p. 94](#))
6. Designados, como titulares, os Senadores Humberto Costa (PT) e Rogério Carvalho (PT); e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 22/08/2019, p. 95](#))
7. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 51/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 22/08/2019, p. 96](#))
8. Designado, como membro suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 22/08/2019, p. 97](#))
9. Designados, como membros titulares, os Deputados Hiran Gonçalves (PP) e Ricardo Barros (PP), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
10. Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Zarattini (PT) e Rui Falcão (PT); e, como suplentes, os Deputados Nathália Bonavides (PT) e Luizianne Lins (PT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 421/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 22/08/2019, p. 100](#))
11. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, os Deputados Coronel Tadeu (PSL) e Carla Zambelli (PSL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 22/08/2019, p. 101](#))
12. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Eder Mauro (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício 318/2019 da Liderança do PSD. ([DSF de 22/08/2019, p. 102](#))
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto (PL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 22/08/2019, p. 103](#))
14. Designados, como membro titular, o Deputado Alessandro Molon (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 194/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 104](#))
15. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 157/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 22/08/2019, p. 105](#))
16. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 363/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 106](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Leite (DEM); e, como suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 601/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 22/08/2019, p. 107](#))
18. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade); e, como suplente, o Deputado Zé Silva (Solidariedade), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 22/08/2019, p. 108](#))
19. Desligado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues (REDE), em virtude de renúncia, conforme Ofício nº 191/2021 do Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues (GSRROD). ([DCN de 22/04/2021, p. 209](#))
20. Desligados os Senadores Eduardo Braga (MDB/AM) e Renan Calheiros (MDB/AL), conforme Ofício nº 56/2021 da Liderança do MDB. ([DCN de 29/04/2021, p. 8](#))
21. Desligado, como membro titular, o Senador Eduardo Girão (PODEMOS), conforme Ofício nº 38/2021 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 29/04/2021, p. 7](#))
22. Desligados os Senadores Humberto Costa (PT/PE) e Rogério Carvalho (PT/SE), conforme Ofício nº 22/2021 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 29/04/2021, p. 6](#))
23. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 323](#))
24. Designado, como membro titular, o Deputado Bacelar (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 196/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 106](#))
25. Designado, como membro titular, o Senador Roberto Rocha (PSDB), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 100/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 104](#))
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (PDT), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 311/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 108](#))
27. Designada, como membro suplente, a Deputada Lídice da Mata (PSB/BA), em substituição à Deputada Rosana Valle (PSB/SP), em 29/08/2019, conforme Ofício nº 230/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 107](#))
28. Designado, como membro titular, o Senador Weverton (PDT), em substituição ao Senador Marcos do Val (PODE), em 3.9.2019, conforme Memorando nº 119/2019 do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 05/09/2019, p. 105](#))
29. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (PT), que passa à condição de suplente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 503/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/09/2019, p. 109](#))
30. Designada, como membro titular, a Senadora Juíza Selma (PSL); e, como suplente, é designado o Senador Major Olímpio (PSL), em vagas existentes, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 78/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/09/2019, p. 100](#))
31. Designado, como membro suplente, o Senador Telmário Mota (PROS), em substituição à Senadora Zenaide Maia (PROS), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 86/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 05/09/2019, p. 101](#))
32. Designada, como membro titular, a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Alessandro Molon (PSB), que passa à condição de suplente, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 102](#))
33. Designado, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em substituição ao Deputado Alexandre Leite (DEM), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 765 da Liderança do DEM. ([DCN de 05/09/2019, p. 130](#))
34. Designado, como membro suplente, o Deputado Silvío Costa Filho (Republicanos), em vaga existente, em 5.9.2019, conforme Ofício nº 172/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 12/09/2019, p. 223](#))
35. Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 221](#))
36. Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 220](#))
37. Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 104/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 222](#))



38. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Memorando nº 123/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 12/09/2019, p. 219](#))
39. Senador Zequinha Marinho (PSC) deixa de compor a Comissão, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 12/08/2021, p. 425](#))
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/09/2019, p. 26](#))
41. Designado, como membro titular, o Deputado Walter Alves (MDB); e, como suplente, o Deputado Juarez Costa (MDB), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 27](#))
42. Designado, como membro suplente, o Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida pelo PSD, em 12.9.2019, conforme Ofício nº 406/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 19/09/2019, p. 29](#))
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 207/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 19/09/2019, p. 25](#))
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em substituição ao Deputado Zé Silva (SD), em 16.9.2019, conforme Ofício nº 193/2019 do Solidariedade. ([DCN de 19/09/2019, p. 24](#))
45. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM); e, como suplente, o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em substituição ao Deputado Capitão Augusto (PL/SP), em 18.9.2019, conforme Ofício nº 336/2019 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 19/09/2019, p. 28](#))
46. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Shéridan (PSDB/RR), em substituição à Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP). (Of. 513/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 393](#))
47. Designada, como membro titular, a Senadora Kátia Abreu (PDT), em substituição ao Senador Weverton (PDT), em 25.9.2019, conforme Memorando nº 126/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 26/09/2019, p. 391](#))
48. Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição à Senadora Juíza Selma (PODE), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 03/10/2019, p. 231](#))
49. Designada, como membro suplente, a Deputada Jandira Feghali (PCdoB), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB (PP), em 02.10.2019, conforme Ofício nº 180/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 03/10/2019, p. 230](#))
50. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Julian Lemos (PSL/PB), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL/PR). (Of. 395/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 12](#))
51. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA); designado como suplente o Deputado José Medeiros (PODEMOS/MT), em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP). (Of. 244/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/11/2019, p. 11](#))
52. 15/10/2019: Designados os Senadores Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Zequinha Marinho como titular, 1º suplente e 2º suplente respectivamente. (Of. 071/2019, Liderança Bloco Vanguarda. ([DCN de 17/10/2019, p. 10](#))
53. Designado, como membro titular, o Deputado Nereu Crispim (PSL), em substituição à Deputada Caroline de Toni (PSL), em 16.10.2019, conforme Ofício nº 417/2019 da Liderança do PSL.
54. Designado, como membro suplente, o Deputado David Miranda (PSOL), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB, em 17.10.2019, conforme Ofício nº 181/2019 da Liderança do Bloco. ([DCN de 24/10/2019, p. 194](#))
55. Solicitado o desligamento da Deputada Carla Zambelli (PSL), em 18.10.2019, conforme Ofício nº 426/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 192](#))
56. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Julian Lemos (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em vaga existente, em 22.10.2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 193](#))
57. Designado, como membro suplente, o Deputado Pedro Lupion (DEM), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 24.10.2019, conforme Ofício nº 810/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 24/10/2019, p. 191](#))
58. Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição ao Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 591/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/10/2019, p. 215](#))
59. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Ramos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 358/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 31/10/2019, p. 214](#))
60. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Labre (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida, em 06.11.2019, conforme Ofício nº 483/2019 da Liderança do PSD (com anuência da Liderança do PSL). ([DCN de 07/11/2019, p. 69](#))
61. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição à Deputada Sheridan (PSDB), que passa à condição de suplente, em 06.11.2019, conforme Ofícios nºs 593 e 594/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/11/2019, p. 71](#); [DCN de 07/11/2019, p. 70](#))
62. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL), em 06.11.2019, conforme Ofício nº 468/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 68](#))
63. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Jerry (PCdoB), em 28.11.2019, conforme Ofício nº 225/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 05/12/2019, p. 157](#))
64. Designada, como membro suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em 4.12.2019, conforme Ofício nº 497/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/12/2019, p. 156](#))
65. Designado, como membro suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em substituição ao Deputado Pedro Lupion (DEM), em 10.12.2019, conforme Ofício nº 866/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/12/2019, p. 565](#))
66. Designados, como membros titulares, os Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL), em substituição aos Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, são designados a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL) e o Deputado Julian Lemos (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL) e ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 510/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 564](#))
67. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, são designados a Deputada Carla Zambelli (PSL) e o Deputado Carlos Jordy (PSL), em 17.12.2019, conforme Ofício nº 528/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/12/2019, p. 261](#))
68. Designado, como membro titular, o Deputado José Nelto (Podemos), em substituição ao Deputado Pr Marco Feliciano (Podemos), em 5.2.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do Podemos. ([DCN de 06/02/2020, p. 37](#))
69. 19/02/2020: Designado como titular o Deputado Otoni de Paula, em substituição ao Deputado Filipe Barros. (Of. 31/2020 da Liderança do PSL). ([DCN de 20/02/2020, p. 30](#))
70. 03/03/2020: Designado como titular o Deputado Filipe Barros, em substituição ao Deputado Otoni de Paula. (Of. 39/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 05/03/2020, p. 443](#))



71. 10/03/2020: Designados como titulares os Deputados Júnior Bozzella e Nereu Crispim, em substituição aos Deputados Filipe Barros e Caroline de Toni. Designados como suplentes os Deputados Delegado Waldir e Heitor Freire, em substituição aos Deputados Carla Zambelli e Carlos Jordy. (Of. 47/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/03/2020, p. 326](#))

72. Designado, como membro titular, o Senador Jean Paul Prates (PT), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT), que passa a compor a Comissão como suplente, em 22.4.2020, conforme Ofício nº 16/2020 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática. ([DCN de 23/04/2020, p. 7](#))

73. Designada, como membro titular, a Deputada Joice Hasselmann (PSL), em substituição ao Deputado Júnior Bozzella (PSL), que passa à condição de suplente, em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 04.06.2020, conforme Ofício nº 68/2020 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/06/2020, p. 83](#))

74. Designados, como membros titulares, os Deputados Caroline de Toni e Filipe Barros, em substituição aos Deputados Joice Hasselmann e Nereu Crispim; designado, como suplente, os Deputados Carlos Jordy, em substituição aos Deputados Bozzella; e o Deputado Heitor Freire deixa de compor a comissão como suplente, em 25.03.2021, conforme Ofício nº 63/2021 da Liderança do PSL. ([DCN de 01/04/2021, p. 187](#))

75. Designado, como membro titular, o Senador Esperidião Amin (Progressistas), em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Progressistas), que passa à condição de suplente, em 29.4.2021, conforme Ofício nº 21/2021 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 06/05/2021, p. 40](#))

76. Designados, como membros titulares, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama, em substituição aos Senadores Katia Abreu e Veneziano Vital do Rêgo, em 23.6.2021, conforme Memorando nº 30/2021 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 24/06/2021, p. 7](#))

77. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliane Nogueira (PP), em substituição ao Senador Ciro Nogueira (PP), em 09.08.2021, conforme Ofício nº 36/2021 da Liderança do PP. ([DCN de 12/08/2021, p. 8](#))

78. Designado, como titular, o Senador Eduardo Braga, em cargo vago, e desligado, o Senador do Luiz do Carmo, conforme Ofício nº 11/2022, da Liderança do MDB.

Secretário: Marcelo Assaife \ Lenita Cunha

Telefone(s): 3303-3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

PRESIDENTE

Deputado Marcelo Ramos (PSD-AM)

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Romário (PL-RJ)

2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º SECRETÁRIO

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º SECRETÁRIO

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª SECRETÁRIA

Senador Weverton (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p style="text-align: center;">Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Romário (PL-RJ) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Irajá (PSD-TO) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Elmano Férrer (PP-PI) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Rogério Carvalho (PT-SE) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Weverton (PDT-MA) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)</p> <p>2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)</p> <p>3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)</p> <p>4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)</p>	<p style="text-align: center;">Deputado(a) Arthur Lira (PP -AL) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Marcelo Ramos (PSD -AM) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) André de Paula (PSD -PE) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Luciano Bivar (UNIÃO -PE) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Marília Arraes (PT -PE) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Rose Modesto (PSDB -MS) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Rosângela Gomes (REPUBLIC -RJ) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Deputado(a) Eduardo Bismarck (PDT -CE)</p> <p>2º - Deputado(a) Gilberto Nascimento (PSC -SP)</p> <p>3º - Deputado(a) Alexandre Leite (UNIÃO -SP)</p> <p>4º - Deputado(a) Cássio Andrade (PSB -PA)</p>



CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS
MDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
MDB VAGO
PDT VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 3º da Res. 02/1999-CN).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
- Deputado Arthur Lira (PP/AL)	- Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)
1º Vice-Presidente Deputado Marcelo Ramos (PSD/AM)	1º Vice-Presidente Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)
2º Vice-Presidente Deputado André de Paula (PSD/PE)	2º Vice-Presidente Senador Romário (PL/RJ)
1ª Secretária Deputado Luciano Bivar (UNIÃO/PE)	1º Secretário Senador Irajá (PSD/TO)
2º Secretário Deputada Marília Arraes (PT/PE)	2º Secretário Senador Elmano Férrer (PP/PI)
3º Secretário Deputada Rose Modesto (PSDB/MS)	3º Secretário Senador Rogério Carvalho (PT/SE)
4º Secretário Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS/RJ)	4º Secretário Senador Weverton (PDT/MA)
Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Renan Calheiros (MDB/AL)
Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder da Minoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputada Bia Kicis (UNIÃO/DF)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Aécio Neves (PSDB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Atualização: 19/02/2019

Notas:

*. A composição da Conselho com Eleição Geral em 7/2/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
 Fax: 3303-5260
 saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

Eleição Geral: 03/03/2020

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 09/03/2020



SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5258
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo Senador Eduardo Gomes - MDB / TO Vice-Líderes Senador Flávio Bolsonaro - PL / RJ Senador Marcio Bittar - PSL / AC Senador Sérgio Petecão - PSD / AC Deputado Celso Russomanno - REPUBLICANOS / SP Deputado Claudio Cajado - PP / BA Deputado Pedro Lupion - UNIÃO / PR Deputado Pr. Marco Feliciano - REPUBLICANOS / SP Deputado Eros Biondini - PROS / MG Deputada Aline Sleutjes - UNIÃO / PR Deputado Rogério Peninha Mendonça - MDB / SC Deputado Cezinha de Madureira - PSD / SP Deputado Hiran Gonçalves - PP / RR Senadora Soraya Thronicke - PSL / MS Deputado Aluisio Mendes - PSC / MA Deputado João Carlos Bacelar - PL / BA Senador Jorginho Mello - PL / SC	Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro - PP / PB Vice-Líderes Deputado Carlos Henrique Gaguim - REPUBLICANOS / TO Senadora Daniella Ribeiro - PP / PB Deputado Delegado Pablo - UNIÃO / AM	Líder da Minoria Deputado Arlindo Chinaglia - PT / SP Vice-Líderes Senador Jean Paul Prates - PT / RN Deputado Afonso Florence - PT / BA Deputada Professora Rosa Neide - PT / MT Deputado Odair Cunha - PT / MG
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

